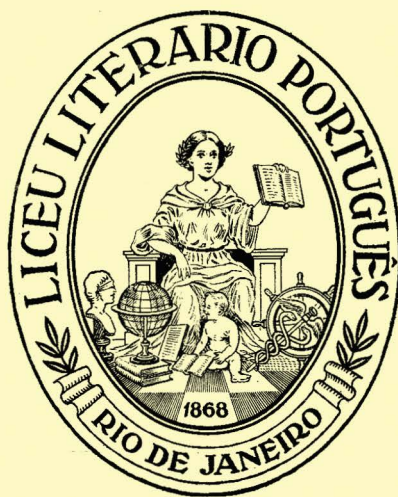


CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

"Per multiplum ad unum"



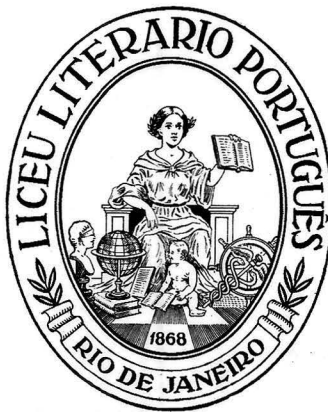
Nº 3 – 1º semestre de 1992 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

"Per multiplum ad unum"

*"As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: pero
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixaram."*

*(João de Barros, Diálogo em louvor
da nossa linguagem)*



Nº 3 - 1º semestre de 1992 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

DIRETORIA DO I.L.P.

A. Gomes da Costa (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE PORTUGAL, DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS E LUSO-BRASILEIRAS E DA TAP – AIR PORTUGAL.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (Dr. Antônio Gomes da Costa)	5
Homenagem a Carlos Henrique da Rocha Lima	7
Pórtico (Rocha Lima)	9
A boa causa do paladino da língua (Antônio Houaiss)	15
ARTIGOS	
Edith Pimentel Pinto	
<i>Aspectos da receptividade aos acordos ortográficos</i>	17
Antônio Geraldo da Cunha	
<i>Aditamento ao Índice do Vocabulário do Português Medieval</i>	23
Valter Kehdi	
<i>Complementos verbais preposicionados</i>	37
Sílvio Elia	
<i>Sobre as novas gramáticas</i>	43
Cilene da Cunha Pereira e Maria Emília Barcellos da Silva	
<i>Para o estudo léxico-semântico de uma língua de especialidade</i>	53
Vittorio Bergo	
<i>A propósito de "eis"</i>	61
Olmar Guterres da Silveira	
<i>Reflexões sobre a nomenclatura de fatos de sintaxe</i>	65
Evanildo Bechara	
<i>Na (de)rota das erratas d'Os Lusíadas</i>	69
TRANSCRIÇÕES	
Joseph M. Piel.	
<i>Sobre a formação dos nomes de mulher medievais hispano-visigodos</i>	79
NOTAS E COMENTÁRIOS	
José Rebouças Macambira	107
Joseph M. Piel	111
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	113
RESENHAS CRÍTICAS	
Rocha Lima. <i>Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira</i> (Sílvio Elia)	121
Rocha Lima. <i>Gramática normativa da língua portuguesa</i> (Evanildo Bechara)	125
NOTICIÁRIO	129
COLABORADORES DESTES NÚMEROS	133

EDITORIAL

RAÍZES E SIGNOS

Dentro dos próximos dias, realizar-se-á no Rio de Janeiro o **1º Colóquio Internacional de Língua Portuguesa Literária**. Do evento participarão algumas dezenas de mestres e estudiosos do idioma, não só do Brasil como também de diversos outros países, que tratarão de vários temas relacionados com o estudo e o enriquecimento do patrimônio lingüístico e literário de que somos titulares em condomínio com outros povos abrangidos pela lusofonia.

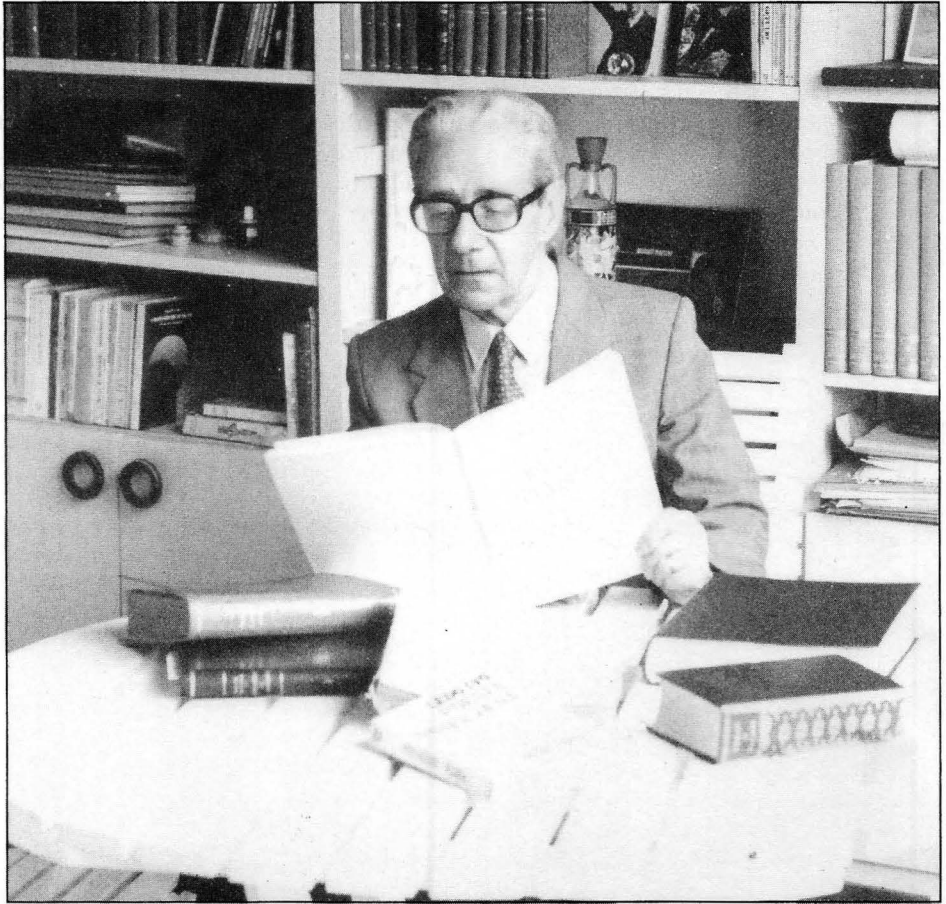
A realização do Colóquio, se por um lado é uma manifestação de vitalidade e do dinamismo do velho Liceu Literário Português, que criou, recentemente e em boa hora o Instituto de Língua Portuguesa, com o objetivo de promover o ensino, a investigação e o conhecimento do Idioma, por outro, é resultado também do trabalho e da vocação de servir de uma pléiade de professores, que não medindo sacrifícios e canseiras, entregaram-se, de corpo e alma, não só ao funcionamento daquele Instituto, às suas aulas e publicações, à sua orgânica e aos seus objetivos, como também ao planejamento e execução deste Colóquio que pode vir a ser o passo inicial para transformarmos a cidade do Rio de Janeiro num ponto de referência e de prestígio internacional para o estudo e as pesquisas sobre Língua Portuguesa. Assim como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de Lisboa, foi durante muitos anos um organismo a que se recorria obrigatoriamente quando se pensava na mecânica dos solos ou na técnica de construção de barragens e, pela qualidade de seus trabalhos, ganhou fama em todo o mundo, também gostaríamos de ver a nossa Cidade transformada num grande foco de debates e de estudos lingüísticos, a atrair especialistas e escritores, gramáticos e filólogos, responsáveis pela política do Idioma e professores, tudo com a finalidade de se criarem estratégias adequadas para a defesa, a boa saúde e a irradiação da Língua. Não é apenas a posição geográfica, mas são também as condições que o Rio de Janeiro possui para se transformar nesse novo santuário de devoção e peregrinação de todos aqueles que sabem avaliar e sentir o significado e a importância do Idioma tanto para a Cultura como para a própria nacionalidade. Centro universitário, por excelência; com a Biblioteca Nacional e o seu acervo de mais de oito milhões de exemplares desde os incunábulo do século XV às obras raras do período colonial; com a Academia Brasileira de Letras e a delegação que lhe é atribuída oficialmente de zelar pelas boas normas da palavra e pela recolha do vocabulário; com o Real Gabinete Português de Leitura que dispõe de 300.000 obras e é no Brasil o maior repositório da Literatura Portuguesa; com outras instituições culturais como: Instituto Histórico e Geográfico, o Serviço de Documentação da Marinha, a Casa Rui Barbosa, etc. – para já não citarmos o espaço do Liceu Literário Português onde nos propomos fazer, periodicamente, ao estilo da "Universidade das Nações Unidas", o encontro internacional da lusofonia, a "Cidade Maravilhosa" dispõe de infra-estruturas, de tradição

intelectual e de recursos humanos para se transformar num grande centro de estudos do Idioma.

Se nos dá muito orgulho vermos uma instituição centenária, como é o Liceu Literário Português, modernizar-se e assumir novas responsabilidades perante o futuro – noutros tempos, o Imperador D.Pedro II chegou a frequentar as aulas de "Arte Náutica" ministradas no Liceu e hoje cerca de 400 alunos frequentam os seus cursos gratuitos do 1º e do 2º grau – e essas novas responsabilidades decorrem das ações do Instituto de Língua Portuguesa, do Instituto da História Luso-Brasileira, do Instituto de Cultura Portuguesa Afrânio Peixoto, também nos confessamos devedores a todos os que, com o seu saber, seu magistério e seu idealismo estão conosco a lutar por um bom combate e uma boa causa: a vontade de fazer pela aproximação dos povos de Língua Portuguesa.

A.Gomes da Costa

NÚMERO EM HOMENAGEM A ROCHA LIMA



Carlos Henrique da Rocha Lima
(1915 – 1991)

PÓRTICO

DEPOIS DE LONGA (longuíssima) experiência portas dentro das salas de aula, sinto-me com certa autoridade para recomendar aos moços, especialmente os estudantes de letras e os novéis colegas licenciados, uma atitude de sacramental HUMILDADE diante da língua portuguesa, que se propõem a ensinar. Pois a verdade é que, havendo eu dedicado a vida inteira, dia após dia, hora e mais hora, sem pausa nem fadiga, a estudá-la apaixonadamente, convenço-me, a cada momento que passa, de quanto ainda me falta para possuir o tesouro das peculiaridades e sutilezas de seus opulentos meios de expressão.

Rocha Lima

BIBLIOGRAFIA DE ROCHA LIMA

I - TRABALHOS FILOLÓGICOS

1. *Através da "Oração aos moços": tentativa de interpretação estilística de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 1949.
2. *Oração aos moços*, de Rui Barbosa (com estabelecimento do texto, prefácio e breves notas explicativas). Edição nacional promovida pelo Congresso Brasileiro de Língua Vernácula em comemoração do centenário de Rui Barbosa, por proposta do mestre Sousa da Silveira, aprovada pela ABL. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949 (esg.).
3. "O ritmo na prosa oratória de Rui", (em *O Globo*, de 07.11.1949).
4. Discurso no Colégio Anchieta, de Rui Barbosa (com estabelecimento do texto, prefácio e breves notas explicativas). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.
5. Contribuição para o estudo da língua de Castro Alves: explicação gramatical e literária do poema "Vozes d'África" – Monografia inédita, laureada com o prêmio Centenário de Castro Alves, da Secretaria-Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, em 1946.
6. *Uma preposição portuguesa: aspectos do uso da preposição a na língua literária moderna* (tese de concurso para a cátedra de português do Colégio Pedro II). Rio de Janeiro, 1954.
7. *O problema da análise literária: teoria e aplicação* – Monografia inédita, laureada com o prêmio Carlos de Laet de 1956 (prêmios municipais de literatura, instituídos pela lei nº 793, de 28 de abril de 1954).
8. Recensão crítica: Obras de Casimiro de Abreu. Aparação e revisão do texto, escopo biográfico, notas e índices por Sousa da Silveira. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, v. 2, t. 1, p.124 - 7, junho de 1956
9. "*Sistema gramatical da língua portuguesa*", na Enciclopédia Delta-Larousse. Rio de Janeiro, tomo VI, 1960.
10. "Sobre o sincretismo de **a** e **em** no exprimir direção", em *Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*. Rio de Janeiro, Simões, 1969.
11. "Pontos nos is: o estilo de Guimarães Rosa", em *Boletim UEG*, nº 40, agosto de 1969, Rio de Janeiro.
12. "Uma elegância idiomática em declínio: o objeto direto preposicional", em *Informativo da Fundação Getúlio Vargas*, nº 6, ano II, Rio de Janeiro, 1970.
13. *Subsídios para o estudo da partícula e em algumas construções da língua portuguesa* (tese apresentada à Universidade Federal Fluminense, em prova de habilitação a Livre-docência). Rio de Janeiro, 1975.
14. "Um cultismo sintático herdado do latim medieval", na *Revista Brasileira de Língua e Literatura*, nº 5, 3º trimestre de 1980. Rio de Janeiro, pp. 30-35.
15. Radiografia da "Réplica". *Jornal de Letras* (1980).

16. Em torno da conjunção "e". *Studia*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, ano IX, nº 9, p. 87 - 96, dez., 1979; ano X, nº 10, p. 117 - 26, dez., 1980; ano XI, nº 11, p. 135 - 45, dez., 1981; e ano XII, nº 12, p. 121 - 8, dez., 1982.
17. "Otávio Mangabeira e o idioma nacional", (em *Jornal do Brasil*, 25 jun. 1986).
18. *Gramática normativa da língua portuguesa* (30ª ed.). Rio de Janeiro, José Olympio, 1989. [A 1ª ed. é de 1957.]
19. "Ouro-Velho da língua na literatura brasileira do século XX", em *Estudos universitários de lingüística, filologia e literatura*. Homenagem ao professor Sílvio Elia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 1990.
20. *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.

II - CONFERÊNCIAS LITERÁRIAS

21. *Rui Barbosa artista*. Montevideú, 1948.
22. "*Juca Mulato*", o poema da terra. Montevideú, 1948.
Ambas estas palestras foram recitadas no famoso recinto de "El Ateneo" de Montevideú (Uruguai), como membro da Missão Cultural Brasileira enviada pelo Itamarati, ao país vizinho, em cumprimento ao tratado internacional.
23. *Um clássico moderno: João Ribeiro* (proferida em sessão pública da Congregação do Colégio Pedro II, por ocasião do centenário do escritor. Rio de Janeiro, 1960).
24. "Ode (em prosa) a um Triunfador – em honra do professor Antenor Nascentes", (em *Jornal do Commercio*, 19 jun. 1966).
25. *Sobre o estilo de Guimarães Rosa* (no Teatro José de Alencar, e Fortaleza, durante o I Simpósio Norte-Nordeste de Estudos da Língua Portuguesa, em 1976).
26. *O Colégio Pedro II e a tradição dos estudos lingüísticos e literários* (Aula Magna, ministrada à abertura dos cursos em 1981).
27. *Rui e o culto da língua portuguesa* (palestra no Liceu Literário Português, em 1982).
28. *Antenor Nascentes: o homem e o mestre* (palestra realizada na Associação Brasileira de Educação [ABE] em 1986).
29. *Dois matizes estilísticos do e inicial de frase* (a aparecer na *Miscelânea* em homenagem ao Professor Celso Ferreira da Cunha).

II - LIVROS DIDÁTICOS

30. *Anotações a textos errados* (4ª ed.). Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944 (esg.).
31. *Teoria da análise sintática: introdução ao estudo da estrutura da frase portuguesa* (4ª ed.). Rio de Janeiro, J. Ozon, 1958 (esg.).
32. "Antologia" (1ª e 2ª séries ginasiais), em Rocha Lima e J. Matoso Câmara Jr., *Curso da língua pátria* (8ª ed.). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1960 (esg.).
33. "Antologia" (3ª e 4ª séries ginasiais), em Rocha Lima e J. Matoso Câmara Jr., *Curso da língua pátria* (8ª ed.). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1960 (esg.).
34. *Português no colégio* (1ª série dos cursos clássico e científico) (16ª ed.). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1969 (esg.).

35. "Português", em *O exame de admissão ao curso ginásial* (4ª ed.). Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1959 (esg.).
36. *O programa de português no segundo ciclo* (em colaboração com Mário Pena da Rocha e Raul Léllis) (3ª ed., 2 vols.). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1951 (esg.).
37. *O programa de português no curso comercial* (em colaboração com Raul Léllis). Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1947 (esg.).
38. *Leitura integral, I* (para a 1ª série do ciclo ginásial), (2ª ed.). Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1966 (esg.).
39. *Leitura integral, II* (para a 2ª série do ciclo ginásial). Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1967 (esg.).
40. *Base de português* (para o curso de admissão ao curso ginásial e 5ª e 6ª séries primárias (2ª ed.). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969 (esg.).
41. *Ciclo ginásial do português* (2ª ed., 2 vols.). Rio de Janeiro, Reper, 1970 (esg.).
42. *Um programa de português* (da 5ª à 8ª série do primeiro grau) (3 vols.). Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
43. *Manual de redação* (em colaboração com Raimundo Barbadinho Neto) (4ª ed.). Rio de Janeiro, FAE, 1987.

IV - DIREÇÃO E CONSULTORIA

44. Coleção Estante da Língua Portuguesa da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1971 - 1972. Volumes publicados: 1. *Fonética sintática*, de Sousa da Silveira; 2. *Meios de expressão e alterações semânticas*, de Said Ali; 3. *Textos quinhentistas*, de Sousa da Silveira; 4. *O fator psicológico na evolução sintática*, de Cândido Jucá (filho); 5. *Ensaio de lingüística e de filologia*, de Leodegário A. de Azevedo Filho; 6. *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo; 7. *Dispersos*, de J. Matoso Câmara Jr. (direção).
45. Dicionário enciclopédico Koogan Larousse Seleções (2 vols. em cores). Tradução e adaptação à língua portuguesa do Nouveau Petit Larousse en couleurs. Rio de Janeiro, Larousse do Brasil, 1978 (co-autoria).

V - VARIA

46. Era uma vez (poema). Ilustração de Euridice. *Ateneu*. Revista Literária do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, ano I, nº 11, p. 6-7, nov., 1933.
47. Elogio para o amigo "encantado". Texto lido em sessão do CLRJ de 27 de outubro de 1979 em homenagem ao prof. Hamilton Aluísio Elia. In: *Cultura Lingüística*. Órgão do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, nº 1, p. 9 - 12, 2º semestre de 1982.
48. De Passo de Camaragibe à porta do céu. Palavras proferidas no PEN CLUBE do Brasil aos 18/04/88, em Paineis - Sessão de Saudade em homenagem a Aurélio Buarque de Holanda.
49. Três amores de Rachel. In: *Rachel de Queiroz: os oitenta* [depoimentos de diversos escritores]. Rio de Janeiro, José Olympio, 1990, p. 127 - 8.

A BOA CAUSA DO PALADINO DA LÍNGUA

Antônio Houaiss
Academia Brasileira de Letras

Busco ressaltar, numa vida que me parece imaculadamente bela, não apenas o amoroso de sua mulher, de suas filhas, de seus netos, que não sem razão sabem o quanto perderam e como devem preservar-lhe a memória; não apenas o amigo e colega e companheiro, em quem jamais lavrou a disputa ou a inveja; não apenas o professor e mestre que, com vocação e insuperável devoção, soube ser um defensor de nossa língua de cultura. E é isso: em Rocha Lima cumpre homenagear a contribuição que deu à preservação e excelência de nossa língua.

Eis aí um tema de que muito sociólogo ou sociologizante sorrirá ceticamente, ao considerar, **a priori**, de si para si, quão ingênua é a tese: como um homem, entre 50 milhões e 150 milhões – o espectro demográfico brasileiro no lapso de vida ativa no magistério de Rocha Lima – poderá ter influído no comportamento linguageiro coletivo?

Pois consideremos alguns dados: leve-se em conta que da sua gramática normativa – incomparável como doutrina, exposição e síntese – já se venderam mais de um milhão de exemplares; que cada um terá sido compulsado, ainda que referencial ou consultivamente, por três pessoas e que, no Brasil do lapso de vida de Rocha Lima, não mais de 20% dos brasileiros estudaram com certa seriedade a nossa língua de cultura – e não será excesso dar a ele a preeminência que lhe reivindico.

Sorriria ele se estivesse ante mim, lendo-me estas linhas e, com a doce ingênua ironia que por vezes tinha, me pediria que eu me comedisse... Alegria que se tinha que levar em conta os Maximinos Maciéis, os Joões Ribeiros, os Eduardos Carlos Ribeiros, os Quintinos do Vale, os Antenores Nascentes, os Celsos Cunhas – e sua nômima seria bem mais copiosa e generosa –, querendo assim inscrever-se numa linhagem de lutadores da defesa desta nossa língua – o que postula a questão do desempenho de certos estudiosos em face da questão languageira no mundo.

Carlos Henrique tinha consciência do problema como grande lúcido. Sabia – e o vi claramente visto nos seus escritos e o ouvi claramente ouvido nas suas aulas – que uma língua de cultura como a nossa e poucas mais – num mundo de mais de dez mil línguas ágrafas – só subsistiriam como tal se fossem servidas por uma imensa rede de escolas, como legiões (pacíficas) de professores e exércitos (pacíficíssimos) de alunos: o que é a realidade que o criou do mundo desenvolvido, a que só acedem os países e nações que criam tais redes e a que não acedem os que não as criam, havendo mesmo os que tomam as vias do subdesenvolvimento agravado exatamente porque deterioram as que tenham sido acaso criadas num certo passado, pelo abandono e achincalhe da mais fecunda das profissões humanas; bem haja, professor Rocha Lima.

Lúcido, Rocha Lima se rebelava contra certa lingüística, que, se crendo objetiva, concreta, realista, estatística, matematizante, empírica descamba em certo populismo esterilizante e conformista, coonestando uma norma pseudoculta que é a urbana de escolarizados com mil horas de estudo até os quinze anos de idade, em constraste com os adolescentes franceses, ingleses, norte-americanos, japoneses *et alia* com 15 mil a 16 mil horas. Sabia ele muito bem que não se ensina para saber falar – falar, fala-se pela mera inserção social (sem escolas, sem professores, sem alunos), mas tal fala não permite o exercício de 30 mil profissões modernas que, em quase sua totalidade, são avessas aos analfabetos e afins. Sabia que, sem continuado estudo, não se vai além de 3 mil palavras mnemonicamente vivas – em face da necessidade de vários milhares mais, consoante as profissões, em face da **consciência** de que há 400 mil que podem ser dominadas pelos cidadãos com apenas terem a chamada cultura librária (que outros, desprezivelmente, dizem libresca) e a chave das consultas às fontes e às obras de referência.

Paladino da boa luta, não aceitou esse achatamento. Não havia nele nenhum ressentimento aristocratizante, nenhuma veleidade serviente, nenhum ideal classificante. Amava sua gente, seu povo, sua língua – e os queria usufrutuários dos bens que a cultura, a ser aberta e profunda e comum, faz do homem mais homem.

Pertencia ele àquele punhado de seres humanos que eu gostaria de ter à beira do meu túmulo. É por isso que viver é morrer um pouco a cada perda querida.

Transcrito de Idéias – Ensaios / *Jornal do Brasil* de 25.08.91.

ARTIGOS

ASPECTOS DA RECEPTIVIDADE AOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS

Edith Pimentel Pinto
USP

1. Qualquer alteração ortográfica, proposta em qualquer país e época, provoca sempre celeuma, podendo chegar a uma verdadeira "guerra de religião", como se disse recentemente na França, a propósito das muitas alterações discutidas e das poucas aprovadas.¹

Na história da ortografia portuguesa episódios semelhantes têm ocorrido desde meados do século passado, quando se levantou a questão da ortografia "sónica", em substituição à etimológica. A intensa participação da intelectualidade ficou atestada numa compilação dos principais estudos e depoimentos, organizada por Barbosa Leão e publicada em 1878.

A proposta em questão era realmente de molde a inflamar os ânimos, pois estava em causa, não uma simplificação de um corpo de regras, mas o próprio fundamento da ortografia, com suas muitas implicações, tais como o estabelecimento de uma pronúncia-padrão portuguesa, ainda não fixada.

Uma comprovação disto está no *Dicionário prosódico de Portugal e Brasil*, de João de Deus e António José Carvalho, onde a representação gráfica de certos vocábulos coincidia com a pronúncia brasileira e não com a portuguesa.² Assim, o **e** e o **o** átonos iniciais são representados respectivamente por **e** e **o** fechados, tal como em: **êduca**, **êfeito**, **êgoista**; e **ôbedecer**, **ôcasião**, **ôdioso** (exemplos transcritos do referido dicionário).³ É também o caso da nasalização da vogal inicial seguida de **m**, **n**, **nh**, a exemplo de: **cãma**, **bãhno**, **cãno**, **têma**, **pêna**, **sênh** (idem).⁴

O mesmo dicionário registra, no entanto, o valor diacrítico das consoantes mudas **c** e **p**, cuja função é a de assinalar a abertura da vogal anterior, ponto que ainda hoje é motivo de discórdia entre brasileiros e portugueses. A propósito, note-se que, naquela época, Barbosa Leão já propunha a substituição dessas consoantes, ditas "nulas", por um acento grave, exemplificando com **eicêção**, **eicêto**, **eicêtuar**.⁵

2. As recentes negociações, que visaram expressamente à unidade ortográfica no mundo da lusofonia, longe de pretenderem alterações fundamentais, fixaram-se em certos pontos – sobretudo aqueles que marcam as principais divergências decorrentes da adoção dos Acordos de 1943 (Brasil) e 1945 (Portugal).

No entanto, apesar de assim restrita, a proposta levantou polémica em Portugal, onde são muito fortes as representações coletivas a respeito de língua, as quais, fundamentadas ou não, constituem um valor considerado inalienável.

Instalou-se, pois, um clima emocional, acentuado pelo desconhecimento, por parte da maioria, da história da língua e, em especial, da história da ortografia da língua portuguesa. Inflamaram-se os meios de comunicação e se multiplicaram obras cujo

título já denuncia a radicalização dominante, como em *Estão a assassinar a língua portuguesa*.⁶

No Brasil, embora não se tivesse atingido semelhante grau de extremismo, não faltaram argumentos aos opositores da reforma ortográfica.

3. Uma das alegações mais genéricas e mais repetidas é a de que brasileiros e portugueses perdem seu tempo com insignificâncias como ortografia, enquanto outros países convivem muito bem com as suas, por mais defeituosas que sejam. Dupla inverdade.

Em primeiro lugar, o assunto não é de pouca relevância, pois toda a civilização atual repousa sobre a palavra escrita, seja ela impressa ou computadorizada. E foi justamente esta última forma de veiculação da palavra escrita que levou à revisão ortográfica em certas línguas de cultura, como o francês e o alemão, entre 1988 e 1989: a linguagem do computador, baseada no inglês, que não tem acentos, cedilha, til, criou dificuldades para outras línguas, que se viram na contingência de aligeirar sua sobrecarga ortográfica.

No caso do francês, as tentativas de reforma constituem uma história das mais tumultuadas. Deixando de lado as lentas e comedidas alterações que se vinham processando desde a Idade Média, a primeira grande reforma se deu no século XVIII; e a segunda, por volta de 1830, fixou a forma atual, extremamente sobrecarregada. Neste século houve pelo menos quatro tentativas sérias, em que se envolveram escritores de renome e lingüistas da altura de Ferdinand Brunot; mas só a última (1988 – 1989) trouxe, afinal, alguns poucos frutos.

Também desde o começo desde século várias outras nações empreenderam atualização ortográfica: a Rússia, em 1917; e a Alemanha, entre 1900 e 1920, quando passou a vigorar a forma atual, objeto de nova investida em 1988, quando se pretendeu extrapolar o âmbito da ortografia, propondo-se outras alterações, como a eliminação das maiúsculas dos substantivos, a separação das sílabas não por critério etimológico, mas fonético, e a regulamentação do emprego da vírgula – um dos tormentos do aprendiz de alemão.

Não se trata, pois, de questão insignificante, nem do exclusivo agrado de luso-brasileiros – que foram até elogiados pelos franceses por sua boa disposição de retomar a tarefa.⁷

O que se nota de comum entre essas propostas de alteração ortográfica é seu caráter cauteloso, comedido, o que as situa muito aquém do desejável ou do necessário, mas evita o extremismo emocional da opinião pública.

Além desse argumento genérico, o da irrelevância da questão ortográfica, outros, mais específicos, têm sido levantados.

A análise de tais argumentos, que circularam por ocasião das duas mais recentes propostas (1986, 1990) de unificação ortográfica no mundo da lusofonia, permite classificá-los em dois grandes grupos, segundo a mentalidade que os determina: os de caráter conservador e os de caráter progressista.

Entre os conservadores predomina o subgrupo dos nacionalistas, muito mais numeroso em Portugal do que no Brasil, dado o peso da tradição, que molda as opiniões a respeito de língua e nacionalidade. Dele fazem parte, com grande atuação, os historiadores e alguns escritores, mas raramente os lingüistas, que dificilmente

endossariam a alegação de que alterar a ortografia é deturpar a língua – com exceção, talvez, de certos etimologistas, que vêem na forma da palavra um valor histórico inalienável.

Um segundo subgrupo de conservadores é constituído de comodistas, que se recusam a retocar a ortografia que aprenderam nos bancos escolares. Há entre eles até professores de língua, que nem se dão o trabalho de ler as bases do projeto, à espera de que não seja aprovado e, se for, de que não "pegue", como o Acordo de 1945.

Outro subgrupo de conservadores é o dos pragmáticos, alguns dos quais são imediatistas: admitindo o caráter convencional da ortografia, argumentam que, convenção por convenção, qualquer uma serve. Esquecem-se, evidentemente, de que convenções também se aperfeiçoam e que um aprimoramento discreto é facilmente assimilável. A isto contra-argumentam, concluindo que, se são assim tão pequenas as alterações, então não valem o transtorno que acarretam.

São também conservadores pragmáticos os que valorizam o aspecto econômico, o prejuízo das editoras com o envelhecimento rápido de milhares de livros.

Argumento deste tipo não impediu, por exemplo, a reforma do ensino da matemática, que, entre outros pontos, eliminou do currículo do secundário o programa de geometria. Nem, obviamente, deteve as reformulações político-geográficas, primeiro na África, depois no leste europeu – processo que arcaizou mapas, atlas, compêndios escolares, guias de viagem e similares.

A curto prazo, é evidente que os transtornos são inevitáveis e onerosos, mas, a longo prazo, o ressarcimento é certo, pois a compra de materiais atualizados é compulsória.

Há ainda os conservadores estetas, como os que, na França, recentemente, preferiram conservar o **ph** porque é muito charmoso... Entre os estetas, contam-se além de homens comuns, como os inqueridos na França, também escritores: são os enamorados do desenho da palavra, sentido como componente de seu potencial semântico.

Esse fato já fora observado, no século passado, por Latino Coelho, em seu *Relatório sobre ortografia*, organizado como subsídio para o projetado *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa*, onde se lê:

"Há duas maneiras de considerar a ortografia (...)": "Para uns a palavra escrita é apenas a fixação, a representação gráfica e analítica dos sons, por meio de sinais de convenção. Para outros é mais alguma coisa, é um conjunto sintético de notas, as quais, pela sua reunião, representam à vista como a figura e o colorido da palavra." "(...) um debuxo quase ideográfico, um símbolo da noção e da idéia, um retrato do objeto representado".

Conciliador, Latino Coelho, para satisfazer a estes, propunha uma solução salomônica: que as palavras comuns, vindas do latim, se escrevessem pela "sónica", e as palavras cultas, garimpadas no latim e no grego pelos eruditos, mantivessem uma forma que lembrasse o étimo.

4. Já os espíritos progressistas, inclinados à renovação, geralmente são abertos ao exame das propostas de mudança ortográfica, embora ocasionalmente apresentem

restrições. Em princípio aceitariam certas alterações, mas não exatamente nos termos em que se propõem.

Para alguns a base da reserva é a suspeição. No Brasil, a propósito das sucessivas reformas ocorridas neste século, sempre se ouviu dizer que os membros da comissão negociadora, ou alguns deles, nada entendendo do assunto, aceitavam o encargo para ir passear a Portugal; ou, pior, eram entendidos, mas estavam vendidos aos interesses portugueses, em troca de certas vantagens.

É bom lembrar que tais farejadores da venalidade são hoje muito mais numerosos em Portugal que no Brasil, invertendo-se a situação.

Outros atacam, não a moralidade dos promotores do acordo, mas os seus critérios: só considerariam legítima uma reforma que fosse sancionada pela opinião pública, ou parte dela, tal como se fez recentemente na França, onde, obtido o assentimento de 90% dos consultados, a tarefa foi entregue aos especialistas.

Procedimento semelhante, no Brasil, além do alto custo, esbarraria em, pelo menos, dois obstáculos: a negligência, o desinteresse habituais, já muito evidenciados em pesquisas do gênero, cujo retorno é mínimo, em termos de respostas aproveitáveis; e a radicalização das posições, que, ignorando qualquer cautela, prefere reformar tudo de uma só vez, para liquidar o assunto.

Outro grupo de adeptos de reformas, também radicais, são os reformadores compulsivos, que estão sempre com a mão na massa, prontos a apresentar seu projeto particular, em geral de cunho fonético extremado, e baseado em sua experiência de falante, ou de sua região e seu nível sociolingüístico.⁹

Destacou-se nessa posição, nos anos 40, o General Bertoldo Klinger,¹⁰ seguido, anos afora, por muitíssimos outros, que, no geral, procuram professores de português, na esperança de apoio e divulgação.

Dentre esses reformadores radicais individualistas há ainda os que o são mais acentuadamente, dispensando o apoio e a adesão de quem quer que seja: limitam-se a usar uma ortografia particular em seus próprios textos. Um exemplo disso está nos artigos que, durante certo tempo, Glauber Rocha escrevia para a **Folha de São Paulo**.

Tal prática, explicável na ausência de uma ortografia oficializada, como nos tempos de Alencar, ressurgiu com os modernistas, não só como índice da independência do grupo, mas também como forma de protesto contra as reformas profundas – não de pormenores – que se sucediam desde o começo do século, num ritmo capaz de tirar o fôlego até aos interessados em acatá-las.

Finalmente, entre os inclinados a admitir mudanças ortográficas, sobretudo se criteriosas e cautelosas, distinguem-se, pela qualidade de suas restrições, os profissionais especializados – gramáticos, lingüistas, professores de português, enfim, os estudiosos da língua. Estes examinam à luz da crítica os termos das propostas, identificam alguns pontos dignos de reparo e apresentam sugestões – aproveitáveis na eventualidade de uma retomada do assunto. Nesse sentido, e relativamente às mais recentes tentativas de unificação ortográfica no mundo lusofalante, lembramos os nomes dos professores Evanildo Bechara e Dorival Soares Ramos, autores, ambos, de sugestões sobre o emprego do hífen.

5. Enfim, somando-se os opositores sistemáticos aos defensores de uma reforma ideal, que jamais coincide com aquela que se tem em mira; e considerando-se ainda a

grande maioria de fato indiferente e difícil de sensibilizar-se com matéria desse teor, entende-se o motivo da rejeição cabal e das tentativas de torpedear os projetos de reforma ortográfica.

Refletindo nisso, pois eram em tudo semelhantes as reações ocorridas a seu tempo, concluiu Barbosa Leão:

"São fracas a razão e a lógica contra os preconceitos e os caprichos."¹¹

NOTAS

1. Cf. *Enquête orthographe: Le dossier du débat*, p. 40 e seguintes. Cf. Bibliografia.
2. "Se nalgumas palavras o leitor achar indicada uma prosódia que não é a sua, saiba também que em muitíssimos casos admittimos uma prosódia diferente, limitando-nos por brevidade a indicar a nossa preferida ou a que julgamos mais usual ou autorizada." – Apud Barbosa Leão, *Colêção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*, p. V. Cf. Bibliografia.
3. *Ib.*, p. 84.
4. *Ib.*, p. 12.
5. *Ib.*, p. 53 e 138.
6. Cf. Bibliografia.
7. *Enquête orthographe*, p. 46.
8. Apud Barbosa Leão, *Op. Cit.*, p. 110.
9. À guisa de exemplo: J. Vaz Pupo, *Ortografia popular brasileira*. Cf. Bibliografia.
10. *Ortografia simplificada brasileira*. Cf. Bibliografia.
11. Apud Barbosa Leão, *Op. Cit.*, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, António José & DEUS, João de. *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*, 15. ed. rev. e muito aum. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1918.
- AA. VV. *Estão a assassinar o português*. Temas portugueses: 17 depoimentos. Lisboa, Impr. Nac. / Casa da Moeda, 1983.
- GARIN, Christiane (org.). *Enquête orthographe: Le dossier du débat*. In *Le Monde de l'éducation*. Paris, out. 1989.
- ICALP – Revista do Instituto de Cultura da língua portuguesa. Jul. 1986, nº 5.
- KLINGER, Jeneral Bertoldo. *Ortografia simplificada brasileira*. Rio de Janeiro / s. Ed./, 1940.
- LEÃO, José Barbosa (org.). *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa, Impr. Nacional, 1878.
- PUPO, J. Vaz. *Ortografia popular brasileira*. Uma proposta de racionalização ortográfica para as gerações que nassem./ed. do A./

ADITAMENTO AO ÍNDICE DO VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL

Antônio Geraldo da Cunha
Casa de Rui Barbosa

Ao concluirmos a Introdução ao primeiro volume do *Índice do Vocabulário do Português Medieval* (IVPM) – publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1986 –, informamos aos consulentes que prepararíamos um Suplemento, a ser anexado ao último volume, em que recolheríamos novas palavras e novas variantes que viessem a se nos deparar na consulta de alguns textos que não tivemos oportunidade de consultar até então, bem como de outros que viessem a ser editados posteriormente. Repetimos a mesma informação na Nota Introdutória ao segundo volume do IVPM, de 1988. Era nossa intenção, também, publicar até 1990 os seis ou sete volumes que ainda faltavam para completar a obra, pois o material já se encontrava devidamente pesquisado e reunido em nossos fichários, que abrigavam então mais de 150.000 fichas datilografadas com as transcrições de passagens abonatórias de dezenas de milhares de palavras e variantes recolhidas em pouco mais de 100 textos medievais.

Infelizmente, por motivos alheios à nossa vontade, a publicação foi interrompida e os colaboradores foram sendo dispensados um a um; desde novembro de 1989 já não contamos com mais nenhum.

Apraz-nos, todavia, mencionar que o IVPM teve muito boa receptividade entre lingüistas e filólogos, não apenas no Brasil, mas também no exterior; dentre estes últimos, cumpre-nos ressaltar o interesse manifestado pelos professores Ivo Castro, José de Azevedo Ferreira, Ramón Lorenzo, Paul Teyssier, Giuseppi Tavani, Stefan Dworkin, Harri Meier, Kurt Baldinger, Dieter Messner e Bodo Müller.

Este último vem publicando na Alemanha, em fascículos, desde 1987, um monumental *Diccionario del Español Medieval*, editado pela Carl Winter Universitätsverlag, de Heidelberg. Na estruturação dos verbetes, Bodo Müller, depois de reunir abundante documentação, recolhida de numerosíssimos textos medievais espanhóis, distribui as passagens abonatórias pelas diferentes acepções com que o vocábulo se apresenta nos textos consultados. De par com essa documentação histórica, o autor estuda com profundidade a etimologia do vocábulo espanhol e, a seguir, confronta-o com os seus correspondentes nas línguas românicas: catalão, português, francês, italiano, etc. Para a correspondência com o português, Müller cita constantemente o IVPM, pois são muito grandes as semelhanças entre o léxico do espanhol e do português, particularmente no período medieval.

Julgamos oportuno publicar este pequeno aditamento aos dois volumes do *Índice do Vocabulário do Português Medieval* (que reúnem os vocábulos iniciados pelas letras

A, B e C), uma vez que a conclusão do IVPM ainda demorará, na melhor das hipóteses, de três a quatro anos.

Neste aditamento, mantendo a mesma estrutura do IVPM, registramos:

- 1) vocábulos não incluídos no IVPM;
- 2) variantes não incluídas no IVPM;
- 3) vocábulos que, embora incluídos no IVPM, já se documentam em data anterior à indicada ali;
- 4) variantes que, embora incluídas no IVPM, já se documentam em data anterior à indicada ali.

Os vocábulos consignados em **negrito** no título do verbete (**abastante**, **abismo**, etc.), sem qualquer outra referência, são os que já haviam sido incluídos nos dois volumes do IVPM até agora publicados. Quando, porém, a um deles se segue a indicação de sua classe gramatical (**adormecimento**, **agulheta**, etc.) e, por vezes também, uma breve definição (**alcadafe**, **alentar**, etc.), o consulente fica desde já advertido de que se trata de vocábulo só agora registrado.

As siglas aqui indicadas são as mesmas do IVPM, com exceção de três, a saber:

CAMP = Documentos sobre Vila Nova de Gaia 4. *Livro das Campainhas* (códice da segunda metade do século XIV [1365]). Mosteiro de São Salvador de Grijó. Leitura e transcrição paleográfica: Jorge de Alarcão. Revisão do texto, índices e notas: Luís Carlos Amaral. Vila Nova de Gaia, 1986 [Citam-se, nas transcrições, o número da página e o número da linha].

CHAN = Luiz Fagundes Duarte, *Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III*. Curso de Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 1986 [Citam-se, nas transcrições, o número da página da leitura paradiplomática e o número da linha, de acordo com o critério de numeração adotado na edição; consultamos um exemplar datilografado, que nos foi gentilmente cedido pelo Prof. Luiz Fagundes Duarte].

CORT = *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357)*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa, 1982 [Citam-se, nas transcrições, o número da página e o número da linha da edição preparada por A. H. de Oliveira Marques **et alii**].

A

abastante

abastãte 1278 CHAN 258.16.

abismo

abisso sXIV TUND 67.

aaviso sXIV TUND 6.

abominável

abhominavel sXV BENT² 86.7.

ábrego

aurego 1269 CHAN 116.12.

abril

abrill 1325 CORT 18.19.

habril sXV CITR¹ 30.

abrir

abryr sXIV PELA 4, TUND 5.

abstinência

— sXIV PELA 42.

abundamento

— sXV REIS 170.24.

abundante

avondante sXIV JERO 21.

abundoso

auondoso 1325 CORT 13.7.

acaecer¹

aqaeceer 1325 CORT 23.14.

açafrão

açafrã 1269 CHAN 132.4-5.

asafrão sXV CITR¹ 373.

ação

acção 1257 CHAN 216.11.

auçom 1340 CORT 114.7.

acatamento

acatamêto sXIV PART P.64.

aceitado

açeitado sXV REIS 83.11.

aceito

acçpto sXV BENT² 15.12.

acerto *sm.* Cp. ACERTAMENTO.

açerto sXV REIS 107.20.

achacar

— 1325 CORT 22.37.

achaquar 1331 CORT 73.29.

acidente

— sXIV JERO 17.

acintemente

ciintemête sXV CONF 141b28.

acoimado

coomeado sXIV TROY II.75.21.

acompanhar

conpanhar sXIV PELA 6.

acontiado

— 1352 CORT 148.27.

acorrimento

accorimento sXV REIS 214.28.

accurrimento sXV REIS 138.13.

acorrymêto sXIV EUFR 29.

acorro

acorro sXV REIS 191.21.

acostumar

acostumear 1255 CHAN 80.40-41.

açougagem

açougajees (pl.) 1331 CORT 97.23.

açouguagem 1331 CORT 92.5.

açougue

— 1269 CHAN 124.26.

açouguij 1331 CORT 58.1.

açoutado

— 1325 CORT 14.20.

acoutar

coutar 1257 CHAN 218.23.

açúcar

açuquare sXV CITR¹ 218.

asuquare sXV CITR¹ 339.

administração

— sXV TERS 55.31.

amenistraçom 1331 CORT 44.9.

adoecer

doesser sXV REIS 172.23.

adormecimento *sm.*

adormeçimento sXV BENT² 7.7.

adulterio

dulterio sXIV PART IX. 1387, 1352
CORT 140.42.

adventício*vijdyço* sXIV PART VIII.47.**advogar***vogar* 1331 CORT 91.31.**afeição***affeição* sXV REIS 177.15.**afeitado***affectado* sXIV PELA 5.**afeitar***afectar* sXIV PELA 13.*affectar* sXIV PELA 9.**aferrar***afferar* sXV REIS 128.16.*afferrar* sXV REIS 129.14.**aferventado***afferuentado* sXV REIS 234.21.**afinado p. adj.**— sXV CITR¹ 73.**afincação***afficação* sXV REIS 231.24.**afincadamente***aficadamente* sXIV EGIP 52.**afincado***affincado* sXV REIS 67.16-17.**afrito**

— sXIV EUFR 33.

aformosentar*affremosentar* sXIV PELA 9.**agárico sm.**— sXV CITR¹ 557.*aguarico* sXV CITR¹ 243.**agradado p. adj.**

— sXV REIS 67.4.

agradar*agardar* sXV REIS 69.19.**agradecimento***aguardeçimento* sXV REIS 59.19.**água***aaugua* sXV BENT² 70.18.*augoa* sXIV EUFR 42.**aguazil***aluazĩs* (pl.) 1331 CORT 98.36.*aluazĩs* (pl.) 1331 CORT 98.37.*alvaziis* (pl.) 1265 CHAN 95.2.**aguilhão***aguilhões* sXIV TUND 64.*aguylhões* sXIV TUND 47.**aguissado***aguyssado* 1331 CORT 90.13.**agulheta sf.**— sXV CITR¹ 799.**aí***hij* 1331 CORT 39.16.**aio***ayo* 1277 CHAN 236.55.**alargar**

— 1331 CORT 91.36.

alcáçar*alçaçe* sXV REIS 79.9.**alcadafe sm.** Bilha, escudela.

— 1272 CHAN 166.13.

alcaide*alcaijde* 1331 CORT 40.5.*allcaide* sXV REIS 90.12.**alcance***alçaço* sXV REIS 205.28.*alcançe* sXV REIS 107.12.**alcândora***alcãdora* sXV CITR¹ 261.**alcatira***alquetira* sXV CITR¹ 84.**alegria***aligria* sXIV TUND 61.*aligrya* sXIV TUND 88.*allegria* sXIV TARS 10.**alentar vb.** Dar alento, animar.— sXV CITR¹ 186.**alfaiate***alfaijate* 1331 CORT 51.14.**alfândega**

— 1269 CHAN 124.26; 1340 CORT 106.33.

alfandiga 1331 CORT 65.23.*alfandiga* 1331 CORT 65.25.

alfaqueque*alfaqueque* 1352 CORT 132.9.**alfegue***alfeque* sXV CITR¹ 134.**alferes***alferaz* 1266 CHAN 112.33-34.**alfinete**— sXV CITR¹ 732.**alforfe***alforva* sXV CITR¹ 85.**alfrés***alfres* 1349 CORT 106.29.*alfreses* 1340 CORT 106.9.**almdraquilha sf.**— sXV BENT² 73.19.**almécega***almesega* sXV CITR¹ 804.**almocreve***almocreue* 1331 CORT 60.40.**almotaçaria***almoteçaria* 1331 CORT 51. 25-26.**almotacé***allmotaçees* (pl.) 1331 CORT 70.5.**almoxarifado**

— 1340 CORT 105. 30.

almuxariffado 1331 CORT 59.22.**almoxarife***almoxariffe* 1269 CHAN 120.50-51;

1331 CORT 83.24-25.

almoxaryfe 1331 CORT 69.1.**almude**

— 1272 CHAN 168.25.

almuinha*almoiynha* 1331 CORT 87.3.*almoyinha* 1331 CORT 87.6**almurzelo***armuzello* sXIV TUND 47.**alna**

— 1352 CORT 127.23.

alporca sf.

— sXV REIS 244.8.

alqueire*alqueijre* 1331 CORT 50.6.**alquiar***alquyar* 1331 CORT 91.44.**aluguel***aloguer* 1331 CORT 93.11.*aluguees* (pl.) 1325 CORT 15.1.**alumiado**

— sXIV TUND 70.

alumiante*alomeante* sXIV JERO 23.**alvará***aluala* 1331 CORT 79.32.*aluara* 1352 CORT 125.47.**amável**

— sXIV JERO 18.

amolecer vb.— sXV CITR¹ 323.**amorado***amorado* 1352 CORT 140.30.**amornar vb.**— sXV CITR¹ 388.**amparamento***emparamẽto* sXIV PART XIII.97.*ẽparamẽto* sXIV PART XIII.417.**andado**

— 1255 CHAN 72.7.

anojadiço adj.— sXV CITR¹ 205.**anovea sf.** Pagamento de uma dívida com um valor equivalente a nove vezes outro tanto.*anovea* 1331 CORT 62.21.**anoveado***anouueado* 1331 CORT 34.17.**antemanhã***antamanhã* sXV REIS 148.18.**antífona**— sXV BENT² 35.22.*antiffona* sXV BENT² 35.16.*antiphaã* sXV BENT² 63.20.*antiphona* sXV BENT² 32.17.

anúduva*anuduua* 1266 CHAN 112.14.**aparelhado**

— 1279 CHAN 294.4.

apartadamente.— *sXIV* EGIP 17.**apartar¹***appartar sXV* REIS 85.28.**apelação***apelaçom* 1352 CORT 133.35.*appellaçom* 1331 CORT 69.29.**apelado**

— 1331 CORT 81.31.

apelidar*apilidar* 1255 CHAN 80.40.**aperfiar***aperffiar sXV* BENT² 18.23.**apóstolo***apostolo sXIV* PELA 43.**apresentação***presemtação sXV* REIX 366.50.**apréstimo***aprestemo* 1352 CORT 144.29, 1365
CAMP 76.10.**aprofeitado p.adj.***aproffejitado* 1352 CORT 123.11.*aproffeytado* 1352 CORT 126.30.**aprofitear***aproffejitar* 1352 CORT 133.2.*aproffeytar* 1352 CORT 128.41.**aproveitar***aprouejtar sXV* REIS 198.2.**apto**

— 1353 CORT 154.12.

aquilão*aguião sXV* REIS 81.10.*aguyon* 1269 CHAN 116.11.**arbítrio**— *sXIV* PELA 37.*aruidro* 1270 CHAN 144.32.**arcanjo***arcãgo sXIV* TUND 101.**argueiro**— *sXV* BENT² 14.22.**arminho***armijnho* 1340 CORT 108.19.**arrabalde.***arraualdi* 1331 CORT 68.34.**arraial***arrajal sXV* REIS 93.21.*arrajes* (pl.) *sXV* REIS 132.5.**arraigado***areygado* 1331 CORT 88.43.**arraigamento***areigamento* 1331 CORT 88.43.**arrebatadamente***arrevatadamente sXIV* EGIP 54.**arredoma**— *sXIV* TUND 97.**arrendado***rendado* 1331 CORT 34.32.**arrependimento***arrepemimẽto sXIV* TARS 10.**arrepiaar***arrapiar sXV* CITR¹ 310.**arrojar vb.** Levar, ir de rojo; arrastar.— *sXV* TERS 61.24.**arruidador adj. sm.** Que, ou aquele que faz ruído.*aroidador sXV* BENT² 85.1.**arruído***arojdo sXV* REIX IL.132.119.**artigo**

— 1352 CORT 124.1.

artijgoo 1352 CORT 145.25.**asa***aza sXV* CITR¹ 302.**ascensão***ascenssão sXV* REIS 125.11.**asnal**

— 1269 CHAN 125.5.

asseitamento*asseytamento sXIV* EUFR 41.

asselado*assellado* sXV REIS 220.9.**assentado***assētado* sXV REIS 142.8.**assentar***assemtar* sXIV EUFR 23.**assinadamente***asijnadamente* 1340 CORT 115.25.**assinado***assignado* 1353 CORT 150.18.*assijgnaado* 1352 CORT 126.13.**assinallado***asijgnalado* 1352 CORT 123.15.**assinamento***assinaamento* 1325 CORT 24.22.**assinar***asiinar* sXIV EUFR 24.*assijgnaar* 1352 CORT 129.42.*assjnar* 1352 CORT 124.20.**assonorentado**

— sXV REIS 87.20.

assossegado

— sXV REIS 194.25.

assosegado sXV REIS 102.11.**assossego**

— sXV REIS 51.33.

assesego sXIV EUFR 23.*assesego* 1352 CORT 130.36.**astringir** vb. Adstringir.*astrenger* 1331 CORT 76.22.**atalaia***athalaya* 1265 CHAN 100.26.**ateigado** p.adj. Vendido a teiga (antiga unidade de peso utilizada para cereais, pão etc.).*ateygado* 1255 CHAN 78.22.**atender***attender* sXV BENT² 79.15.**atolado** p.adj.— sXIV MONJ^a 10.**atormentador***atormētador* sXIV TUND 38.**atrevidamente***atreuidamente* sXIV TRIS 77.24.**atroçado** p.adj. Dividido em pedaços.*atorçoadado* sXV REIS 138.22.**audiência**

— 1340 CORT 114.36.

audiencia 1353 CORT 153.44.**autoridade***outoridade* 1278 CHAN 276.38.**avelã**— sXV CITR¹ 687.**aventurado***auentujrado* sXV LOPJ II. 102.10.*auētuyrado* sXIV PART III.674.**aventurança***avēnturāça* sXIV JERO 26.**aventuroso***auenturoso* sXIV TRIS 76.1.**az¹***hazes* (pl.) sXV REIS 66.7.**azambujeiro***azābugeiro* sXV REIS 95.24.**azemel***azamees* (pl.) 1331 CORT 61.16.*azemees* 1352 CORT 131.22.**azenha**

— sXIV PELA 25.

açenha 1331 CORT 88.15.*zenha* 1365 CAMP 34.8.**azinhaga***azinaga* 1269 CHAN 116.11.**azo¹***aso* 1353 CORT 155.21.**B****bacelo**

— 1276 CHAN 220.1.

baixel

— 1331 CORT 82.39.

barcádegas*barcadiga* 1331 CORT 94.20.

barregã

barregan 1353 CORT 155.8.

barregão

barragão 1 1331 CORT 74.42.

bênção

béézõ 1277 CHAN 234.31.

beyçon 1273 CHAN 182.9.

benefício

— 1257 CHAN 218.17.

benfeitoria

bēfeytorya sXIV PART P.199.

benfeytoria 1278 CHAN 276.29-30.

benfeytorya 1331 CORT 73.46.

besteiro

beesteijro 1331 CORT 39.30.

bifa *sf.* Espécie de tecido.

— 1340 CORT 106.36.

bígamo *adj.sm.*

— 1353 CORT 154. 39-40.

boi

boij 1352 CORT 143.16.

boj 1352 CORT 142.14.

bom

boons 1325 CORT 14.23.

branco

brranco 1331 CORT 92.6.

brou *sm.* Espécie de tecido.

— 1340 CORT 106.37.

bufão

bofoens (pl.) 1353 CORT 152.49.

bulha *sf.*

— 1352 CORT 127.32.

bulhador *adj.sm.*

— 1331 CORT 73.43.

bulador 1325 CORT 16.32.

burel

burees 1269 CHAN 132.11-12.

buscado

— 1340 CORT 117.4.

C**cabaça**

— 1352 CORT 141.23.

cambiadiço *adj.*

cābhadiço sXIV PART VI.583.

cambiamento

cābhamēto sXIV PART VII.142

candeeiro

cādieyro sXV VITA 142c36.

candeyro sXV VITA 102c15.

cantante

cātante sXIV PART VI.617.

capeirão

capeyrõ sXIV PART VI.1243.

capelão

capellã 1266 CHAN 114.41.

capirote

capejrote 1340 CORT 108.25.

carceragem

— 1325 CORT 14.2.

carçaragem 1331 CORT 94.9.

carcerageens (pl.) 1331 CORT 28.35.

caridosamente

caridosamēte sXV VITA 167.26.

carniceiro

carneçeyro 1269 CHAN 128.24.

carretar

— 1272 CHAN 168.20.

carreteiro

carretyro 1331 CORT 56.24.

carreto

— 1272 CHAN 168.18; 1331 CORT 56.22.

casa

caza 1352 CORT 148.23.

casado

cazado 1353 CORT 152.36.

casal

casaes (pl.) 1255 CHAN 78.17.

cassaaes (pl.) 1325 CORT 23.37.

casamento*cazamento* 1353 CORT 154.30.**cassado** *p.adj.**casado* 1257 CHAN 215.10.**castanha**

— 1269 CHAN 132.4.

catecúmeno*catecumino* sXIV PART IV.264.*cathecumino* sXIV PART IV.27.**cautelosamente***cautillosamente* sXV VITA 129b23.**cautério** *sm.*

— sXV VITA 133b19.

cavalar*caualar* 1269 CHAN 126.45.**cavalaria***cavalarya* 1325 CORT 21.21.**cavaleiro***caualejro* 1325 CORT 14.38.*caualleiro* 1325 CORT 14.45.**cebola**

— 1269 CHAN 132.5.

ceixão *sm.* Espécie de ornato de vestimentas.*ceyxões* (pl.) 1340 CORT 106.19.**centeio***centeo* 1255 CHAN 70.36.**cercão**

— sXIV PART VIII.481.

cercilho

— 1353 CORT 153.38.

cereja*cerejia* 1331 CORT 94.12.**certidão***certidõe* 1331 CORT 67.26.**cesta**

— 1278 CHAN 266.10.

cesteiro *sm.**sesteyro* 1255 CHAN 80.33.**cesto**

— 1269 CHAN 128.31.

chacoso *adj.* Que tem achaques, achacoso.

— sXV VITA 139b45.

chagador *adj.sm.* Que ou aquele que fere, que provoca chagas.

— 1325 CORT 14.5.

chancelaria

— 1325 CORT 17.5-6.

chançelaria 1352 CORT 127.4.*chancellaria* 1352 CORT 140.17.**chanceler**

— 1340 CORT 119.9.

chãceler 1255 CHAN 72.6-7.*chançeler* 1331 CORT 84.25.**chumbo***chunbo* 1266 CHAN 112.29; 1325 CORT 18.8.**cidadão**

— 1277 CHAN 238.70.

cida*çidra* 1331 CORT 80.37.**ciência***sciãçia* sXIV PART IV. 166.**cinquenta***cincoenta* 1269 CHAN 120.10.*cyncoenta* 1331 CORT 94. 22.**citar**

— 1340 CORT 119.17.

çitar 1340 CORT 118.36.**civil***ceuijs* (pl) 1331 CORT 30.30.*ceuil* 1331 CORT 57.16.*çeuil* 1331 CORT 52.10.*çiuis* (pl.) 1352 CORT 129.38.**cláusula**

— 1331 CORT 75.39.

clementinas *sf.pl.* Compilação das decretais do papa Clemente V, feita, na primeira metade do século XIV, por seu sucessor, o papa João XXII.*crementinas* 1353 CORT 152.41.

clerezia

clerzija 1352 CORT 133.39.

clérigo

clerijgo 1352 CORT 124.7.

criligo 1331 CORT 99.34.

cobiça

coobijça sXV VITA 97.22.

cobiçosamente

cobiçosamête sXV VITA 119d49.

cobre

— 1274 CHAN 244.23.

cócegas sf.pl.

— sXV VITA 104d13.

coima

coijma 1353 CORT 142.46.

cooijmha 1352 CORT 125.41.

cooimbra 1331 CORT 41.2.

coomia 1255 CHAN 70.47.

coyma 1352 CORT 142.42.

coimeiro

coijmeiro 1352 CORT 143.9.

coito¹

coyto 1269 CHAN 134.29.

colheita

— 1331 CORT 97.27.

coleyta 1255 CHAN 70.44

comedura sf.

— 1325 CORT 21.20-21.

cominho

comyo 1269 CHAN 132.4.

compaixão

compaixam sXV VITA 137d38.

compaixõ sXV VITA 94d1.

conpaixã sXV VITA 130c8.

companha

compãha sXV VITA 139d2.

companhão 1

companhães (pl.) 1331 CORT 91.23.

companhom 1331 CORT 50.26.

cõpanhões (pl.) sXIV PART VIII.494.

companheiro

conpãheyro sXIV PART IV.709.

cõpãheyro sXIV PART IV.54.

companhia

companhiha 1331 CORT 50.10.

conpanhiha 1331 CORT 50.26-27.

compêndio sm.

— sXV VITA 113d22.

compensado p.adj.

cõpensado sXV VITA 99b12.

compleição

cõpleixõ sXV VITA 157b40.

composição

compossições (pl.) 1331 CORT 89.5.

compoziçom 1331 CORT 95.15.

comppossições (pl.) 1331 CORT 88.46-47.

conposizõ 1274 CHAN 250.51.

compreender

comprehender sXIV PART II.311.

compreensor adj.sm. Que compreende; entendedor.

cõprehensor sXV VITA 172c5.

comprometimento sm.

cõpromitamêto sXIV PART VIII.533.

compromisso

conprimjsso sXIV PART VIII.532.

conpromjsso sXIV PART VIII.531.

cõpromisso sXIV PART VIII.487.

compunção

cõpũçõ sXV VITA 138b17.

cõpunçõ sXV VITA 158.22.

compungido

compũgido sXV VITA 134c40.

compungimento

cõpũgimêto sXV VITA 185c17.

comuneza

— sXIV PART VII.125.

comunidade

— 1272 CHAN 194.34-35.

concelho¹

cõçelho sXIV PART VIII.151.
coconcelho 1352 CORT 137.27.

conclusão

cõclusã sXV VITA 131b40.
cõclusom sXV VITA 117.35.

condenado

cõdãpnado 1266 CHAN 112.26.
condapnado sXV PART IV.485.

condenar

cõdpênar [sic] sXV VITA 122d31.
condepnar 1353 CORT 151.19.

condição

condições (pl.) 1271 CHAN 156.38.

condicionalmente

cõdiçõnalmete sXV VITA 116c32.

condir vb. Temperar.

— sXV VITA 102c49.

cônego

conigoo sXIV PART VIII.94.

confessado

confessado sXIV PART V.72, 1352
 CORT 147.38.

confessor sm. CONFESSOR.

cõffessador sXIV PART VI.18.
confessor sXIV PART VI.451.
confessador sXIV PART VI.19.

confiança

cõfiãça sXV VITA 148b22.
confiãça sXV VITA 165c28.

confirmação

cõffirmaçõ sXIV PART V.58.
cõfirmaçõ 1257 CHAN 218.19.
confirmaçõ sXIV PART V.2.

confirmado

confirmado 1331 CORT 92.32.

confirmamento

cõfirmamêto sXIV PART VII.648.
confirmamêto sXIV PART V.24.

confissão

confissam sXV VITA 133.19.

conformação sf.

conformaçom sXV VITA 139c7

confundimento

confundimento sXIV PART VI. 739.

confundir

cõfundir sXV VITA 180b25.

congro

— 1269 CHAN 130.34.

conhecido

conhecudo 1331 CORT 40.29.

conhecimento

conhijcimento 1352 CORT 146.17.
conhosçimento 1331 CORT 69.29.

conjuração

conjuraçõ sXIV PART III. 364.

conlacia sf. Parentesco, laços de amizade.

conlaçya 1352 CORT. 128.19.

conquerido

cõquerudo sXIV PART VIII.426.

consagrado

cõssagrado sXIV PART VII.265.

consciência

conscijença 1352 CORT 126.12.

consentido

— sXV VITA 105c12.
cõsentido sXV VITA 94.10.

consentimento

consentijmento 1352 CORT 131.36.

consentir

consentir 1325 CORT 22.7.

consequência

cõsequencia sXV VITA 130b42.

considerar

conssijrar 1352 CORT 126.3.
conssirrar 1331 CORT 90.27.
consyrrar 1331 CORT 54.28.

consigo

comssigo 1340 CORT 112.37.
conssijgo 1352 CORT 129.31.

consolador

cõsollador sXV VITA 140b18.

constrangido

costraniudo 1325 CORT 16.27.

constrangimento

constrãgimẽto sXV VITA 96c38.

cõstrãgẽmento sXV VITA 146c46.

cõstrãgimẽto sXV VITA 106.39.

consumado

cõsumado sXV VITA 163d21.

consumido

consumudo sXIV PART VII.191.

cõssumido sXIV PART VII.260.

contemplativo

cõtẽpratiuo sXV VITA 121b5.

conteudo

contehudo 1331 CORT 52.16.

contheudo 1331 CORT 98.42.

cõteudo 1269 CHAN 138.18.

continência

cõtinentia sXV VITA 149c18.

continente

cõtinete sXV VITA 183c32.

continuadamente

contijnoadamente 1352 CORT 142.26.

contodador *sm.* Aquele que computa, que avalia; avaliador.

— sXIV PART VIII.552.

contradição

cõtradiçõ 1278 CHAN 274.20-21.

contrário

cõtrayro 1278 CHAN 262.50.

contrato

contrauto 1331 CORT 35.24.

conrayto 1340 CORT 114.9.

convidar

conuydar 1340 CORT 105.34.

convinhável

conuẽhauil sXIV PART VIII.699.

conuinhaul sXIV PART VI.209.

cõuehaul sXIV PART VIII.389.

cõuenhaees (pl.) sXIV PART VIII.154.

copeiro

copeyro 1271 CHAN 160.32.

corço

— 1278 CHAN 266.53.

cordialmente

— sXV VITA 181d46.

correção

correpcõ sXV VITA 109b49.

corregedor

— 1277 CHAN 230.53.

correger, corrigir

coreger 1331 CORT 97.4.

corregido, corrigido

coreiudo 1331 CORT 44.31.

correiudo 1331 CORT 35.35.

corregimento, corrigimento

conregymento 1331 CORT 54.7.

corregijmento 1331 CORT 91.10.

corregimento 1331 CORT 29.23.

corrigimento 1271 CHAN 156.37.

correio² *sm.* Saco, bolsa de dinheiro.

correeyo sXV VITA 124d11.

correo sXV VITA 120d17.

corrente

corrẽte sXV VITA 128.20.

corrompido

conrronpudo sXIV PART IV.138.

corrõpudo sXIV PART IV.154.

corrompimento

cõrropimẽto sXIV PART IV.856.

cortamento

cortameto sXV VITA 163d42.

costumar

custumear 1269 CHAN 126.2-3.

costume

custũe sXV VITA 155d41.

cotião *sm.* Espécie de tecido.

cotiom 1340 CORT 108.14.

cousa

coisa 1352 CORT 123.5.

coutado

— 1265 CHAN 98.52.

cozinhado *p.adj.*

— 1340 CORT 104.26.

- cravadura** *sf.* Ação de cravar (os cravos na embarcação).
crauadaura 1331 CORT 86.30.
- credor** *sm.*
acredor 1331 CORT 58.30.
- criado**
crjado 1340 CORT 110.7.
- crime**
crjme 1331 CORT 56.14.
- criminal**
cremijnaaes (pl.) 1352 CORT 129.38.
creminal SXIV PART VI.725.
crimjnaaes (pl.) 1352 CORT 141.31.
crimjnal SXIV PART VI.192.
- crismado** *p.adj.*
 — SXIV PART IV.265.
- crismamento** *sm.* Ação de crismar; crisma.
crismamêto SXIV PART IV.686.
- cristianíssimo**
cristayssemo SXIV PART VIII.253.
- cubo**
 — 1279 CHAN 294.34.
- cume**
 — 1265 CHAN 96.32.
- cumpridoiro**
cõpridoiro SXV VITA 133.39.
- cumprir**
cumplir 1331 CORT 73.39.
- curação**
curaçã SXV VITA 150c3.
- curamento**
curamêto SXV VITA 133b9.
- cuspinhado** *p.adj.*
cospinhado SXV VITA 188b43.

COMPLEMENTOS VERBAIS PREPOSICIONADOS

Valter Kehdi
USP

Embora o surgimento de diversas teorias lingüísticas ao longo do século XX possa, de certa forma, causar entre os gramáticos a impressão de que uma escolha se torna difícil ou arbitrária, julgamos, pelo contrário, que é chegado o momento de tentar realizar as grandes sínteses, com vistas à descoberta de determinadas linhas de força, que se constituíam em sólidos pontos de partida para a reflexão em sintaxe. Podemos, assim, observar que a sintagmática (enfoque da cadeia linear da fala, com as técnicas de segmentação apoiadas nas operações de comutação e permutação) e as transformações (no sentido amplo de testes operatórios, que incluem um determinado momento da gramática gerativa, mas que também a transcendem) representam, na verdade, essas linhas de força.

Cabe ressaltar que, normalmente, os enfoques acima mencionados coexistiram: p. ex., em *Linguistique générale et linguistique française*, Charles Bally enfatiza a sintagmática no capítulo IV, na 1ª seção da 1ª parte (p. 101-39), onde também tece considerações sobre a transposição funcional (p. 116-27); destaque especial merece também a importante obra de Otto Jespersen, *The philosophy of grammar* (cf. cap. VII e IX).

A aplicação dessas técnicas a alguns fatos da sintaxe portuguesa elucidaria muitos problemas e permitiria estabelecer mais rigorosamente distinções, algumas das quais não passaram despercebidas aos nossos gramáticos, embora tenham resultado de uma análise mais intuitiva. Com base em testes transformacionais, é possível realizar o levantamento de estruturas básicas (não necessariamente subjacentes) e estruturas derivadas, o que permite apresentar uma hierarquia entre as diferentes construções sintáticas; assinala-se que esse procedimento foi utilizado por Celso P. Luft, em sua *Moderna gramática brasileira* (cf., p. ex., p. 12-17 e 30-32).

Neste ensaio, é nosso objetivo mostrar as diferenças entre os complementos verbais preposicionados em português, destacando as relações que, entre eles, podem ser estabelecidas. Inicialmente, alguns esclarecimentos metodológicos fazem-se necessários: nossas observações prendem-se à sintaxe da frase, a partir de exemplos da língua culta formal, e privilegiamos, para o tópico selecionado, as técnicas da comutação e da permutação, cujo alcance operatório se revelará ao longo de nossa exposição.

O primeiro complemento verbal preposicionado que deve reter nossa atenção é o objeto indireto, pois é com base em sua caracterização que percebemos as conexões que podem ser feitas com os demais complementos verbais regidos de preposição. De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o objeto indireto é definido como complemento verbal integrante, obrigatoriamente preposicionado quando repre-

sentado por substantivo. Satisfazem essas condições os sintagmas preposicionais (SP) das frases:

Preciso de Maria – Dei um anel a Maria

Sucedem que, em português, existem alguns casos de objeto direto obrigatoriamente preposicionado, como em **A pessoa a quem conheço não chegou**. A definição proposta pela NGB não nos permite distinguir esses diferentes SP.

A existência de frases como **Queixou-se dos maus tratos ao diretor** conduz-nos à apreensão de dois objetos indiretos, o que é estranho.¹

Observe-se, ainda, que, na oração **Vou ao teatro**, temos igualmente um verbo de sentido incompleto, seguido de complemento encabeçado por preposição. Não se trata de objeto indireto, pois este não tem valor circunstancial e, no exemplo em questão, o valor é locativo, ou seja, estamos diante de um adjunto adverbial de lugar (ainda de acordo com a NGB).

Ora, se destacamos o valor semântico para o adjunto adverbial, por uma questão de coerência somos obrigados a fazê-lo também com relação aos dois primeiros exemplos acima apresentados. Em **Preciso de Maria, de Maria** é o "alvo"; não é o caso de **Dei um anel a Maria**, em que **a Maria** é o "beneficiário" da ação; ou seja, do ponto de vista semântico os dois termos sublinhados distinguem-se entre si. A diferença é reforçada quando levamos em conta aspectos formais, como a possibilidade de substituir os SP por pronomes pessoais:

Preciso de Maria / Preciso dela

Dei um anel a Maria / Dei um anel a ela – Dei-lhe um anel

Não é possível a pronominalização em **lhe** no primeiro exemplo (*Preciso-lhe – construção inaceitável em português), diferentemente do que acontece no segundo.

Relativamente a **Vou ao teatro**, é possível comutar o SP por um advérbio de base pronominal: Vou lá.

As diferenças formais, associadas aos aspectos semânticos assinalados, permitem-nos afirmar que se trata, na realidade, de três tipos de complementos diferentes. A NGB privilegiou, em sua conceituação de objeto indireto, um traço formal de caráter excessivamente genérico, o que impossibilitou que se distinguíssem construções diversificadas.

O objeto indireto propriamente dito deve ser caracterizado por três traços definitórios: a) indica o beneficiário da ação; b) é introduzido pela preposição **a** (ou **para**); c) é substituível por **lhe(s)**.²

Quando não se verificam as três condições, temos um complemento relativo³ (substituível por pronome pessoal diferente de **lhe(s)**) ou um adjunto adverbial (freqüentemente comutável por advérbio de base pronominal).

Assinale-se que essa distinção entre os três complementos foi também reconhecida pela gramática tradicional. Na *Gramática expositiva*, de E. Carlos Pereira, diferenciam-se os complementos terminativos de atribuição, de direção, de origem e de relação (p. 228-30), levando-se em conta a correspondência com os casos latinos e destacando-se alguns traços formais. Note-se, entretanto, que o desenvolvimento das construções analíticas nas línguas românicas aponta para outros critérios caracterizadores (a correspondência com os casos latinos pode, às vezes, conduzir a decalques artificiais).

As considerações acima permitem também conceituar o objeto direto com base em critérios semânticos e formais: a) o objeto direto representa o alvo ou o resultado da ação (entre outros valores); b) normalmente não aparece regido de preposição; c) é substituível pelos pronomes pessoais **o/a/os/as** (e suas variantes **lo/la/ ...**, **no/na/ ...**).

O exame dos casos de objeto direto preposicionado leva-nos a afinar um pouco mais a caracterização dos complementos verbais antecedidos de preposição. Lembre-se, inicialmente, que nossas gramáticas dão ênfase às construções de objeto direto regido de **a** (empregos obrigatórios e facultativos), que conhecem, em espanhol, maior desenvolvimento que em português; praticamente, não fazem referência ao objeto direto antecedido de **de** com valor partitivo (construção que se generalizou em francês): **Desta água não beberei**, com elipse dos substantivos **parte, quantidade, porção**;⁴ e quase desconhecem as estruturas com posvérbio, arroladas por A. Nascentes em *O problema da regência* (p. 17): **Olha pelas crianças que lhe confiaram** (p. 150, s. v. **olhar**); **Sorri: peguei na mão de Sabina** (p. 157, s. v. **pegar**).⁵

No caso de objeto direto regido de **a**, a pronominalização é sempre **o/a/os/as** (e variantes): **amar a Deus sobre todas as coisas / amá-lo ...**; quando a preposição é facultativa, ao critério apontado se acrescenta a possibilidade de omissão da preposição, traço que caracteriza, por exclusividade, as demais construções. Comparem-se:

Desta água não beberei / **Esta água** não beberei
Olhar **pelas crianças** / Olhar **as crianças**

Referimo-nos, naturalmente, à omissão da preposição sem prejuízo sintático para a frase. Para os demais complementos acima examinados, essa omissão não é possível.

Retomemos, agora, o adjunto adverbial. Seleccionamos quatro exemplos dentre os propostos por Adriano da G. Kury, nas *Novas lições de análise sintática* (p. 56-7), com o objetivo de mostrar que esse termo sintático também não constitui um quadro homogêneo, o que nos conduzirá a uma especificação mais detalhada do complemento terminativo:

- 1) Falavam **de gramática** (assunto);
- 2) Não saí **por precaução** (causa);
- 3) Vive **no deserto** (lugar);
- 4) **Durante as férias**, li três romances (tempo)

A classificação de base semântica não permite distinguir diferenças sintáticas entre as quatro frases. Se as submetemos a testes formais, como a comutação por ϕ e a permutação do SP, obteremos os resultados abaixo:

- 1) Falavam **de gramática**
 * ? Falavam ϕ
 * **De gramática** falavam⁶
- 2) Não saí **por precaução**
 Não saí ϕ
Por precaução não saí
- 3) Vive **no deserto**
 * Vive ϕ (Inaceitável no sentido de "habita")
 * **No deserto** vive
- 4) **Durante as férias**, li três romances
 ϕ Li três romances
 Li três romances, **durante as férias**

As frases 1) e 3) constituem um bloco, em que o SP é obrigatório e fixo; as frases 2) e 4) apresentam um SP facultativo e móvel. Se, para a NGB, o adjunto é um elemento acessório, só poderíamos falar em **adjunto adverbial** para os SP das frases 2) e 4); relativamente às frases 1) e 3), temos complementos integrantes, que devem ser designados como **complementos circunstanciais** (ou **adverbiais**).⁷

Essas considerações reconduzem-nos ao complemento relativo. Como distinguir **Falavam de gramática** (compl. circ.) de **Gostavam de gramática** (compl. relativo.)? Afirmar que, na primeira frase, **de gramática** exprime assunto, enquanto na segunda exprime o alvo, é basear a diferença exclusivamente no aspecto semântico, sem o devido suporte formal. Ora, em **Falavam de gramática** é possível comutar a preposição por outras: Falavam **sobre/ acerca de/ a respeito de** gramática; já em **Gostavam de gramática**, a única preposição possível é **de**. Podemos, então, afirmar que, quando a preposição é substituível por outras, temos um complemento circunstancial (compare-se: Vou **ao** teatro – Vou **perto do/ longe do/ atrás do** teatro); na impossibilidade de utilização de outra preposição, trata-se de complemento relativo.⁸

Ao longo deste ensaio, pudemos observar que a caracterização de termos oracionais com base em traços exclusivamente semânticos se revelava insuficiente; é preciso acrescentar critérios formais (também presentes nas gramáticas baseadas na NGB, porém excessivamente genéricos), sem deixar de estabelecer um permanente relacionamento entre os diferentes termos caracterizados.

Em conclusão, temos a assinalar que as reflexões sobre os SP em função de adjuntos adverbiais e complementos circunstanciais ajudam a esclarecer problemas ligados à ordem dos termos oracionais: os SP facultativos tendem a ser móveis, ao passo que os SP obrigatórios tendem a ser fixos. Observe-se, entretanto, que há graus de mobilidade; os complementos intervirgulados (pensamos no exemplo específico *Durante as férias, li três romances*) são mais permutáveis que os demais. Os sintagmas entre pausas fazem parte do tópico da frase segmentada, caracterizada por Charles Bally (cf. *op. cit.* – p. 60-70), cujos traços sintáticos ainda não foram totalmente estabelecidos. Cremos que um exame acurado dessa construção revelaria novos aspectos no quadro heterogêneo dos adjuntos e complementos adverbiais e elucidaria melhor os problemas ligados à ordem e à coesão dos termos oracionais no interior da frase.

NOTAS

1. Este exemplo é extraído das *Lições de português pela análise sintática*, de E. Bechara, (p. 45), que, em observação, assinala que o conceito amplo de objeto indireto engloba diferentes tipos de complementos preposicionados.
2. A existência de usos extensivos do pronome pessoal **lhe(s)**, como em **Ela lhe é fiel** (em que, na realidade, **lhe** é um complemento de interesse (compl. nominal?), designação não consignada pela NGB), indica que o objeto indireto não é termo oracional de fácil caracterização. Num primeiro momento, podemos afirmar que esse complemento aparece, com toda a nitidez, nas construções de verbos transitivos diretos e indiretos (**dar**, **narrar**, **oferecer**, etc.). É fundamental que se estabeleçam os casos de uso extensivo de **lhe(s)**, organizando-os e hierarquizando-os, o que permitiria acompanhar a evolução da construção e delimitar mais rigorosamente a área do objeto indireto.
3. A designação **complemento relativo**, proposta por Rocha Lima (cf. *Gramática normativa da língua portuguesa*, p. 251-2, onde defende a mesma distinção aqui apresentada).
4. Mário Barreto, em *Estudos da língua portuguesa* (p. 109-12) e *Fatos da língua portuguesa* (p. 183-4), faz referência a essa construção. Não concordamos com a designação **artigo partitivo**, utilizada pelo autor, porque, além de não ressaltar a presença da preposição, não corresponde à realidade dos fatos. Leia-se, a respeito, a esclarecedora observação de A. Martinet, em *Grammaire fonctionnelle du français* (p. 45, § 2.19).
5. Atente-se para o fato de que o objeto direto preposicionado, em português, constitui um bloco subdividido em três grupos bem diferenciados, conforme o ilustram os exemplos apresentados.
6. Apontamos a inaceitabilidade no quadro da frase proposta; como observamos no início, nossas considerações vinculam-se à sintaxe da frase.
7. Essa distinção também é proposta por Rocha Lima (cf. *op. cit.*, p. p. 252-3 e 257-8).
8. As gramáticas francesas mais recentes observam, com destaque, esse fato, ainda não registrado nas gramáticas portuguesas que conhecemos. (Cf. *Grammaire Larousse du français contemporain* – p. 75, §105).

BIBLIOGRAFIA

- BALLY, Charles – *Linguistique générale et linguistique française*. 4. éd. Berne, Francke Berne, 1965.
- BARRETO, Mário – *Estudos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Viúva Azevedo, 1903.
- BECHARA, Evanildo – *Lições de português pela análise sintática*. 11. ed. Rio de Janeiro, Grifo, 1978.
- CHEVALIER, Jean-Claude **et alii** – *Grammaire Larousse du français contemporain*. Paris, Larousse, 1964.
- JESPERSEN, Otto – *The philosophy of grammar*. London, Allen and Unwin, 1924.
- KURY, Adriano da Gama – *Novas lições de análise sintática*. São Paulo, Ática, 1985.
- LUFT, Celso Pedro – *Moderna gramática brasileira*. 8. ed., Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- MARTINET, André – *Grammaire fonctionnelle du français*. Paris, Crédif, 1979.
- NASCENTES, Antenor – *O problema da regência*. 2. ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1960.
- PEREIRA, Eduardo Carlos – *Gramática expositiva*. 103. ed. São Paulo, Edit. Nacional, 1957.
- ROCHA LIMA, Carlos H. da – *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.

SOBRE AS NOVAS GRAMÁTICAS

Sílvio Elia
UFF

1. Que é gramática? Eis a indagação inicial e fundamental. Sim, já sabemos todos, o termo é grego, não só retirado da língua grega, mas cunhado pelos próprios gregos. Dionísio Trácio, da escola alexandrina, que viveu nos fins do séc. II e princípios do séc. I a.C., deixou-nos a primeira gramática do Ocidente, a **tékhne grammatiké**, a **ars grammatica** dos romanos. O radical **grámma**, -atos significa "letra", o que mostra que a gramática nasceu de e para a língua escrita.¹ Não importa que os gregos não distinguíssem claramente entre o fonema e a letra, o que até hoje muita gente boa ainda faz; a definição de gramática do próprio Dionísio, **empeiría**, conhecimento indutivo depreendido dos textos dos poetas e prosadores, não deixa margem a dúvidas. **Tékhne**, **ars**, é, desde Aristóteles, uma habilidade adquirida e dirigida para o **fazer**, aqui o fazer verbal, não a arte do discurso, que pertence à Retórica, mas a arte da língua, ofício da gramática.

2. Evidentemente o conceito de gramática tem evoluído ao longo dos séculos, e o sábio Meillet já advertira que **Chaque époque a la grammaire de sa philosophie. Philosophie** no sentido próximo do que Foucault denominou **episteme**, o saber arqueológico de uma época, algo como a "alma da cultura" para Spengler. Contudo a persistência do nome **gramática** indica a continuidade de uma substância semântica que lhe é inerente.

3. Cremos que a primeira tentativa no sentido de identificar esse núcleo semântico foi a do lingüista franco-suíço, Ferdinand de Saussure, ao delimitar e opor complementarmente, no campo de estudos da ciência da linguagem, o eixo sincrônico ao diacrônico, o primeiro próprio das simultaneidades, o segundo das sucessividades, o primeiro descritivo, o segundo evolutivo. A gramática passou então a ser entendida como a descrição de um estado de língua (**langue**), sendo, pois, necessariamente sincrônica. Está no **Cours** (1931: 185):

La grammaire étudie la langue en tant que système de moyens d'expressions: qui dit grammatical dit synchronique et significatif, et comme aucun système n'est à cheval sur plusieurs époques à la fois, il n'y a pas pour nous de "grammaire historique"; ce qu'on appelle ainsi n'est en réalité que la linguistique diachronique.

Não é que não se soubesse, antes de Saussure, que a gramática procurava conhecer a estrutura das línguas; as expressões **gramática descritiva**, **gramática expositiva** estão aí para testemunhá-lo. Mas o que não se distinguiu bem eram as fronteiras entre os sucessivos estados de língua. Opondo a perspectiva sincrônica à diacrônica, logrou Saussure clarificar o conceito de gramática, depurando-a de

infiltrações estranhas ao sistema. Exemplo que se tornou clássico, no capítulo da formação de palavras, foi entre nós, o do verbo **comer**, dado como sem raiz, pois, na passagem do latim **comedere**, vulgarização do clássico **comedere**, para o ptg. **comer**, perdera-se o radical latino **-ed-**, ficando restrita a palavra ao prefixo **com** e acrescida da terminação **er**, do infinitivo.

Sobrepor formas de um estado de língua mais antigo (o clássico, p. ex.) a outro mais moderno, a fim de prescrever normas lingüísticas, também é misturar sincronia com diacronia. Está nesse caso, p. ex., condenar o uso de **apiado** por **apiado**, por ser esta a forma clássica. Por igual motivo, não se poderia dizer **amor por** (amor pela pátria) em lugar de **amor de** (amor da pátria); nem **apertar contra o peito** e sim **ao peito**, que é a lição camoniana; e na designação dos dias do mês, deveria o verbo **ser** concordar obrigatoriamente com o predicativo, para não desrespeitarmos Vieira: "Hoje são quatro de março". E mais alguma coisa.

4. Ao processo de eliminação de impurezas no conceito de gramática, trouxe Saussure forte contribuição ao distinguir o corte sincrônico do diacrônico. A evolução dos estudos lingüísticos, porém, libertando o saussurianismo do imanentismo e fazendo-o imergir no complexo histórico-social, permitiu nova delimitação. As línguas não variam apenas no tempo, mas também no espaço social e regional. Daí os **socioletos** e **dialetos**, estes já bastante conhecidos do método histórico-comparado. Há, porém, importante distinção: a diferenciação socioletal é de **norma**, ao passo que a dialetal pode também ser de **sistema**.

5. Essa constatação (o corte social somando-se ao corte sincrônico na delimitação do conceito de gramática) gerou, porém, lamentável confusão. Daí dois tipos de inaceitáveis conclusões que iremos comentar.

A primeira, de origem ideológica, inverte os pólos da questão: não é a gramática tradicional da língua padrão, etiquetada como língua das classes dominantes, que deve ser praticada e ensinada nas escolas; ao contrário, por uma ação transformadora, de cunho revolucionário, deve ser substituída pelo socioleto das classes dominadas, economicamente inferiorizadas. Essa a posição assumida pela Prof^a Magda Soares em seu livrinho *Linguagem e Escola*, cuja 5^a ed. é de 1988. Nesse trabalho, a Prof^a Magda se apóia basicamente nos ensinamentos dos professores Bourdieu e Passeron (p. 54) e procura transportar para a Lingüística, à maneira marxista, uma interpretação de fundo economicista dos fatos gramaticais. Recorde-se que essa posição ultrapassada, já tinha encontrado sua condenação, e de há muito, na extinta União Soviética, pelo então ditador Joseph Stalin, que a fulminou sob a forma de "marrismo", doutrina até então oficialmente bafejada.

6. Outro livro que enfoca o mesmo tema é o do Prof. Celso Pedro Luft, filólogo de segura formação universitária, intitulado *Língua e Liberdade*, mas que carrega o subtítulo malsoante de "o gigolô das palavras".

Os pressupostos teóricos em que se apóia são os da gramática gerativa do professor norte-americano Noam Chomsky. Representa o Prof. Luft a segunda vertente a que acima aludimos: a que procura dar base científica e não ideológica à sua posição contrária ao ensino que chama gramaticalista, ou seja, o "ensino tradicional modernoso" (p. 51).

Segundo a teoria chomskyana, que o Autor adota e expõe, "o ser humano nasce provido de uma gramática genérica, gramática universal, de universais linguísticos. É a tese do **inatismo**, muitas vezes mal interpretada" (p. 57-58). A gramática universal seria uma "condição genética prévia para a aprendizagem da língua pela criança" (p.58). Destarte o ser humano nasceria "programado" para falar. Ou, nas palavras do próprio professor Luft:

Pássaros nascem programados para voar, peixes para nadar; assim o homem nasce programado para (entre outras coisas) falar. (p. 59)

Segundo ainda o Autor, a linguagem é "parte de nossa herança biológica" e pressupõe "uma matriz biológica ou **Anlage** que força a fala a obedecer a um dado molde básico e não outro" (p. 59).

Tais idéias nos parecem sumamente infelizes. O que é inato no homem não é uma gramática pré-fabricada na caverna de Platão, senão a **faculté du langage**, ou seja, a faculdade de criar símbolos. O símbolo estabelece uma relação entre a mente (**mens**) e a realidade (**res**) por meio de um sinal de base sensível. Isso ocorre exatamente porque o ser humano não é de constituição puramente biológica e sim bio-psíquica, e nessa composição a face biológica é material ou corporal, enquanto a psíquica é imaterial ou espiritual. O pássaro voa organicamente, mas o homem fala criativamente. Não há órgão corporal criativo e sim meramente produtivo. Não posso, pois, concordar com certas afirmações do Prof. Luft, como a de que "aprender a língua é evolução natural, como crescer" (p. 62). Prefiro dizer que "a capacidade de aprender a língua é fenômeno natural, mas que seu aprendizado é processo sociocultural". A criança quando vai à escola já sabe a língua materna, isto é, já interiorizou o sistema ínsito na norma praticada em casa. Que vai então fazer à escola? Parece curial: aprender as regras da norma culta, que não podem contrariar as relações básicas próprias do sistema. O problema é saber se há proveito nessa aprendizagem. Que respondam os que foram à escola e aprenderam a dominar a norma culta, escrita ou falada.

Em resumo: o livro do Prof. Luft é claro, discute problemas, busca resolvê-los, mas parte de premissas desorientadoras, malgrado o aspecto "científico" de que estão revestidas.

7. O livro do Prof. Evanildo Bechara é mais equilibrado no enfrentamento da questão, é conciliador sem ser eclético.²

Parte do conceito de **língua funcional**, de Eugênio Coseriu. Uma língua funcional é redução de uma **língua histórica**, ou seja, de uma língua historicamente codificada. As línguas históricas, porém, não são homogêneas; ao contrário, abrigam variedades **diatópicas** (espaciais ou dialetais), **diastráticas** (sociais ou socioletais) e **diafásicas** (diferenças de níveis de estilo ou de discurso). Em conseqüência, a língua histórica se apresenta como um conjunto de dialetos, socioletos e estilos de língua. A língua funcional, ao revés, é unitária, pois tem de ser ao mesmo tempo **sintópica**, **sinstrática** e **sinfásica**. Essa língua funcional é que seria propriamente o objeto da descrição estrutural. Portanto, nessa ótica, todas as línguas funcionais, dentro da mesma língua histórica, seriam igualmente legítimas. Então conclui o Prof. Bechara:

Partindo deste conceito de língua funcional, caberá à gramática normativa, levando-se em conta a política do idioma a ser adotada na escola, precisar que técnica lingüística unitária e homogênea deverá descrever em especial. (p. 55)

Estamos de acordo com o Prof. Bechara, mas costumamos usar de outra terminologia, embora com base também em lições do Prof. Coseriu, ou seja, na sua famosa tricotomia **sistema, norma e fala**. Não vemos assim a língua histórica como um **diassistema** e sim como uma pluralidade de normas dentro do mesmo sistema. As normas são, pois, equivalentes estrutural, mas não culturalmente. Ou, como diz, o Prof. Houaiss, isonomia estrutural, mas heteronomia cultural. Por isso a norma culta se sobrepõe às demais e é a que deve ser ensinada nas escolas dos países monolíngües a todas as classes sociais. Na realidade, creio não discrepar nesse ponto do Prof. Bechara. Vejam-se, p. ex., estas felizes palavras do seu citado opúsculo:

Enquanto a língua de casa traduz cabalmente as noções de um mundo e de uma vivência reduzida, a língua da escola irá prepará-los, acompanhando o seu desenvolvimento psicológico e cultural, para descobrir no pensamento discursivo as formas que foram elevadas a uma função cognoscitiva mais alta no pensamento racional. (p. 39)

8. Trabalhos como os do Prof. Luft e do Prof. Bechara mostram que há no Brasil uma crise no ensino da língua portuguesa, em uns casos por motivos ideológicos, em outros por divergência de enfoques científico-filosóficos, em outros ainda pela preocupação louvável de pôr os pontos nos is. Desse debate originou-se uma corrente que visa cortar o nó górdio, instaurando no país uma nova gramática da língua. Eis o que passamos a analisar, em curta revista.

Em 1985, o Prof. Mário A. Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais, deu-nos, em opúsculo da editora Ática, uma proposta em tal sentido com o título *Para uma nova gramática do português*.

Não buscou o Prof. Perini, para a elaboração de sua proposta, fundamentação em qualquer das teorias da linguagem mais em voga. Assumiu uma posição crítica em face das gramáticas tradicionais, daí partindo para a formulação de sua nova proposta. Como estalão para ajuizar da validade das gramáticas, põe o princípio de que "a gramática deverá ser sistemática, teoricamente consistente e livre de contradições" (p. 6). O que lembra o "princípio do empirismo" de Hjelmslev de que "a descrição deve ser livre de contradição (autoconsistente), exaustiva e tão simples quanto possível" (**Prolegomena**: 6). O que, parece-me, não são exigências que fazer a uma gramática pedagógica, onde nunca se há de perder de vista o compromisso didático, mormente quando o Autor nos recorda "que se trata de preparar uma gramática **pedagógica**" (sublinhado no original, p. 9).

Na p. 11, esclarece o Prof. Perini que

Minha abordagem é teórica: preocupo-me em explicitar as crenças e princípios **gerais** (sublinhado no original) que subjazem à prática da análise.

Na verdade, esses "princípios gerais" é que não os vejo suficientemente explicitados. Parece-me que o problema com que se defrontou primacialmente o Prof. Perini foi o de conjugar uma descrição morfossintática de natureza formal com o que chama descrição da interpretação semântica. É que julga existir

a possibilidade de uma solução de compromisso segundo as linhas seguintes: incluiremos na gramática uma dupla descrição, a saber (a) uma descrição em termos formais da estrutura sintática superficial; e (b) uma descrição de aspectos da interpretação semântica, colocada, na medida do possível, em paralelo com a descrição sintática. (p. 10)

Na página seguinte dirá "A semântica terá de ser, a rigor, uma espécie de antologia de apêndices à descrição gramatical". Vê-se, pois, que, numa descrição gramatical "teoricamente consistente e livre de contradições", a Semântica faz papel de estranho no ninho. Ou a descrição gramatical formalista é autoconsistente e então dispensa a descrição semântica, ou não a dispensa e então não é autoconsistente. Esse o impasse que me parece prejudicar principalmente a teoria gramatical do Prof. Perini.

Na aplicação da sua teoria, passa o Prof. Perini a uma análise crítica da definição de sujeito dada pelo Prof. Celso Cunha em sua Gramática MEC-FENAME, à questão das relações entre o formal e o semântico, ao problema da elipse e da classificação de palavras e mais algum outro ponto, mas não dispomos de espaço para comentários.

Lição auspiciosa é a do último parágrafo do capítulo 5 do livro, vazada nestes termos:

É por razões como essas que gostaria de sugerir que a gramática seja (pelo menos em um primeiro momento) uma descrição do português-padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística. (p. 88)

Que esse primeiro momento, a que convém adicionar a língua literária culta, se repita em outros momentos sucessivos, eis o que tornaria bem-vinda a sugestão final do Prof. Perini.

9. O escritor Autran Dourado também nos promete uma nova gramática, aliás "novíssima". Já conta até com duas colaboradoras, cujo nome declina: o das professoras Margareth Mesquita e Helena Martins, e ainda ressalta ter encontrado certa receptividade para o seu projeto por parte da Prof^a Maria Yedda Linhares, atual Secretária de Educação do Estado.³ Não sendo filólogo, nem propriamente gramático e sim cultor da língua literária, não está obviamente o Sr. Autran Dourado a par das atuais (e mesmo antigas) disquisições sobre a ciência da linguagem. Daí certas incongruências em sua argumentação.

Realça, p. ex. que nunca se falou tão errado no país, mas, como não nos dá o seu conceito de "erro", ficamos sem saber em que critério se fundamenta para condenar regências ou mau uso de pronomes na fala de pessoas do mais alto escalão da República. Por outro lado sustenta que, "sempre nos pautamos por uma educação gramatical castradora". Castradora, mas válida... Como exemplos de "mostrengos" dá-nos a expressão "a nível de", a frase "quero colocar uma questão", o substantivo

"posicionamento", tudo na linha que os modernistas e seus seguidores, que tanto enaltece, acoimariam de "puro reacionarismo gramatical". Da maneira como se expressa, atribui ao saudoso mestre Celso Cunha, que tem como "o mais liberal e atualizado gramático brasileiro", a distinção entre **discurso direto** (e não "discurso livre") e **discurso indireto livre**. Aproveita para introduzir uma inovação sua, o discurso semi-indireto livre, ou seja, o solilóquio. Sobre isso não dispomos de espaço para maiores considerações.

Íamos ficar por aqui, mas, ao final da entrevista, deparou-se-nos esta desconcertante pergunta da entrevistadora: "Qual é a sua opinião sobre a reforma de língua proposta por filólogos brasileiros e portugueses?" Ora, só um ato de loucura poderia levar filólogos brasileiros e portugueses a se reunirem para propor esta coisa espantosa: a reforma da língua. Na verdade, a inocente entrevistadora queria referir-se à debatida "reforma ortográfica". Mas a desinformação não ajudou. Em seu favor observemos que tal disparate não é somente seu; muita gente boa anda escrevendo e dizendo a mesma coisa. Por todos esses motivos, faço sinceros votos no sentido de que a *Novíssima Gramática* venha a ter o mesmo destino que o prudente Mário de Andrade reservou para a sua *Gramatiquinha*: a não publicação.

10. Mais sério, por ter o aval de professores universitários, é o projeto de elaboração de uma *Gramática do Português Falado* [no Brasil], organizada pelo Prof. Ataliba Teixeira de Castilho, da UNICAMP, com a participação de 36 pesquisadores vinculados a 15 universidades brasileiras. O primeiro volume, dedicado à *Ordem*, já veio a lume.⁴

Coube ao professor organizador fazer a "Apresentação do Projeto". Diz aí que o Projeto tem

por objetivo a preparação de uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil, tal como foi documentada em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) pelo Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (Projeto NURC): Castilho (1987, 1990). (p. 9)

Aliás o nome do Projeto dito NURC é um pouco mais extenso, segundo leio em Celso Cunha: "Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Lingüística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras" (1985: 23).

Quanto à fundamentação teórica que parece estar orientando a pesquisa, vejo que, mais uma vez, foi escolhida a de Noam Chomsky em suas últimas (?) elucubrações cognitivas. Diz, p. ex., o Prof. Castilho:

Diferentes graus de idealização dos dados foram considerados, concluindo-se pela indispensabilidade de seguir considerando uma língua I, distinta de uma língua E. (ib.: 15)

Os autores do primeiro estudo da GPF "Rupturas na ordem de adjacência canônica do português falado", Fernando Tarallo et alii, remetem, para melhor entendimento dessa distinção, a Chomsky, *Knowledge of language*, 1986, mas não se

esquivam de lançar alguma luz sobre a questão: a língua-I é interna ou intensional, ao passo que a língua-E é externa e (sic) extensional. Note-se que, no texto de Tarallo et alii, aparece linguagem-I e linguagem-E, em desacordo com o texto de Castilho, onde está língua I e língua E, mais em consonância, aliás, com o sentido de **language** no texto chomskyano.

Essa língua-I é um sistema de conhecimento obtido quando a mente/cérebro alcança, em virtude de natural processo evolutivo da faculdade da linguagem, um estado estável (Chomsky, 1989: 41). Sabemos que a faculdade da linguagem como órgão mental é mais um dos **idola tribus** das especulações chomskyanas.

A língua interiorizada a que freqüentemente se reporta Chomsky decorre do contato auditivo da criança com os membros da comunidade de falantes que lhe estão mais próximos e se realiza no espaço histórico-cultural por meio de **normas** (cultura, familiar, popular, dialetal...), que são as suas variedades (diatópica, diastráticas, diafásicas) e ainda diacrônicas, se levamos em consideração a dimensão temporal. Quando se elabora uma gramática, toma-se por objeto uma dessas normas, geralmente a culta, por ser a língua oficial do Estado, a que permite a ascensão social, a que dá acesso ao patrimônio cultural da humanidade e que, apoiada em longa tradição escrita, permite o diálogo enriquecedor dos séculos. Por isso não entendemos que benefícios poderá trazer à educação do povo uma gramática baseada exclusivamente no português falado, que não possui a estabilidade da língua escrita nem os recursos necessários para as altas cogitações do espírito.

11. Na "Apresentação" da GPF, a que nos referimos de início, vimos que o Prof. Castilho invocava para sustentá-la a documentação do Projeto dito da "norma urbana culta". Também a Prof^a Cilene Pereira, em matéria publicada do **Jornal do Brasil**, de 24 de dezembro de 1989, vê nesse mesmo Projeto "o embrião do programa Gramática do Português Falado". Tornam-se, pois, oportunas estas palavras que estão em minha *A unidade lingüística do Brasil*:

Demais, há um equívoco metodológico nesse projeto caboclo da norma urbana do Brasil (Projeto NURC). Serviu-lhe de modelo o "Projeto de Estudo Coordenado da Norma Lingüística Culta das Principais Cidades da Ibero-América e da Península Ibérica". Para efetivação desse Projeto foram selecionadas as seguintes cidades: Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Havana, Lima, Madrid, México, São João de Porto Rico e Santiago do Chile. Como se vê, trata-se de um estudo comparativo da norma culta vigente nos países de fala espanhola e tomou-se, como é natural, para padrão, a norma culta das suas cidades capitais, porque nelas foi que, historicamente, se elaborou a norma urbana culta de cada uma das citadas pátrias. Na Argentina, p. ex., Bueno Aires, e não Buenos Aires, Rosário e Santa Fé; na Espanha, Madrid e não Madrid, Sevilha, Burgos, e assim por diante. Cada país soberano apresenta-se à face do mundo apenas com uma norma culta, a não ser que se trate de países bilingües ou trilingües. E essa norma, repitamos, preexiste ao trabalho dos filólogos, pois não é obra de especialistas e sim resultado de progressiva sedimentação histórica. (...) O que o Projeto NURC poderá

apresentar, no máximo, são as variantes da norma culta brasileira e não a norma culta brasileira. (1979: 169-170)

O Prof. Celso Cunha, em opúsculo intitulado *A questão da norma culta brasileira* (1985) e em capítulo denominado "Respondendo a uma crítica", houve por bem contestar essa minha posição. Não aí, mas em página anterior (23), deixou isto exarado:

Embora a denominação do Projeto seja suficientemente explícita no dizer que o que se pretende pesquisar é a norma culta oral, tem havido por parte de uns poucos professores brasileiros uma total incompreensão a respeito dessa finalidade, confundindo observação de normas com estabelecimento de normas e, pior, não distinguindo normas da língua escrita das da língua oral.

Nesse pequeno trecho, o Prof. Celso Cunha, inspirador do Projeto NURC, assenta os seguintes pontos: a) o objetivo do Projeto é pesquisar a norma culta oral (ou melhor, as suas variedades); b) não se trata de estabelecer norma(s); c) o Projeto distingue a norma escrita da norma oral.

Está claro, portanto, que tomar a documentação do Projeto para, com seu apoio, estabelecer uma norma culta brasileira, codificada em compêndio que sirva de guia até para o uso da língua escrita, é desviar-se dos objetivos com que surgiu o Projeto NURC. Não podemos, contudo, obscurecer que esse Projeto, conforme já anunciara em minha *A unidade lingüística* (v. trecho supratranscrito), continha o embrião (para usar de um termo da Prof^a Cilene Pereira) comprometedor das suas intenções iniciais. Cumpre-se, pois, infelizmente, aquele "equívoco metodológico" que eu já pressentira em 1979.

De fato, não se pode identificar nível coloquial com nível culto; os dois sempre coexistirão. Nenhuma gramática de uma língua de cultura, por mais acendrado que seja o amor de seus autores pela apregoada "modernidade", poderá eliminá-los. Eis por que afigura-se-me o Projeto Gramática do Português Falado verdadeiro trabalho de Sísifo.

Ninguém pensa, é claro, em congelar a gramática da língua culta padrão. Mas também não se há de vulnerá-la a ponto de pô-la em andrajos nos pátios das universidades. Pois como poderemos classificar esta frase que segundo a Prof^a Cilene Pereira, "na avaliação de um grupo de estudiosos do português falado no Brasil (...) não apresenta nada de errado": **Quando veio os meninos [por que não os menino], eu vi ele e ele disse de que o carro furou o pneu.** Na verdade, não se trata de certo ou errado, mas de se pretender impor esse maltreito nível como o verdadeiro padrão culto do português do Brasil!

12. Não podemos, pois, deixar de regozijarmo-nos com o aparecimento da 31^a edição da *Gramática Normativa* do tão saudoso professor Carlos Henrique da Rocha Lima, recentemente falecido. Com a mesma solicitude com que se dava integralmente às coisas do seu ofício, o eminente mestre reviu, retocou e enriqueceu a obra com que educou nos valores da língua portuguesa literária tantas gerações de jovens brasileiros. Não quis o Destino que a visse republicada. Mas ela aí está, tradicional, conservadora, como quiserem, mas sempre mensageira daquela boa lição viva e regeneradora que o pó das idades não consegue escurecer. Razão teve o indormido Serafim da Silva Neto: "Eis a gramática!".

NOTAS

1. Em português, as melhores informações sobre o ensino gramatical na velha Grécia se colhem no livro da Prof^ª Maria Helena de Moura Neves, *A vertente grega da gramática tradicional* (V. **Bibliog.**)
2. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?*, São Paulo, Ática, 1985.
3. Entrevista publicada em O GLOBO, do Rio de Janeiro, em 24/11/92.
4. CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado*, vol. I: "A ordem". Campinas, Editora UNICAMP/FAPESP, 1990, 317 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo (1985). *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo, Ática.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) (1990). *Gramática do Português Falado*. vol.I: *A Ordem*, São Paulo, Editora da Unicamp/FAPESP.
- CHOMSKY, Noam (1989). *El conocimiento del lenguaje*. Madrid, Alianza Editorial (trad. de orig. norte-americano, *Knowledge of language*, de 1985).
- COSERIU, Eugenio (1962). "Sistema, norma y habla". *Teoría del lenguaje*, Madrid, Gredos, pp. 11-113.
- CUNHA, Celso (1985). *A questão da norma culta brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- DOURADO, Autran (1991). "A língua de um povo é o seu cartão de visitas". Entrevista à jornalista Mariza Tavares, publicada em O GLOBO, do Rio de Janeiro, número de 24 de novembro.
- ELIA, Sílvio (1979). *A unidade linguística do Brasil*, Rio de Janeiro, Padrão.
- HJELMSLEV, Louis (1953). *Prolegomena to a theory of language*, Baltimore, Waverly Press (trad. de orig. dinamarquês de 1943).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha (1992). *Gramática normativa da língua portuguesa*, 31ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- LUFT, Celso Pedro (1985). *Língua e Liberdade*. O gícolô das palavras. Porto Alegre, L & PM Editores.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1987). *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Editora HUCITEC.
- PEREIRA, Cilene (1989). "Gramática pode perdoar infidelidades da fala", colaboração publicada no JORNAL DO BRASIL, do Rio de Janeiro, número 24 de dezembro.
- PERINI, Mário A. (1985). *Para uma nova gramática do Português*, São Paulo, Ática.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1931). *Cours de Linguistique Générale*, 3ª ed., Paris, Payot.
- SOARES, Magda (1988). *Linguagem e Escola*. Uma perspectiva social, 5ª ed., São Paulo, Ática.

PARA O ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DE UMA LÍNGUA DE ESPECIALIDADE

Cilene da Cunha Pereira
Maria Emília Barcellos da Silva
UFRJ

I. Pouco se precisa argumentar em favor da organização de um banco de dados lexicais que seja realmente representativo do vocabulário português contemporâneo, variante brasileira.

Até onde se sabe, realizam-se atualmente recolhas restritas à língua escrita nos gêneros romance, conto, livros de ciência e tecnologia, textos dos meios de comunicação de massa. A heterogeneidade desse acervo justifica-se pela amplitude do leque de atividades presentificadas em tal amostragem, reiterando a lição aprendida com outras línguas de cultura: quanto maior for o volume dos dados recolhidos, tanto maior será a possibilidade de os resultados espelharem a estrutura e repartição do vocabulário idiomático em estudo.

Da tarefa – como se expôs – compor-se-ia um **corpus** avaliado em cinco milhões de palavras, o que repetiria o **quantum** do *American Heritage World Frequency Book*, por exemplo. Trabalhos dessa natureza soem gerar números que ultrapassam a casa dos seis zeros, haja vista o **corpus** em que se estrutura o *Trésor de la Langue Française* (séculos XIX e XX), que coletou nada menos de cem milhões de palavras.

Para se ter idéia do universo da linguagem humana – em constante expansão –, calculou-se que o curso universitário dardeja seu alunado com cerca de setecentos milhões de palavras/ano.

Em que pese ao reconhecido esforço que representa a organização de um banco de dados lexicais da língua escrita no Brasil – tal como se relatou –, sabe-se que esse trabalho não será bastante e suficiente para dar conta do manancial vocabular ativo de que se serve o falante da lusofonia americana: ficaria fora da amostragem a constrangedora fatia de analfabetos e semialfabetizados que, a seu modo e com o seu sacrifício, metaforizam os braços da construção nacional. Deixá-los mais uma vez à margem do que seria a fotografia da expressão lingüística brasileira é reeditar o hábito de maquiar os dados de brasilidade com aviamentos tais que o retratado, ao nele se mirar, mal se reconheceria ou reconhecer-se-ia mal.

É óbvio que se entende ter de se começar a tarefa por uma das pontas possíveis, e a língua escrita aí está comprovada, encadernada, pronta, à espera de um tratamento adequado e – de mais a mais – os estudos sobre a fala de comunidades periféricas são raros e, quando existem, não carregam por si sós prestígio a quem os realiza.

A equipe de professores da Faculdade de Letras/UFRJ que responde pelo Projeto do Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – Projeto APERJ –, tendo dedicado ao estudo das variantes populares da língua portuguesa no Brasil boa parte do seu fazer acadêmico, propõe engajar-se no afã de erigir o **corpus** do idioma brasileiro, juntando à listagem eliciada da língua escrita, a contribuição dos iletrados.

II. A vertente LÉXICO-SEMÂNTICA do APERJ elabora, por localidade e faixa etária:

- a) **arquivo das unidades léxico-textuais e lexemáticas** eliciadas do discurso do pescador, dispostas em ordem alfabética, em ordem decrescente de frequência e distribuídas em classes de palavras — substantivos, adjetivos, verbos, advérbios **-mente**;
- b) **arquivo do vocabulário da pesca distribuído em áreas conceptuais, em campos semânticos e campos lexicais** acrescido do significado atribuído a cada item e das abonações do mesmo.

Com a pesquisa lexicológica pretende-se oferecer o vocabulário do falar dos pescadores norte-fluminenses desdobrado em índices e a norma lexicológica a eles subjacente, acompanhada de alguns quadros de distribuição de frequências, primeiro esboço do perfil numérico do vocabulário desse grupo.

A existência de índices de vocábulos de profissionais constitui uma fonte de renovação para glossários e dicionários tanto no que diz respeito à terminologia quanto às definições semânticas.

Pierre Guiraud, em *Problèmes et méthodes de statistique linguistique*,¹ considera na língua três níveis – fonético, lexical e sintático – e admite que essa tríade de signos se define **qualitativamente** por suas funções diacríticas e semânticas e **quantitativamente** pela frequência que possui valor funcional. Daí poder-se afirmar que um vocábulo se caracteriza no léxico de uma língua não apenas por um significante e um significado mas também por uma probabilidade de ocorrência, de que sua frequência no discurso é um reflexo.

Pela frequência com que emprega determinado signo, o indivíduo caracteriza não só seu discurso, mas também a linguagem do seu grupo e da localidade onde vive, num determinado momento.

Para o estudo **semântico** e **quantitativo** do vocabulário de uma língua de especialidade, é indispensável a elaboração de índices de vocábulos, que constituirão o "conjunto arquivo".

Neste trabalho, aplicar-se-á o método estatístico no campo do léxico em cada inquérito, no conjunto de inquéritos por localidade e no conjunto das localidades que constituirá o universo da pesquisa.

Indicam-se também, neste estudo, os critérios adotados para a segmentação do texto e para o levantamento e classificação dos vocábulos visando à elaboração dos seguintes índices:

Índice 1 – **o das unidades léxico-textuais**, com os vocábulos como aparecem no texto, ordenados alfabeticamente, seguido do código da classe léxica e da indicação da linha em que se localiza o vocábulo.

Índice 2 – **o das unidades lexemáticas com as formas básica ordenadas alfabeticamente**, acompanhadas do código da classe lexical e do número de ocorrências em cada inquérito seguidas das formas

flexionadas e das derivacionais de grau, como aparecem no texto com as freqüências parciais e a distinção entre formas homônimas.

Índice 3 – o das unidades lexicáticas básicas distribuídas em ordem de freqüência decrescente.

Índice 4 – o das unidades lexicáticas organizadas em classes: a dos substantivos, a dos adjetivos, a dos verbos e a dos advérbios em **-mente**, distribuídas em ordem decrescente de freqüência.

Índice 5 – o do vocabulário específico distribuído em áreas conceptuais, campos semântico e lexical.

Índice 6 – o de vocábulos específicos da atividade, com as indicações da classe gramatical, do significado e com sua abonação.

A análise de tais índices poderá fornecer informações numéricas como a extensão do texto, a extensão do vocabulário e a distribuição das unidades léxicas básicas por valores de freqüência.

Esta pesquisa pretende estabelecer uma sistemática de análise que permita, através do estudo da freqüência de utilização das palavras, configurar os principais universos de significação dos pescadores consideradas as variáveis faixa etária e localidade.

O levantamento e a classificação dos vocábulos impuseram o trabalho prévio de estabelecimento de uma norma lexicológica ou **norme de dépouillement** na terminologia de Charles Muller, que a define como

o conjunto das regras ou de convenções que, no levantamento quantitativo de um texto, garantissem a constância do tratamento e de seus resultados.²

O estudo lexical que ora se propõe realizar opera com levantamentos que tomam a palavra (lexema ou vocábulo) como sua unidade elementar, sem considerações relativas à fonologia ou à sintaxe.

É impossível prever-se o número de unidades que formam o léxico dos pescadores norte-fluminenses, pois este é um inventário que varia num só informante, de um para outro indivíduo, segundo as faixas etárias e consoante as localidades que circunstanciam tais e quais falantes.

Dessa forma, sendo o vocábulo uma concretização do léxico no discurso, os levantamentos que se possam fazer para a análise dos vocabulários devem seguir critérios pré-estabelecidos que garantam aquele mínimo de confiança nos resultados a que se chegar.

O presente estudo pressupõe a adoção de alguns conceitos básicos, expressos a seguir, nos quais se fundamentará este trabalho. Para tanto, utilizaram-se as definições de Charles Müller³ no que respeita ao

léxico – conjunto de unidades virtuais que pertencem à língua;

vocabulário – conjunto de unidades virtuais da língua, atualizadas no discurso, daí poder-se falar de vocabulário de um inquérito ou do conjunto de inquéritos;

lexema – unidade do léxico, um conjunto unitário de formas que se atualizarão no discurso; entrada nos dicionários;

vocábulo – unidade do texto, unidade fonético-gráfica que em textos escritos costuma figurar entre dois espaços em branco.

O termo **palavra** serve para designar toda a ocorrência de um vocábulo qualquer. Serão considerados como **vocábulo** os termos simples, primitivos, compostos e derivados.

Esse levantamento levou à decomposição do texto em unidades léxico-textuais, reagrupando cada uma delas sob um vocábulo, separando as formas homógrafas pertencentes a vocábulos distintos e juntando as formas heterógrafas ou flexionadas pertencentes a um mesmo vocábulo. Assim os nomes (substantivo e adjetivo) – passíveis de flexão de gênero e número – e os verbos – passíveis de flexão de tempo-modo, número-pessoa – vêm, respectivamente, fixados no masculino singular ou no infinitivo com as formas flexionadas arroladas sob a forma básica; isso porque o padrão lexical, a forma não marcada, é o singular para o substantivo, o masculino para o adjetivo e o infinitivo para o verbo.

Dos inquéritos levantar-se-ão os morfemas lexicais – substantivo, adjetivo, verbo – por serem unidades cujo sentido relaciona o homem a seu universo biossocial. Quanto aos advérbios foram levantados apenas os em **-mente** por serem derivados de adjetivos e, dessa forma, estabelecer-se, na análise, o equilíbrio entre "os adjetivos de substantivos" e os "adjetivos de verbos". Deixou-se de lado, por ora, o levantamento dos morfemas gramaticais em função dos numerosos e delicados problemas que o envolvem e que, para um estudo de natureza léxico-semântica, não se fazem fundamentais.

Para a estruturação dos arquivos lexicológicos e léxico-semânticos, foi necessário definir os conceitos de lexia simples, composta e complexa, terreno movediço e controvertido.

Como lexia simples, enquadraram-se as unidades léxico-gráficas ocorrentes entre dois espaços em branco.

Ex.: #peixe#
 #marola#
 #dourado#

Como lexia composta, operaram-se aquelas em que houvesse ligação mórfica entre os elementos componentes, com certo esvaziamento do significado dos constituintes em prol do novo todo arquitetado; apresentassem possibilidade de uso de artigo

diante do elemento determinante, impossibilidade de expansão e, por fim, dela fosse depreensível o caráter polissêmico do significado.

Ex.: #barco a motor#
 #cabeça d'água#
 #peixe-rei#

Os nomes próprios constituídos de vários elementos foram tratados com uma **lexia composta**. A razão disso se deve ao fato de que, sendo o nome próprio um rótulo, haverá tantas entidades dessa espécie, numa instância de discurso, quantos forem os objetos a listar.

Ex.: #São João da Barra#
 #São Fidélis#

Os numerais compostos foram tratados como uma lexia composta, pois separar os elementos de um número seria eliminar um referente.

Ex.: #quarenta oito#

Como **lexias complexas – sinapsias –**, definiram-se os compósitos que apresentassem ligação de natureza sintática entre os membros (determinante + determinado), plenitude tanto das formas léxicas quanto dos significados dos componentes, possibilidade de expansão e, por fim, fosse depreensível o caráter monossêmico do significado em que pese à polissemia dos seus constituintes.

Ex.: #andar à rola#
 #fio de náilon#
 #pescaria de tarrafa#

A definição desses critérios enfatiza o mecanismo de criação léxica marcadamente suscetível a novas formações; daí esse estudo ser extremamente sensível a processos de **derivação** e de **aglutinação** de elementos mórficos numa única forma-radical.

Nos inquéritos, marcam-se as unidades do discurso que participam das seguintes classes e subclasses gramaticais, definidas a partir do critério morfossemântico:

- 1 — substantivo comum
- 2 — substantivo próprio
- 3 — adjetivo
- 4 — verbo principal
- 5 — verbo auxiliar
- 6 — advérbio em **-mente** e suas formas apocopadas.

Por **substantivo**, entenderam-se os itens designativos de pessoa, animal e coisa que se submetessem à flexão de gênero e número e à derivação de grau aumentativo e diminutivo. Palavras inseridas no texto por derivação imprópria foram assumidas na sua situação textual.

o [vento] **Nordeste**
subst.

o **normal**
subst.

o **certo**
subst.

outrozinho
subst.

Por **adjetivo** entenderam-se os designativos de estado, qualidade e matéria e os participios de sonância adjetiva que se submetessem a flexões de gênero e número à derivação de grau superlativo:

molinete **improvisado** na lata
adj.

a frente **fundada** na pedra
adj.

faz-se uma esteira de bambu **unido**
adj.

eles estão **perdidos**
adj.

lavar bem **lavada**
adj.

dois metros **quadrados**
adj.

a rede é **preservada**
adj.

vela **quadrada**
adj.

o mestre é **respeitado** por todos.
adj.

Dáí participarem dessa classe os adjetivos participiais de voz passiva.

Os numerais ordinais foram classificados como **adjetivos**, por cumprirem o estatuto morfossemântico dessa classe.

Foram considerados **verbos auxiliares ter e haver** acompanhados de participio passado ou de infinitivo e **estar** seguido de gerúndio ou de infinitivo na mesma oração.

Ex.: **tem** que preservar
aux.
está cuidando
aux.

O verbo **ir** seguido de infinitivo, em construção perifrástica de futuro – muito produtivo em registro popular – foi considerado auxiliar.

Ex.: ele **vai** querer saber
 aux.

O verbo **ser** em construções passivas foi considerado **principal** seguido de **adjetivo** – isso porque a relação entre voz ativa e passiva não foi entendida como transformação, mas sim pelo vínculo morfossemântico existente no léxico entre o verbo transitivo usado na ativa e o correspondente adjetivo participial usado na passiva.

Ex.: eu **sou acostumado** a pescar
 princ. adj.

Para a consecução dos arquivos concernentes ao enfoque metalingüístico e léxico-semântico deste estudo, desenvolveu-se a metodologia descrita a seguir.

Levantados os aspectos mais significativos da atividade pesqueira artesanal e conhecidos os termos que vinculam o pescador às suas tarefas de sustento, emergiu o vocabulário básico dessa língua de especialidade.

Observou-se que a freqüente repetição e o emprego peculiar de um vocábulo denunciam uma inclinação natural e uma intenção determinada e determinante que caracterizam a natureza de um fazer.

Definido o conceito de vocabulário específico da pesca, os itens lexicais foram distribuídos em ÁREAS CONCEPTUAIS (área recortada por um conjunto de conceitos oriundos da experiência), em CAMPOS SEMÂNTICOS (conjunto das distribuições de uma unidade de significação em que essa entidade possua um semantismo específico) e em CAMPOS LÉXICOS (aspectos diversos de uma técnica, uma relação, uma idéia).

Tomando por base a unidade concreta designada e não o estatuto lingüístico da palavra, juntou-se a ela uma paráfrase, cuidando-se fosse ela, senão a única, a mais freqüente definição da entrada em pauta; para isso foram acionados os operadores metalingüísticos do tipo "ação de", "feito de", "p'ra nós aqui isso é", "nós aqui trata(mos) isso de". Às paráfrases, seguiram-se as abonações que atuaram como exemplos, ou seja, tipo de paráfrase da palavra-entrada. As abonações revestiram-se da suplementar importância de dar mostras do funcionamento da unidade da língua, independente de ser ela verbo ou nome. Esclareça-se que mesmo aceitando os substantivos como unidades em si, e os verbos e adjetivos como entidades relacionais, optou-se por considerar também os valores relacionais dos substantivos.

Finalizando: vive-se a convicção de que um vocabulário caracteriza-se no léxico de uma língua tanto pela relação **significante/significado** quanto pela probabilidade de ocorrência refletida na freqüência de sua distribuição no discurso; pode-se, por isso, cogitar que o léxico é a resultante de uma complexa articulação de estruturas morfosintáticas, semânticas e quantitativas – "um sistema de sistemas" – daí os arquivos vocabulares atuarem como facilitadores do estudo de estruturas morfológicas e semânticas, além de condicionarem a realização de estudos quantitativos. E mais: ao se identificar e armazenar o léxico de uma língua vivificada em diferentes estamentos sociais, assume-se como legítimo o pulsar político de uma nação que só assentará como

país se todas as suas formas de expressão forem havidas como igualmente importantes e merecedoras de atenção. Repetindo as palavras do emérito Professor Celso Cunha, "deve-se estar atento à voz do povo, porque os ventos das mudanças sopram de lá".⁴

NOTAS

1. GUIRAUD, Pierre. *Problèmes et méthodes de la statistique linguistique*. Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, 1959. p. 16-7.
2. MULLER, Charles. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris, Larousse, 1968. p. 142.
3. opus cit p. 136
4. CUNHA, Celso. *Discurso de emergência proferido na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 1988.

A PROPÓSITO DE "EIS"

Vittorio Bergo
Colégio Pedro II

A palavrinha **eis** ocupou há algum tempo a atenção de não poucos estudiosos da língua, que se defrontaram em longa e ardorosa polêmica. O debate não foi todavia metódico e concludente.

Tradução do latim **ecce**, em cuja gramática se classificou como advérbio – e advérbio **sui generis**, não adstrito a modificar um termo da oração mas dotado da virtude de introduzir todo o pensamento por ela expresso, com sujeito em nominativo – foi recusada por muitos autores como étimo do nosso **eis**, que lhes pareceu antes adaptação da desinência de **haveis**.

Apoiaram-se em duas alegações os que sustentavam tal opinião: formal uma, outra sintática. A primeira se baseava em que do **c** de **ecce** ou do **x** de **ex**, resultante da evolução fonética, não se originaria **s** e **sim z**.

Os fatos demonstram a insubsistência de tal alegado, pois tanto o **c** como o **x** se fazem representar por numerosas palavras, como **seis** de **sex**, **seiscentos** de **sexcentos**; **ourives** de **aurifex**, **aurificis**; **cális** de **calix**, **calicis**; **fênis** de **phoenix**, **phoenicis**; **simples** de **simplex**, **simplicis**; **visconde** de **vice-conde**, **vice comite**. Quando à troca de **z** em **s**, vejamos: **asmo** por **azmo** (gr. **azymos**); outros vocábulos que teriam **z** medial segundo a origem, como **beliscar**, **esquerda**, **masmorra**, **mesquinho**; **patrônimos** que se escreveram com **z** final e o trocaram por **s**. Trata-se, pois, de mera questão ortográfica, e ortografia é convenção que não prima pela estabilidade.

Quanto à sintaxe, houve precipitação em contrapor **eis** a **ecce**. Não se tomou conhecimento da forma intermediária **eque**, freqüente no português medieval – representação da antiga pronúncia **ekke**, de **ecce**, – que assumiu também a forma **aque**, influenciada por **ac** e **atque**. Foi com esta que se generalizou o emprego do acusativo pelo nominativo, fato com que não atinaram os que presumiram ter procedido **eis** de desinência da 2ª pessoa do plural do presente do indicativo de **haver**, forma por sinal ainda inexistente na época.

Por outro lado, também a substância semântica do termo em latim tem de ser atentamente ponderada, pois a significação é fator decisivo em se tratando da identificação de um étimo.

No **eis** de **ecce**, vincado pela ascendência latina, algo se exprime de imprevisto e surpreendente. É partícula em que está latente a idéia de prenúncio ou promessa. Haja vista esta passagem profética:

"**Ecce Salvator tuus venit**" (*Isaias*, 62.11).

O profeta acena com a esperança ao homem desarvorado, seriamente apreensivo quanto ao futuro. Se em vez de **ecce** usasse **habetis** – **habetis Salvator tuus venit**, – além de incidir em discordância gramatical tiraria à expressão o teor de promessa, latente em **ecce**, e atribuiria ao ouvinte certeza que de todo lhe faltava.

Pelo seguinte exemplo se pode sentir em português a idéia de imprevisto ou inesperado, a qual se verá confirmada em outras citações:

"E ainda Judas estava com a palavra na boca, **eissenão quando aparece um golpe de gente, olhando de cima do monte.**" (*Bíblia Sagrada*, edição Rio de Janeiro, *Macabeus*, Livro V, cap 4, v. 19).

Da forma **aque** colhemos dezenas de exemplos, especialmente na *Demanda do Santo Graal* e na *Bíblia Medieval Portuguesa*:

"Eles esto dizendo, **aque veem dous cavaleiros armados, que chegarom** i e preguntaram qual era o cavaleiro que trazia o scudo branco e a banda vermelha." (*Demanda*, X, 69, p. 93);

"...e hindo assy anbos, **aque vem hũu carro de fogo com cavalos de fogo** e partirom hũu do outro, e sobiu Helyas eno carro, e foy levado eno ceo, e Helyseu via-o hyr" (*B.M.P.*, *IV Reis*, cap. 2, p. 286);

"E, ele dizendo isto a Nostro Senhor, **aque vem Rebeca**, filha de Batuel, // e ela enchera seu cantaro d'augua." (*Histórias do Abreviado Testamento Velho*, apud J.J. Nunes, *Crestomatia Arcaica*, p. 83);

"Estando asy ho çelestial emperador com toda a cavalaria dos çeeos, **aque vem hũa muy aposta rreynha das partes do ouriente.**" (*Corte Imperial*, idem, *ibidem*, p. 140).

Como prenúncio da sintaxe moderna também se nos depara **aque** com pronome objetivo enclítico:

"E chamou o Senhor Moyses do espinheiro, e disse: Moyses, Moyses; e respondeu ele: **aque me aqui prestes**" (*B.M.P.*, *Exodo*, cap. 7, p. 87);

"Se en dereito queredes filhar, // **aque-m'aqui** eno vosso poder!" (R. Queimado, *Cancioneiro da Ajuda*, comp. nº 138).

Admira que tenha passado despercebida, no decurso da polêmica travada, a construção em que a variante **aque** vem seguida do pronome átono **vos** em função de objeto indireto, concomitantemente com o direito. Patenteia-se aí o caráter vicário da partícula, no que equivale a verbos como **apresentar** ou **aparecer**. Vejam-se estes exemplos:

"Em aquesto, **aque-vos ãa donzela** que entrou a pee e tragia ãa espada..." (*Demanda*, cap. V, nº 30, p. 35);

"...**aque-vos um cavaleiro**, que era senhor daquele castelo e era velho" (*ibidem*, cap. XI, nº 29, p. 95);

"...e entanto **aque-vos Boorz**, que chegou i per ventura" (Ibidem, cap. XII, nº 88, p. 115).

Ex alterna com **que** introduzindo normalmente toda a oração:

"Ex Adam feito he assi como hũu de nos" (B.M.P., *Genesis*, cap. 16, p. 27). – Com a mesma regência se encontra nos capítulos 54, p. 45; 41, p. 36; 62, p. 52; 20, p. 94; e em *Tobias*, cap. 6, p. 328; *Judit*, cap. 4, p. 369; 9, p. 179; **passim**.

Tornou-se, porém, freqüente seu uso com objeto direto:

"Padre, /disse Ysaac a Abraam/, **ex aqui o fogo e a lenha**; hu he aquelo, de que havemos de fazer sacrificio?" (B.M.P., cap. 51, p. 43). Ainda em *II Reis*, cap. 6, p. 233; *Boosco Deleitoso*, Livro V, nº 68, p. 171; *Orto do Esposo*, Livro I, p. 3).

Note-se que, antecipado, o relativo **que** assume o papel de conjunção integrante. No seguinte exemplo, em vez de – **ex Golias que vem** (ecce Goliath qui venit) se diz – **eis que vem Golias**:

"...e chegou David ao logar, hu pelejavam aas vezes algũus dos Filisteus com outros d'Israel; **ex que vem Golias** o gigante demandando lide hũu por o outro como ante, e fugião os de Israel ante ele" (B.M.P., *I Reis*, cap. 15, p. 212);

"Madre, **ex que todo o mũdo he cheo de tres pecados**, s. de soberua e de luxuria e de auareza" (*Orto do Esposo*, cap. I, Livro IV, p. 86).

A partir do século XVI, suavizada a pronúncia de **ex**, estabilizou-se a forma **eis**. Usa-a ainda João de Barros segundo a construção latina, isto é, introduzindo uma oração absoluta, com sujeito em nominativo:

"...a nove de janeiro do ano de quinhentos e um, em se o sol pondo, **eis aqui começa de parecer esta armada**" (*Décadas*, I, p. 162).

Todavia, nos moldes estabelecidos no português medieval, manteve-se flexível a sintaxe, segundo se vê destes autores:

"...**eis que vejo um anjo do céu**" (Bernardes, *Floresta*, III, p. 227);

"**Eis aqui o Cordeiro de Deus, o que tira o pecado do mundo.**" (A. P. de Figueiredo, *Evangelho de S. João*, 1.29);

"**Ei-lo que vem! ei-lo, o cavaleiro negro!**" (A.H., *Eurico*, p. 119).

Em suma, assim se apresenta a evolução de **ecce a eis**:

Ecce (**ekke**) > **eque** (aque ao influxo de **ac** e **atque**) > **ecse** > **ex** > **eis**.

OBRAS CITADAS

- A Bíblia Sagrada* – Edição de Livros do Brasil S. A. *Nihil obstat* de Mons. J. A. de Castro Pinto – Rio de Janeiro, 16 de abril de 1962. (Distinguida em citação como *Edição Rio de Janeiro*).
- Barros, João de – *Décadas*, vol. I – Livraria Sá da Costa – Lisboa, 1945.
- Bernardes, Padre Manuel – *Nova Floresta*, vol. III – Lelo & Irmão – Porto – 1949.
- Figueiredo, Antônio Pereira de – *A Bíblia Sagrada* – Traduzida em português segundo a Vulgata Latina – Da edição aprovada em 1842 pela Rainha D. Maria II com a consulta do Patriarca Arcebispo Eleito de Lisboa – Lisboa – 1907 (Printed in Great Britain).
- Herculano, Alexandre – *Eurico. o Presbítero* – 20ª edição – Aillaud, Alves & Cia. – Lisboa, s/d.
- Jerônimo, São – *Bíblia Sacra Latina, ex Biblia Sacra Vulgata Editionis* – Samuel Bagster and Sons Limited – London, s/d.
- Magne, Padre Augusto – *Boosco Deleitoso* – Edição do texto de 1515 – MEC, INL – Rio de Janeiro, 1950;
- *A Demanda do Santo Graal* – Reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena – MEC, INL – Rio de Janeiro – 1956.
- Silva Neto, Serafim da – *Bíblia Medieval Portuguesa* – Historias d’Abreviado Testamento Velho, segundo o Mestre das Historias Scolasticas. Texto apurado por S. da S. Neto.

REFLEXÕES SOBRE A NOMENCLATURA DE FATOS DE SINTAXE

Olmar Guterres da Silveira
UERJ/UFRJ

*À saudade pungente de ROCHA LIMA,
companheiro de bancos escolares, de culto
da língua, de concursos para o magistério.*

Em fevereiro de 1959 uma Portaria ministerial sugeria a adoção da *NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA* (NGB), instrumento de alto valor para o ensino da língua no nível elementar. Pretendia-se com ela unificar e simplificar a disparidade de nomenclatura ainda existente no ensino, mormente o secundário. Instituída Comissão de cinco notáveis - professores de grande valor - dela surgiu um Anteprojeto, oferecido à crítica dos interessados na questão. Desse trabalho, coordenado por uma Comissão de Redação, formada por dois Professores de reconhecida competência, veio a ser aprovada e editada a NGB.

Finalmente, haveria paz e tranquilidade nos arraiais do ensino da língua! Já não assustariam as particularidades e idiosincrasias que tanto prejuízo traziam aos discentes!

Mas a realidade se mostrou diferente do ideal da NGB. Cedo surgiram manifestações de desobediência ao texto da NGB - razoáveis alguns, personalistas outros. O certo é que, mal publicado o Anteprojeto, um dos componentes da Comissão organizadora dele - o Professor **Cândido Jucá Filho** - publicou um livro intitulado *132 restrições ao anteprojeto da NGB*, título que define a obra. Outro membro da Comissão - Professor **C. H. da Rocha Lima** - mantinha em sua *Gramática normativa da língua portuguesa* conceitos e denominações contrárias ao que preconizava o instrumento. Daí em diante, autores de Gramáticas constantemente desobedeciam à NGB, ou a criticavam com observações necessárias à manutenção de termos novos, ou reveladores de doutrina pessoal.

Fica, portanto, comprovado que é muito difícil, senão impossível, alcançar a unificação e simplificação propostas pela NGB, mormente se entram em jogo posições teórico-doutrinárias.

Tomemos um primeiro exemplo: a classificação dos verbos segundo o critério da transitividade. A NGB optou pela classificação em **transitivos** (os que necessitam de um complemento para determinar-lhes o significado) ou **intransitivos** (os que bastam significativamente, ou seja, não têm necessidade de complemento). Os transitivos podem ter o complemento marcado por preposição, ou sem esta marca. Chamam-se

estes **transitivos-diretos**, e **transitivos indiretos** aqueles. Em certos casos, podem os verbos transitivos diretos apresentar o complemento - **objeto-direto**- marcado pela preposição, por especiais razões da língua; o objeto indireto, por sua vez, não terá a preposição quando apareça representado por pronome pessoal átono. Simples! De fácil aceitação! Exatamente como se esperava da NGB! O critério da inteireza significativa - e mais nada!

Nem sempre, porém, era tão simples a noção que a este respeito possuíam outros Gramáticos. Sirva o exemplo de **Said Ali**, grande figura de conhecedor da língua - autor de lúcidas observações sobre a sintaxe portuguesa. Para ele são **transitivos** os verbos que, por se não bastarem inteiramente para o significado que traduzem, admitem um complemento sem preposição obrigatória, maneira da construção com acusativo nos verbos latinos. Os que, diferentemente, não aceitam o **acusativo** (objeto direto) são **intransitivos**; destes, são **intransitivos absolutos** os que não têm necessidade de qualquer complemento (bastam-se para a sua significação) e são **intransitivos relativos** aqueles (repita-se: **embora não aceitem o acusativo**) cuja significação se integra com um complemento preposicionado. A certos verbos transitivos pode juntar-se um **dativo** (o objeto indireto), que indica o ser a quem se dirige a ação verbal; ou seja, ainda que recebam o objeto direto, estes verbos somente têm inteiro o seu significado com a presença do objeto indireto. Esta denominação -objeto indireto- cabe ainda, por extensão, aos complementos preposicionados dos verbos intransitivos relativos (lembro: os não absolutos). Vemos que nesta concepção teórica coexistem um critério **casual**, isto é, paradigmático - e outro de obrigatoriedade de preposição, isto é, sintagmático.

Ao definir o verbo **transitivo** (o **acusativo**), Mestre **Said Ali** enumera alguns exemplos; e a seguir indica o valor semântico do objeto direto, não numa relação extensiva, mas à vista dos exemplos fornecidos: a) a pessoa ou coisa que recebe a ação; b) o produto da ação; c) o ponto para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado pelo dito sentimento. O Prof. **Evanildo Bechara**, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, repete estes mesmos valores semânticos do objeto direto, e lhes ajunta **com os verbos de movimento, o espaço percorrido, ou o objeto final**. Outra Gramática, a do Prof. **Rocha Lima** (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*), repete os significados de **Said Ali**, e lhes acrescenta **o conteúdo da ação**.

Tudo isto nos mostra que é importantíssimo para este estudo o estabelecimento de uma completa classificação dos verbos, quanto à sua transitividade. Deixada de lado a posição da *Gramática da Língua Portuguesa*, de **Maria Helena M. Mateus** e outras - obra que se volta para a descrição linguística sem preocupações normativas - somente conheço classificação dessa espécie devida ao Prof. **José Oiticica**, contida no *Manual de análise*; urge que se chegue a classificação mais completa e perfeita.

A mesma pluralidade de opiniões nos traz o estudo do objeto indireto. Para **Said Ali**, o objeto indireto (**dativo**) representa não só o segundo objeto de certos verbos transitivos (**dar, dizer, pedir** e muitíssimos outros), senão ainda o ser a quem a ação aproveita, ou desaproveita. "Será então um termo necessário para alguns verbos, porém

acessório para outros" – ensina Mestre **Said Ali**; e continua: "Algumas vezes confunde-se com as noções de lugar, posse, etc."

Mais adiante: "Ao termo regido de preposição com que se completa o sentido de verbos intransitivos dá-se de ordinário o nome de objeto indireto. Por ter alguma semelhança com as circunstâncias expressas pelos advérbios, poderemos denominá-lo objeto indireto circunstancial."

O Prof. **José Oiticica** (*Manual de análise*) estuda o objeto indireto pela análise de três exemplos, dos quais um (**Preciso de dinheiro**) lhe merece mais completa explicação: Nesse exemplo, a expressão **de dinheiro** é considerada objeto indireto da declaração verbal. Isso acontece com verbos que significam **precisão, necessidade, carência**, etc.; quase sempre com a preposição **de**. Em nota de rodapé declara que esta é a doutrina comum (cf. **é considerada**). Para ele, este **de dinheiro** do exemplo estudado é um resto de **precisão de dinheiro**, isto é, um complemento nominal. Segundo o Prof. **José Oiticica**, a comprovação do valor de **objeto direto** desse complemento fica patente na hipótese da redução do sintagma **ter precisão de** no infinitivo **precisar**, quando se dispensa a preposição, se o objeto direto é um infinitivo: **Precisar (de) qualquer coisa**. Como se vê, a explicação é engenhosa, mas não convence...

A propósito ainda do objeto indireto, o Prof. **Rocha Lima** (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*) **distingue do objeto indireto** outros complementos: "verbos como **gostar de, depender de, precisar de, carecer de, lembrar-se de, fugir de, consentir em, assistir a** (uma festa), **proceder a**, etc., não têm objeto indireto." (E foge à luta? – como se entende?) Note-se, ainda, que este complemento – segundo o Autor, complemento relativo – não cabe igualmente para os verbos alinhados pelo Prof. **Rocha Lima**.

Diz o Prof. **Evanildo Bechara**: "A NGB, a bem da simplicidade, reúne sob a denominação única de objeto indireto complementos verbais preposicionados de naturezas bem diversas: o **objeto indireto** propriamente dito, em geral encabeçado pelas preposições **a** ou **para**, o complemento partitivo, em geral encabeçado pela preposição **de** (lembrar-se alguma coisa) e o complemento de relação, também encabeçado pela preposição **de** (ameaçar alguém de alguma coisa). Isto nos leva a compreender a presença de dois objetos indiretos numa mesma oração como: Queixar-se **dos maus tratos ao diretor**."

Cumpre entender; dois objetos indiretos pelo caminho da NGB; um objeto indireto e outro complemento diferente naquilo que a NGB, por simplicidade, reuniu sob uma mesma denominação.

Tenho para mim que é imperioso estabelecer-se, para o fim de fixar a nomenclatura, uma completa **teoria dos complementos**, o que ensejaria, por força, a revisão da oposição adjunto (adverbial) / complemento.

NA (DE)ROTA DAS ERRATAS D'OS LUSÍADAS¹

Evanildo Bechara
UERJ/UFF

Em vários pontos a pesquisa lingüístico-filológica está longe de saldar seu débito com Luís de Camões, pois que muito há que fazer para se resolverem questões que permitam melhor compreensão da língua utilizada pelo vate lusitano, quer considerada nela mesma, quer nas relações dela com o desempenho do seu tempo, ou ainda na depuração da fidelidade textual da sua obra literária. Mesmo se nos limitarmos à epopéia camoniana – que tem sido das produções de Camões a mais estudada quanto ao aspecto de que agora nos vamos ocupar –, a estrada a percorrer ainda nos promete muito longa, apesar das contribuições de notáveis pesquisadores portugueses, brasileiros e estrangeiros.

Uma das questões mais interessantes dessas pesquisas diz respeito à tentativa sempre estimulante de libertar o texto da epopéia de possíveis gralhas tipográficas e de enganos do Poeta ou do editor da 1ª edição d'*Os Lusíadas*.

Tais emendas se distribuem em enganos ou correções de cinco naturezas: a) evidentes gralhas tipográficas de **Ee**, curiosamente nem sempre corrigidas na edição **E**, que tem disputado, pelas pesquisas de estudiosos, a primazia de ser o texto original; b) pretensas gralhas tipográficas que também se podem explicar pelo uso desordenado e omissões de certos sinais diacríticos correntes ainda à época não totalmente sistematizados, e, por isso mesmo, o leitor avisado daquele tempo entendia ou supria com facilidade, como o emprego do til, dos acentos agudo, grave e circunflexo; c) omissões de vocábulos que podem ser os que a crítica já restituiu ou não; d) divergências que a edição conhecida por **E** tem em relação ao texto da edição **Ee**; e) pretensas correções de natureza fonética, mórfica, sintática, estilística, léxica ou métrica apontadas pelos editores do poema, mas que podem ter cabal explicação no uso lingüístico da época.

Entre os exemplos do primeiro caso estão: **a leva por o leva** em IX, 87, 1 (já que é nítida a referência ao Gama); **bramando por bramavam** em II, 100, 5 (erro devido à influência do final do verbo antecedente e do seguinte); **Achitector por Architector** em IV, 104, 3; **acompanhado por acompanhado** em I, 80, 3; **Afrinano por Africano** em IV, 48, 6; **agasa hado por agasalhado** em I, 95, 6; **ago por agoa** em X, 116, 2; **amãsand por amãsando** em X, 40, 2; **aste por este** em X, 93, 5.

Do segundo caso podemos arrolar os testemunhos: **Achises por Anchises** em IX, 23, 2 (em **Ee** e **E**); **estê por este** em VIII, 54, 5; **exarcia por enxarcia** em I, 62, 2 (em **Ee** e **E**); **mais por mãis** em IV, 26, 3; **nuca por nunca** em V, 13, 4; **podêse por podem-se** em IV, 6, 1 (o aparato crítico de Epifânio não corresponde à lição de **Ee**); **Scipioes por Scipiões** em V, 95, 1; **Se por Sem** em VI, 73, 8 (em **Ee** e **E**).²

Acerca dos casos de omissão de palavras, especialmente monossilábicas, são conhecidas as passagens "Da [mãe] primeira com terreno seio" (IX, 21, 6), "Já chegaram perto e não [com] passos lentos" (VII, 50, 1) e "Virão Reis [de] Bipur e de Tanor" (X, 14, 2), lições que estão em **Ee** e **E**.

Pondo de lado uma ou outra correção evidente que **E** faz a **Ee**, como, por exemplo, em III, 51,8 **abola** (v) por **a bola**, ou alguma correção que tenha merecido o agasalho de editor consciencioso, como em II, 100, 2, em que Epifânio adota a lição **resonando** de **Ee** – esta perfeitamente adequada ao texto –, o normal é que sejam desastrosas as divergências ou emendas – ou até se pode pensar em falhas tipográficas – de **E**, quase todas do mesmo jaez das emendas de **fingidas** por **infidas** (em II, 1, 7), **Filho de Maria** por **Filho de Maia** (em II, 56, 2), **Português Capitão** por **Português Cipião** (em VIII, 32, 3), isto é, devidas ao desconhecimento da língua do poeta ou das alusões históricas feitas no poema.

Já a discussão daquelas correções devidas a interpretação do editor ou comentarista se reveste de particular interesse lingüístico porque têm permitido pesquisas em torno de fatos fonéticos, mórficos, sintáticos, léxicos, estilísticos ou métricos que contribuem para o melhor conhecimento da língua de Camões e do século XVI.

Na presente comunicação traremos à baila alguns destes pontos, na esperança de suscitar o interesse e a colaboração de estudiosos do assunto.

No domínio da fonética, lembraremos, em primeiro lugar, a lição **alvoraçada** de **Ee**, em II, 2, 5 modificada para **alvoroçada** por **E**, emenda aceita por Epifânio sob alegação de que, noutros passos, o termo só aparece com **o**. Sabemos que o testemunho da estatística não vale para Camões e para a sua época, porque, na fase em que o idioma transitava pela modernização lingüística inspirada pelos ideais do Humanismo e do Renascimento, tais formas duplas eram correntes e destas ditologias os clássicos italianos e espanhóis faziam largo uso e, na sua esteira, Camões. Cabe ressaltar que, quase sempre, no emprego dessas formas duplas, há uma preferencial do Poeta e, em geral, é essa que acaba por desbancar a concorrente e fixar-se como a normal no português moderno e contemporâneo.

Alvoraçar é verbo corrente na literatura anterior e contemporânea ao nosso Poeta, de modo que se torna difícil, em sã consciência, arrolá-lo entre as erratas tranqüilas do poema. Moraes registra as duas formas e ainda escritores modernos portugueses revivem aqui e ali **alvoraçar** e **alvoraçada**. José Maria Rodrigues, com razão, não aprovou o procedimento de Epifânio neste particular.

O testemunho da estatística, procedimento assaz querido de Epifânio como editor, tem de ser analisado com muita prudência; assim é que apesar do peso documental da forma verbal **perguntar**, única usada por Camões em 13 passagens do poema, não tira ao vate lusitano a oportunidade de empregar o substantivo **pregunta** no único passo em que aparece, em V, 49, 8. A edição **E** manteve a lição de **Ee**, mas Epifânio, por coerência de método, altera para **pergunta** e, no *Registro Filológico*, ao final do poema,

justifica que "pregunta (subst.) só em V, 49, o que é certamente devido a erro do compositor".

Vale a pena trazer mais dois exemplos que ratificam a fragilidade do método estatístico em questões dessa natureza. Camões só emprega o substantivo **piidade**, refeito sob o modelo latino, mas já apresenta o adjetivo com a roupagem medieval vernácula **piadoso(-a)**, ao lado da renascentista **piadoso**. Aqui Epifânio respeitou a dupla lição e, com muita propriedade, não procedeu à sistematização. Ocorreu o mesmo com **siso**, assim em II, 59, 8 e VIII, 14, 5 e **sesudo** em III, 122, 6.

A sistematização de Epifânio o levou a algumas incongruências; é o que nos atesta o caso de **antre** e **rezão**. Apesar das 67 passagens em que o Poeta usa de **entre**, o ilustre filólogo respeita as duas vezes em que aparece **antre**, precedido da preposição **de**, em I, 36, 5 e II, 2, 1, tanto em **Ee** como em **E**. Entretanto, diferente é sua orientação acerca de **rezão**; a edição **Ee** ministra 30 casos de **razão** contra dois de **rezão**; em V, 97, 5 e X, 58, 5, tanto em **Ee** quanto em **E**, o que não é motivo suficiente que impeça ao mestre proceder à emenda para **razão**.

Outra correção que não nos parece oportuna é a que altera a lição de **Ee** **apertavãa** para **apertavão**, em V, 75, 6, como ocorre já em **E** e daí passa aos editores antigos e modernos. Ora, deviam-se, nos escritores imediatamente antes de Camões e à sua época, neutralizar a vogal nasal final **ã** (grafada **-ã**, **-an**, **-am**) e o ditongo final **ão**, como ocorre em nossos dias (**amavam** / **amarão**). O fato refletia-se, naturalmente, na grafia. Os comentadores ensinam, com propriedade, que **grão** (também grafado **gram**) é forma comum aos dois gêneros. Em *Os Lusíadas*, junto a nomes femininos, vem em III, 3, 6 (grão genealogia), III, 41, 1 (grão fidelidade), III, 55, 2 (grão vitória), V, 67, 8 (grão corrente), VI, 72, 4 (grão soma), VIII, 75, 1 (grão verdade) e VIII, 76, 6 (grão valia), X, 9, 7 (grão Rainha) e X, 32, 5 (grão tormenta), em geral grafado **grão** em **Ee** e **gram** em **E**.

Portanto, **apertavãa** poderia também ser proferido como **apertavão**, o que não justificaria a errata.

Que não se trata de caso isolado no poema, atesta a ocorrência de outras formas paralelas, como **tenhã**, documentado em VIII, 41, 4 em rima com **venhão** e **convenhão**, segundo a lição de **Ee** mantida por **E**, que grafa **venham**, **tenhã** e **convenham**.

Também em X, 24, 8 a lição de **Ee** nos ministra **Dãos os**, repetida em **E**, que desde cedo foi emendada para **Dã-os**, forma assim explicada por Epifânio: "supressão da vogal subjuntiva do ditongo **ão**". Ora, **dã** está também por **dão**, facilitada ainda pela presença de **os**, e se há gralha, é na repetição do **os**, como bem assinala a listagem de erratas do *Índice analítico* de A. G. Cunha, embora aí inclua como erro a forma **tenhã** por **tenhão**, aludida anteriormente.

Ainda relativamente à homofonia de **ã** - grafada **ã**, **-an**, **-am** com **-ão**, *Os Lusíadas* nos oferecem mais um caso, também tido por gralha tipográfica e, assim, emendado no *Índice analítico*, apesar da concordância da lição de **Ee** e **E**:

"Com guerra **vão**, o olimpo claro e puro" (II, 102, 2).

Corrigindo **vão** por **vã**, Epifânio alude à forma **vãa** sem dizer a fonte e declara que a correção é já antiga.³ Ora, pelo que temos visto até aqui e pela própria lição do ilustre comentarista do poema, que nos ensina que "no português arcaico e ainda na 2ª metade do séc. XVI, era vulgar reduzir-se a "-an" o ditongo final "ão" dos verbos, quando seguido de enclítica" (**Registro filológico** da sua ed. *d'Os Lusíadas*, s.v. **-an**, **-en**), esses finais eram confundidos na pronúncia, e freqüente o emprego de um pelo outro. Desta maneira, **vão**, como **grão** podia acompanhar nomes masculinos e femininos e disto quis deixar Camões testemunho em seu poema. Ao leitor atilado daquela época parece que tais práticas não prejudicavam o entendimento do texto e a fruição da mensagem.

Em épocas afastadas, tal como acontece hoje, a vogal que se seguia a nasal podia sofrer a influência do fonema vizinho e nasalar-se. *Os Lusíadas* documentam este fenômeno na pronúncia **mão**, resultante da nasalação do adjetivo **mau**, escrito ainda **mao**:

"Danoso e mão ao fraco corpo humano" (V, 70, 2).

Assim na lição de **Ee**, emendado para **mao** em **E**. Epifânio adota a correção e o **Índice analítico** o arrola no grupo das erratas. Entretanto, o fenômeno fonético existe e, por isso mesmo, José Maria Rodrigues reclamou a emenda de Epifânio, nos *Estudos sobre Os Lusíadas*, referentes à 2ª ed. do poema anotada pelo grande sintaticista:

"A 2ª ed. emendou o "mão" para "mao" e até hoje ninguém voltou à grafia primitiva. E todavia esta provém indubitavelmente do Poeta, que assim encontrou escrita a palavra várias vezes e nos melhores autores".
A seguir aduz exemplos extraídos do *Cancioneiro Geral*, da *Crônica do Condestabre* e do *Palmeirim de Inglaterra*.

É o que ocorre, por exemplo, com a nasalação do nosso atual **mui**. Tais fenômenos, pela influência de sons nasais vizinhos, são tão comuns, que, ao contrário de Epifânio, que atribui a forma ao compositor, acredito ser de Camões a responsabilidade da palavra **Suamquém**, por **Suaquém**, empregada em X, 94, 8, conforme as lições de **Ee** e **E**. O mesmo Epifânio fala de outra forma nasalada - Guardafum: "Nos nossos escritores antigos também ocorrem as formas [além de **Guardafu**] **Guardafum** e **Guardafui** que é a forma atual" (comentário à estança 97, vv. 1-2).

Outro fato fonético que, para nós, deve ser preservado nas edições do poema é a ausência do **-s** ou do **-r** finais de vocábulos seguido de outro começado por **s**-, **r**-, respectivamente, ou de **-r** final com **lh** inicial, quando assim corre na lição de **Ee**, lição sempre respeitada por **E**, exceto numa só passagem. Assim, não se deve corrigir o **do**

rios em III, 84, 2 (única vez que E substitui por **dos rios**), do sopros em III, 8, 4, **doutro só** em X, 127, 3, **palavra sinceras** em II, 76, 2, **Guarda-se** em VII, 86, 2 e **Mostra-lhe** em IX, 26, 6.

Tal procedimento encontra o apoio de um consumado conhecedor da língua do séc. XVI, José Maria Rodrigues. Discordando da emenda de Epifânio de **do sopros** para **dos sopros**, embora, a bem da verdade, este mestre não desconhecesse o fato fonético ("o erro é devido a fundirem-se naquele tempo, na pronúncia de todo o país, o s final de **dos** e o inicial de **sopros**"), informa-nos o autor dos *Estudos sobre Os Lusíadas*:

"Não pode, porém, haver dúvida que foi o próprio Poeta que neste lugar escreveu **do sopros**, como em X, 127, 3, **doutro só** por **doutros só**, em III, 84, 2, **do rios**, em VII, 86, 2, **Guardase** por **Guardarse** e em IX, 26, 6, **Mostra lhe** por **Mostrar lhe**.

E é fácil de ver a razão disso. Camões quis deixar exemplificado o fenômeno de fonética sintática, resultante do encontro do s ou r final de uma palavra com o s ou r inicial da palavra seguinte e do r com lh nas mesmas condições.

Era neste sentido que devia fazer-se a evolução da fonética portuguesa se a não viesse contrariar a pronúncia erudita, que aliás não evitou que apareçam alguns casos nos melhores escritores do século XVI, nem evita ainda hoje que toda a gente diga, por exemplo, **dé reis**, por **dez réis**" (Estudos in *Revista de Língua Portuguesa*, nº 25, p. 20).

O estado atual de nossos conhecimentos dos hábitos fonéticos do séc. XVI não nos permite com tranqüilidade juntar aos casos acima apontados os exemplos de ausência de s final do artigo masculino em **o molles** em III, 72, 5, **o Mynias** em IV, 83, 5 e **o trabalhos** em IX, 88, 4, segundo o testemunho tanto de **Ee** quanto de **E**. Entretanto, consideramos que também não se pode tranqüilamente arrolá-los como gralhas tipográficas e, portanto, serem objeto de emendas, como procede a maioria dos editores.

O comuníssimo fenômeno de embebedimento de vogal final de vocábulo com idêntica vogal inicial de palavra seguinte pode levar a que a segunda vogal não apareça explicitada na escrita. É o que ocorre, a nosso ver, com **limite sta** em X, 97, 5 na lição de **Ee**, emendada para **limite esta** (por **está**) em **E** e nos editores seguintes, considerada que foi gralha tipográfica.

Talvez esteja preso a este mesmo fenômeno fonético-ortográfico o seguinte inusitado assindetismo em escritor tão pródigo no uso da conjunção e como Camões, em consonância com o que ocorre na língua, desde os seus primeiros textos:

"O Rapto rio nota, que o romance
Da terra chama Obi, **entra em Quilmance**" (X, 96, 7-8).

Talvez a conjunção **e** que poderia estar no início da oração **entra em Quilmance**, se acha embebida ou na vogal final de **Obi**, ou na vogal inicial de **entra**, ou, ainda, pela ocorrência das duas circunstâncias.

Entre as passagens que se apresentam como exemplos de gralhas tipográficas por omissão de palavra, está o verso:

"Vendo [no] rosto o férreo cano erguido" (IX, 71, 3), assim em **Ee** e **E**.

Esta é a proposta do editor Manuel Correia, perfilhada por Epifânio Dias.

Entretanto, podemos pensar em outro tipo de leitura e chegar à conclusão de que não falta, a rigor, nenhum elemento à completitude da estrutura frasal, bastando que se veja na passagem o conhecido fenômeno do embebimento do **-o** final de **vendo** e o **o** resultante comum da fusão da preposição **a** e do artigo **o**:

"Vendo o [= ao] rosto o férreo cano erguido".

A esta hipótese nada falta ao rigor gramatical: o caçador ergue ao rosto - para fazer a mira - o férreo cano da espingarda, apontando para a garcena ou pata conhecida.

Quem lê textos de autores pré-clássicos e clássicos, Camões inclusive, sabe que **o** pronunciado fechado, antes talvez **ò**, fusão de **ao**, é forma que goza de freqüência tal, que torna bem plausível esta segunda possibilidade de leitura, juntamente com o embebimento do **-o** final de **vendo** e esse **o**. Em *Fonética sintática*, Sousa da Silveira recolhe e explica, com maestria, exemplos de um e outro caso, colhidos em autores de todos os tempos.

Que não se trata de exemplo único do fenômeno no poema demonstra-o outro passo, também tido como gralha tipográfica, em que **os pés** é substituído por **aos pés**, embora a primeira forma seja a lição única de **Ee** e **E**:

"A sublime bandeira castelhana
Foi derribada **os pés** da lusitana" (IV, 41, 8).

Acreditamos que não há dificuldade em vermos aqui, como fez José Maria Rodrigues, **os** por **aos**, segundo a pronúncia corrente da época.

Um fato arrolado como erro tipográfico, mas que merece estudo mais acurado, é o emprego de **e** por **i**, em sílaba tônica, que aparece em **temida** e **temidos** em IX, 63, 6 e IX, 16, 8, conforme a lição comum de **Ee** e **E**. Sabemos ser comuníssima esta alternância gráfica em sílaba átona, porém nas tônicas não é fato vulgar. Mas cremos que a grafia **temida**, **temidos** pode ser devida ao Poeta, que a emprega noutros lugares. Assim, lê-se **temido** na **ode** ao Conde do Redondo, segundo o testemunho da edição de Goa e de RI, ao contrário do manuscrito apenso (MA) ao exemplar de RM. A Dr^a Maria Helena da Rocha Pereira, em recente estudo publicado no vol. VI, série

2ª da *Revista Camoniana*, crê, como nós já o fizemos alhures, que o fato "poderá explicar-se pela oscilação na pronúncia da época" (p. 114 n.20).

Em nosso entender não está em caso parecido de alternância de vogal **-u** por **o**-a palavra **suma** que ocorre em VI, 72, 4, tanto na lição de **Ee**, quanto na de **E**:

"Toma grão suma d'agua pelo bordo".

Para nós, trata-se do latinismo **suma** que já vinha circulando na língua muito antes de Camões nascer e, assim, não deve figurar como erro tipográfico, procedimento corretivo aceito por eruditos camonistas, entre os quais está Epifânio.

A morfologia também tem fatos que se apontam como gralhas tipográficas, mas que bem podem ter outra explicação. Está neste caso a pretendida errata **horríssimo**, apesar da lição de **Ee** e **E**:⁴

"Música traz na proa, estranha e leda,
De áspero som, horríssimo ao ouvido" (II, 96, 5-6).

Como sabemos, é opinião corrente que deve ser substituído por **horrísono**, proposta que parecerá redundante ao lado de **ao ouvido: horrísono ao ouvido**. Entretanto, a bem da verdade, devemos dizer que ao Poeta não desagradavam redundâncias dessa natureza; veja-se, por exemplo, alguns versos adiante, esta repetição:

"**Sonorosas** trombetas incitavam
Os ânimos alegres, **ressoando**" (II, 100, 1-2).

O prof. Sílvio Elia também não acredita que seja devido a um erro tipográfico, mas, sim, "uma criação muito expressiva do Poeta e que **horríssimo** se constitui num hápax dentro da morfologia de nossa língua" (in "**Aspecto filológico**" na introdução à edição d'*Os Lusíadas*, p. 35).

Para ele, **horríssimo** é o superlativo do adjetivo **hórrido** que, regularmente, seria **horridíssimo**, mas que, "por ser proparoxítone a forma positiva, o acréscimo do sufixo **-íssimo** se fez com supressão da sílaba final do termo, de onde **horríssimo** (por horriíssimo)", à semelhança do que houve em **seríssimo**, em vez de **seriíssimo**.

O levantamento histórico do nosso léxico poderá, talvez, não concordar que **horrísimoseja** o superlativo de **hórrido**, como, com bons argumentos, nos demonstrou o Prof. Sílvio Elia; entretanto, pelo que se depreende da expansão de tais superlativos no português do século XVI, sob a influência do latim e do italiano, a prudência manda considerá-lo melhor como um hápax dentro da morfologia de nossa língua do que mais uma errata do poema.

Outro caso que também deve ficar em suspenso, à espera de estudos ulteriores, é o relativo ao adjetivo **atente** das lições de **Ee** e **E**:

"... E vês aqui, se atente ouviste
Te contei tudo quanto me pediste" (V, 85, 7-8).

Epifânio emenda para **atento**⁵, na certeza de tratar-se de um erro, pois **atento** é forma que Camões emprega sete vezes no poema. José Maria Rodrigues, embora não aprofundasse a questão, discorda do notável comentador e prefere, a nosso ver com razão, filiar **atente** à série de adjetivos em -e, quase sempre ao lado da forma em -o ou regular em -do, duplas, aliás, mais correntes entre portugueses do que entre brasileiros: **entregue, aceite/aceito, assente, empregue**.

Por outro lado, cabe lembrar a alternância possível de -e e -o finais, n' *Os Lusíadas* em outras categorias verbais: **Alexandro/Alexandre, Filipo/Filipe** e, na língua do séc. XVI, **apetito/apetite, bailo/baile, rudo/rude**, etc. Mestre Teyssier outro dia nos lembrou **alardo/alarde**.

No domínio do léxico, além do latinismo **suma**, corrigido, a nosso ver, impropriamente em **soma**, como vimos atrás, aparece na lição de **Ee** a palavra **tredoros** 'traidores', em VIII, 98, 2, transformado em **tredores** por **E**, correção seguida por Adolfo Coelho. Todavia, como bem nos ensina Epifânio, "**tredoro, tredro, tredo** são formas de uma palavra de português antigo", documentada em mais de uma passagem de escritor do séc. XVI, e registrada em dicionários, indicando, portanto, que nada há que emendar na ed. de 1572.

Embora não taxativamente arrolados entre os erros tipográficos do poema, é no capítulo do léxico que mais aparecem tentativas de "correção" de palavras supostamente com grafias truncadas, por parte de ilustres comentadores de Camões, juntando às erratas as pseudo-erratas. É sem dúvida a falta de pesquisas e levantamentos pormenorizados do léxico português que permite a prodigalização de tais emendas, que ocorrem ainda aos mais competentes e lúcidos mestres a cujas obras tanto devem os estudos camonianos.

Epifânio, por exemplo, discordando da clara lição de **Ee** e **E**, prefere ver **crescida**, em vez de **tecida**, no verso de V., 33, seguindo uma antiga correção:⁶

"Da espessa nuvem setas e pedradas
Chovem sobre nós outros sem medida;
E não foram ao vento em vão deitadas,
Que esta perna trouxe eu dali ferida;
Mas nós como pessoas magoadas
A reposta lhe demos tão **crescida**,
Que em mais que nos barretes se suspeita
Que a cor vermelha levam desta feita".

Para o mestre, aparecer **tecida** por **crescida** é erro "devido a influência do som inicial da palavra anterior".

A substituição de **crescida** por **tecida**, entretanto, destrói um inteligente e expressivo jogo de palavras, expediente muito caro ao nosso Poeta; **reposta tão tecida** porque fora urdida cuidadosamente. **Tecer** com a idéia de algo que se prepara e se põe em prática com certa elaboração e astúcia ocorre no poema referido a **engano** ("E por melhor **tecer** o astuto engano", I, 77), a **cilada** ("Da cilada que o Rei malvado tece", II, 61), a **perfidia** ("Perfídias inventavam e **teciam**", VIII, 52), poderia muito bem ser aplicado ao agravo e resposta a tais medidas prejudiciais ou a outras do mesmo jaez, como, no caso em tela, ao **ataque** com setas e pedradas.

Ao lado de excelentes contributos ao conhecimento da linguagem de Camões e à fixação do texto da epopéia trazidos pelo competente Rebelo Gonçalves, há soluções suas de que ousamos discordar. Entre estas, lembramos aqui a proposta de substituição de **tocar** para **trocar** que ocorre em X, 5, 1:

"Mil práticas alegres se tocavam,
Risos doces, sutis e argutos ditos".

"Por maior que seja - pondera o mestre - a lógica da ligação de **se tocavam** a **mil práticas alegres**, não há sombra de lógica na ligação dessa flexão aos **risos doces, sutis**, e aos **argutos ditos**. Onde é que alguma vez já se disse **tocar risos, tocar ditos?**".

Epartindo desse aparente desconcerto, acredita que **tocavam** está por **trocavam**, substituição devida a uma "dissimilação fonético-gráfica: o estarem vizinhas, no mesmo verso, duas sílabas análogas **-gres** e **tro-**, ambas átonas e ambas com grupos consonânticos terminados por **r**, teria conduzido na leitura ou recitação do verso, automaticamente, na sua escrita, à natural diferenciação do segundo desses grupos: **gr... tr > gr... t**".⁷

E conclui: "Em suma, a forma **tocavam**, que já Adolfo Coelho e Gomes de Amorim substituíram por **trocavam**, é nítida errata, em meu entender, e não me conformo, até melhor juízo, com leitura diferente desta".

A boa lição cremos estar, desta vez, com Epifânio que, justificando a presença de **tocar** e condenando a correção para **trocar** levada a cabo por Adolfo Coelho e Gomes de Amorim, lembrou ser um fato de **zeugma**, isto é, ser necessário subentender para **risos doces, sutis** e **argutos ditos**, outro verbo mais adequado. Para Epifânio, é bem possível que não fosse o verbo **trocar**, pois que este, segundo crê, em tais locuções é moderno. Lembra ainda que o tradutor espanhol Caldera desfez a **zeugma** e disse:

"Mil pláticas alegres se tocaban
buenos e agudos dichos se deziam".

Zeugmas como essa ou ainda mais violentas são correntes no latim e no português de todas as épocas, e neste, especialmente na língua pré-clássica e clássica.

E, por fim, um último exemplo que nos permite chamar a atenção para uma prática freqüente na língua de períodos mais recuados: a despreocupação com a repetição da mesma palavra a pouca distância da outra:

"Das águas se lhe antolha que saíam
 Por ele os largos passos inclinando,
 Dous homens, que mui velhos pareciam
 De aspeito, inda que agreste, venerando:
 Das pontas dos cabelos lhe saíam
 Gotas, que o corpo todo vão banhando" (IV, 71, 1-6).

Entre muitos editores aceita-se uma antiga correção de **saíam** para **caíam** do verso 5; está neste grupo Epifânio. Cláudio Basto, conservando a lição do texto original, anota:

"Alguns editores põem **caíam**, em vez de **saíam**. Realmente, ficava melhor; não se repetia o verbo **saíam**, e usava-se outro mais próprio".

As justificativas de C. Basto não convencem por dois motivos básicos; primeiro, porque Camões e os escritores de outras épocas não eram tão rigorosos, como os modernos, na fuga ou condenação de termos repetidos, e disto *Os Lusíadas* nos dão vários exemplos; segundo, porque **é sair** o verbo adequado, na língua técnica geográfica, **sair o rio**, para indicar o ponto de nascimento de um rio, mas ainda onde elas põem fim a seu curso.

Camões, sabemos todos, se serviu de metáforas, quando disse que "das pontas dos cabelos lhe saíam gotas que o corpo todo vão banhando". Qualquer leitor avisado descobre que as "pontas dos cabelos" lembram as nascentes montanhosas do Indo e do Ganges, que as "gotas" sugerem os mesmos rios e que o "corpo todo" é o longo percurso até a foz. Não estava, portanto, nas cogitações do poeta a escolha de um verbo que indicasse a "caída" diretamente ao chão ou de outro que denotasse que as águas "saíam dos cabelos e escorriam pelo corpo abaixo". Queria apenas indicar o lugar onde a água aparecia e daí começava a correr até a foz.

NOTAS

1. Comunicação lida na V Reunião Internacional de Camonistas, realizada em São Paulo, USP, 1987 e ainda inédita.
2. A ed. de 1584 já traz Sê. Epifânio atribui a emenda a Manuel Correia (1613).
3. Ocorre na ed. de 1584.
4. Assim também na ed. de 1584.
5. Já assim também na ed. de 1584.
6. A emenda já ocorre na ed. 1584.
7. Erratas e pseudo-erratas d'Os Lusíadas in Revista de Portugal - Série A - Língua Portuguesa, XXI, jun 1956 - pp. 189 - 192.

TRANSCRIÇÕES

SOBRE A FORMAÇÃO DOS NOMES DE MULHER
MEDIEVAIS HISPANO-VISIGODOS

Joseph M. Piel

INTRODUÇÃO.

Desde que Meyer-Lübke publicou, em 1914, o seu conhecido trabalho sobre os antropónimos medievais portugueses de origem germânica¹, os nomes de pessoa visigodos da Península, tirante o capítulo respectivo do valioso estudo de P. Aebischer sobre o onomástico catalão dos séc. IX-X², só voltaram a ser objecto de estudo sob o aspecto dos seus relictos toponímicos³, não obstante o seu valor intrínseco relativo ao conhecimento da própria língua goda, de tradições literárias tão pobres⁴, e mesmo nulas no que respeita à Hispânia. Não cremos, com efeito, que futuros dicionários e gramáticas deste idioma – o qual, segundo se admite, se extinguiu no decorrer do séc. VII, e que foi o mais arcaico e castiço rebento do tronco linguístico germânico – possam prescindir dos numerosos e importantes elementos contidos na enorme massa de nomes godos, arquivada em muitos milhares de cartas e diplomas da Idade Média⁵. É verdade que isto exige o trabalho preliminar da recolha sistemática e em base segura dos antropónimos respectivos, tarefa ingrata que há de incidir sobre todos os cartulários antigos, impressos e por publicar. De qualquer forma, a realização de tal léxico constitui um *desideratum* urgente da filologia tanto hispânica como germânica, tornando-se necessário, atendendo à multiplicidade e dispersão das fontes, que seja o fruto da colaboração entre investigadores espanhóis e portugueses.

Nas páginas que se seguem propomo-nos coligir e analisar materiais novos para o estudo de um pequeno grupo desses nomes – os nomes de mulher –, que constituem uma categoria morfológicamente bem definida e que, por serem em número muito menor que os masculinos, se prestam para serem tratados, embora sumariamente, numa contribuição necessariamente limitada pela própria natureza da publicação a que se destina. No que toca à escolha do assunto, lembraremos, para a justificar, o infatigável interesse que o venerando Mestre, a quem é dedicada esta Miscelânea, sempre demonstrou pelo léxico onomástico, do qual soube tirar, principalmente nas *Orígenes*, tão preciosos ensinamentos, sem querermos insistir no grande apreço que testemunhou, em todos os seus trabalhos sobre a génese da epopeia espanhola, pelo passado visigodo da Península.

É possível que a nossa achega tenha alguma utilidade para os historiadores medievalistas, porquanto, ao consultar os cartulários até à data publicados, se nota que os nomes germânicos, elementos linguísticos algo estranhos para quem manejava o rude instrumento do latim medieval, podem constituir uma autêntica "cru" para o

editor, desde que não se trata de elementos frequentemente abonados, e que, mesmo em publicações recentes e feitas com o máximo escrupulo e competência, não são raros os equívocos relativos a antropónimos, cuja interpretação pressupõe um conjunto de conhecimentos filológicos de que só excepcionalmente dispõe o medievalista. Uma das dificuldades com que se vê a braços, está precisamente em distinguir devidamente os nomes de homens dos nomes de mulheres, nos casos em que o sexo dos indivíduos não vem especificado, ou se não pode inferir do contexto.

A nossa lista comentada, que abrange cerca de 260 nomes femininos, sem contar as variantes, não pode de modo algum pretender estar completa, visto que não se funda numa leitura sistemática dos cartulários e outras fontes existentes, resultando apenas de leituras e consultas ocasionais. Mesmo assim, cremos que dará uma ideia relativamente fiel do que seriam os nomes germânicos usados pelas mulheres peninsulares nos séculos medievos.

Adoptando um critério já consagrado, distinguiremos três tipos fundamentais de formação: 1º nomes bitemáticos; 2º nomes formados com o auxílio de um sufixo; e 3º nomes monotemáticos. Na primeira destas categorias guiar-nos-emos pelo segundo elemento da composição, que é o mais característico e foneticamente menos contaminado, porquanto nele incidia normalmente o acento românico. Por ser demasiado delicada e correr muitas vezes o risco de se tornar arbitrária, desistimos da tentativa de restaurá-los na sua forma primitiva gótica, como se tem feito, com maior ou menor felicidade, noutros trabalhos desta natureza, sem de modo algum querermos diminuir o interesse que pode haver, para o germanista, na reconstituição dos protótipos respectivos. Inútil se torna frisar que isto constitui uma tarefa particularmente espinhosa, quando está em causa uma língua tão fragmentariamente conhecida como o gótico, cuja última fase de evolução, para mais, ignoramos em absoluto.

Antes de prosseguirmos, parece conveniente lembrar alguns factos fundamentais relacionados com o nosso assunto. É sabido que a grande maioria dos nomes próprios germânicos se apresentam como palavras compostas de dois elementos do léxico comum, consagrados na sua função onomástica por uma longa tradição, que se perde na obscuridade dos tempos. Esses elementos, ligados entre si por meio de uma vogal ("Fugenvokal"), podem ser subordinados ou coordenados um em relação ao outro. Por via de regra, trata-se de vocábulos (substantivos ou adjectivos) pertencentes ao estilo poético, cuja significação se prestava para caracterizar favoravelmente um indivíduo. Na escolha de alguns, entrevêm-se certas concepções mitológicas e poéticas, que não raro se furtam a uma interpretação rigorosa. O que no nosso caso interessa particularmente, é o facto de existir uma distinção característica, embora não absoluta, entre os elementos lexicais que entram nos nomes de homens, e os escolhidos na formação dos nomes de mulher. Há muito que nestes últimos se reconheceu a expressão do ideal feminino germânico, o qual Müllenhoff, numa fórmula feliz, condensou na palavra **valquíria**. Ao passo que o ideal do homem está no herói, fulgurante de virtudes, o da mulher tem algo de sobre-humano, de divino. Este deve ter-se formado, como observou E. Schroeder numa bela conferência feita em 1907⁶, numa era longínqua, muito anterior à cristã, em que a vida significava essencialmente guerra, e a crença nas

valquírias, essas deusas personificadas das batalhas, ocupava um lugar eminente na mitologia germânica, confundindo-se com concepções de divindades dos bosques e das águas. É esta a circunstância que explica a presença, à primeira vista um tanto desconcertante, de grande número de palavras que significam guerra e batalha, como **hild** e **gund**, ou armas, como **brunna**, nos nomes do sexo que a natureza não predestinou para o duro mister das armas. Nesta última classe de nomes, Schroeder observou, aliás, uma subtil diferenciação, que está em não admitir, como segundo componente, um substantivo que designa uma arma – existe a formação **Brunhilda**, mas não **Hildbrunna** – procedimento corrente nos nomes de homem, onde abundam formas em **-ger**, **-brand**, **-rand**, **-helm** (dardo, espada, escudo, elmo), etc. Participando, como no-lo diz expressamente Tácito, de grande parte dos ideais e actividades do homem, de quem era companheira na vida agitada das guerras, caçadas e migrações, a mulher estava contudo excluída, a avaliar pelos nomes, do exercício de certas funções, como o **-munt**, a tutela, termo privativo do onomástico masculino. Em compensação, parece ter sido da sua atribuição o culto daquela sabedoria secreta e transcendental, expressa pela palavra **rûna**, bem como a protecção simbólica do guerreiro e a recolha dos feridos no campo de batalha, privilégio que estaria na base de nomes como **Hildi-wara**, **Gund-wara**, **Hildi-burg** e **Wal-burg**, cujos segundos componentes querem dizer "que preserva, que cuida de", e os primeiros "batalha" e "campo de batalha". No entanto, não seria prudente julgar que os princípios de formação dos ginecónimos (perdoe-se-nos este neologismo), a que acabámos de aludir, eram rigidamente observados, mesmo nos períodos arcaicos, e não devem ter sido raros os casos em que o nome de um parente masculino intervinha na forma do nome a dar a uma rapariga. Se analisarmos uma forma peninsular como **Eldegundia** (séc. X), que corresponde ao ant. alto alem. **Hildegunt**, sendo tipicamente feminina, porquanto não existem praticamente nomes de homem em **-gund(i)o**, chegaremos rapidamente à conclusão de que aquela formação é morfológicamente um absurdo, visto combinar dois sinónimos que exprimem a mesma ideia de "luta".

Foi esta a razão que nos levou a não insistir demasiado na significação atribuível aos nomes compostos, consciente dos escolhos que ameaçam o incauto, que com demasiada facilidade cede aos impulsos da fantasia. Além de a análise etimológica de bastantes raízes onomásticas estar sujeita à controvérsia, pode fãcilmente suceder que, mesmo depois de aclarada a origem dos dois temas de composição, a significação do nome respectivo continue tão enigmática como dantes.

Há ainda a acrescentar que, segundo Schroeder, a selecção dos segundos elementos compositivos deveria obedecer originariamente a determinado princípio morfológico, que reservava nomes comuns masculinos para nomes de homens, e femininos para nomes de mulheres, sendo radicalmente excluídos os neutros, procedimento que se encontra em flagrante contraste com os usos do onomástico grego, que admite correntemente nomes em **-χρατοζ** e **εργοζ**, bem como substantivos femininos como **ἀγορά**, **βονλή** e **νίχη** em nomes de homens. Tal costume reflecte-se no facto de existirem determinadas desinências onomásticas, como as tiradas do gót. ***gunpi** "luta", **liuba** "amor", ***weig-** "combate" e ***prups** "força" (cf. nas páginas

seguintes as seções III, VI, XIII e XVIII), que são privativas de nomes de mulheres, embora as ideias que exprimem não sejam de modo algum inadequadas ao homem.

Na lista que elaborámos notaremos a falta de não poucos elementos característicos, peculiares a outras línguas germânicas, como **-flêt (-flât)** "beleza", **-lind** "suave", **-heid**, **-gard** (de significação incerta) e outros, e que parecem pertencer a uma camada onomástica mais recente que aquela em que se fixaram os nomes godos, transparecendo neles sentimentos mais delicados e humanos, que levam a chamar a uma rapariga, p. ex., a **Bemvinda**, a **Desejada** ou **Presente da Fortuna**.

A decadência da velha poesia coreográfico-épica, de cujas concepções, estilo e vocabulário o primitivo onomástico se encontrava profundamente impregnado, não podia deixar de ter graves repercussões neste. Por outro lado, a convivência, no solo do Império Romano, dos germanos com populações de língua latina, assim como o progressivo esquecimento do idioma nativo, tiveram de ser prejudiciais à subtil arquitectura dos antigos nomes, obliterando-se os princípios e regras em que assentavam. Vemos, com efeito, como por toda a parte surgem novos nomes, resultantes do cruzamento arbitrário dos preexistentes, e como nomes femininos se criam analógicamente a masculinos, e vice-versa, o que se observa primeiro entre os ostrogodos e, mais tarde, entre os borgúndios e francos ocidentais, ao passo que os anglo-saxões se mantêm durante mais tempo fieis ao estilo poético nacional e, por conseguinte, ao carácter primitivo dos seus nomes. Acrescentaremos que a anarquia, que a certa altura começa a desfigurar os nomes germânicos, pode ter em parte derivado da própria riqueza original do vocabulário onomástico, que devia constituir uma sedução perigosa para as forças iminentes da linguagem.

Porém, mesmo assim, é preciso salientar que o onomástico hispano-visigodo espelha ainda, com bastante fidelidade, a situação primitiva, embora não seja de presumir que os homens dos séculos VIII-X conservassem a memória do valor e simbolismo das denominações que usavam. Além-Pirinéus, e nos tempos de Carlos Magno, sucede, com efeito, que um abade de Saint Mihiel, chamado Smaragdus, se lembra de explicar – para citar só um exemplo – o nome **Richmunt** por "potens bucca", o que patenteia a sua ignorância quanto à verdadeira significação do termo **munt** – que mencionámos há pouco –, o qual confunde com **mund** "boca". Ora, se isto podia acontecer no Norte da França, país muito mais efectivamente germanizado que a Península, o que é atestado no considerável volume dos germanismos lexicais e topónimos não antropónimos, dificilmente se poderá imaginar que, para a rude gente da época asturiana, os nomes visigodos com que ela se apelidava, fossem mais do que elementos eufónicos, sujeitos a determinadas convenções de ordem morfológica, mas despidos de significação concreta. Se não estamos em erro, merece ser invocado ainda outro aspecto do problema da tenaz sobrevivência do léxico onomástico visigodo, ao qual já aludimos noutra lugar. Referimo-nos ao facto paradoxal de o verdadeiro florescimento desses nomes se dar numa época, em que o reino dos visigodos deixara de ser uma realidade política, e a língua goda ter verossimilmente sucumbido à vulgar latina⁷. Com efeito, ao passo que nas *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, colecção que abarca os séculos IV-VIII, os nomes visigodos se apresentam na proporção aproximada

de 1:5 em relação aos latino-cristãos, poderiam citar-se inúmeros documentos dos séc. VIII-X, em que esta proporção é precisamente a inversa⁸. É verdade que este contraste pode ter a sua explicação na tradição epigráfica relativamente pobre da Espanha visigoda, ou em hábitos funerários particulares da população adventícia germânica, mas não é menos legítimo interpretarmos o estranho fenómeno como manifestação consciente ou inconsciente de um espírito nacional, renascido sob a ameaça muçulmana, como uma espécie de culto da **Gothorum gens et patria**, expressão sinónima, para S. Isidoro, de **Espanha**. Por outras palavras: a invulgar riqueza do onomástico hispanogodo⁹ teria as suas raízes nas mesmas forças subterrâneas que, depois de um longo domínio do direito romano da **Lex Visigothorum**, fizeram renascer, nos forais medievais, o direito consuetudinário germânico, e, na epopeia castelhana, velhos temas e lendas, que, na autorizada opinião do grande Mestre, a quem respeitosamente prestamos, na presente Miscelânea, o nosso tributo de grata admiração, só podem derivar de perdidos **Heldenlieder** dos visigodos¹⁰.

ELEMENTOS BIBLIOGRÁFICOS CITADOS SUMARIAMENTE¹¹

- Aebischer*: P. AEBISCHER, *Essai sur l'onomastique catalane du IX^e au XII^e siècle*. Barcelona, 1928.
- Cart. Liéb.*: *Cartulario de Santo Toribio de Liébana*, ed. L. SÁNCHEZ BELDA. Madrid, 1948.
- Cart. S. Vicente*: *Cartulario de San Vicente de Oviedo*, ed. L. SERRANO. Madrid, 1929.
- Cortesão, OM*: *Onomástico Medieval Português*, coligido por A. A. CORTESÃO. Sep. de *O Arqueólogo Português*, vols. VIII e segs. Lisboa, 1912.
- Diehl*: *Inscriptiones latinae christianae veteres*, ed. E. DIEHL. Berlim, 1925 ss.
- Dipl.*: *Monumenta Portugaliae Historica, Diplomata et Chartae*, I. Lisboa, 1867 ss.
- DPM III*: *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III, ed. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1940.
- Feist.*: S. FEIST, *Vergleichendes Wörterbuch der gotischen Sprache*. Leiden, 1939.
- Förstemann*: E. FÖRSTEMANN, *Altdeutsches Namenbuch, I: Personennamen*. 2^a ed. Bonn, 1900.
- Gal. Hist.*: *Colección Diplomática de "Galicia Histórica"*, año I. Santiago, 1901.
- Gamillscheg*: E. GAMILLSCHEG, *Romania Germanica*, 3 vols. Berlin, 1934-36.
- Grienberger*: T. VON GRIENBERGER, Recensão crítica de Meyer-Lübke, *Romanische Namenstudien*, I. In: *Zeitschrift für deutsche Philologie*, 37 (1905), pp. 541-560.
- Hübner, IHC*: *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, ed. E. Huebner, Berlim, 1871. Supplementum, 1900.
- Inquis*: *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, I. Lisboa, 1888 ss.
- Meyer-Lübke, Rom. Nam. I*: W. MEYER-LÜBKE. *Romanische Namenstudien*, I. Viena, 1905.
- Meyer-Lübke, Rom. Nam. II*: W. MEYER-LÜBKE *Romanische Namenstudien*, II. Viena, 1917.
- Nomes germânicos*: J. M. PIEL, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Sep. do *Boletim de Filologia*, t. II e segs. Lisboa, 1936 e 1945.
- Sachs*: G. SACHS, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*. Jena e Leipzig, 1932.
- Sáez, Doc. gall.*: E. SÁEZ, *Documentos gallegos inéditos del período asturiano*. Sep. del *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. XVIII. Madrid, 1947.
- Sáez, Nuevos doc.*: E. SÁEZ, *Nuevos documentos inéditos del reino de Asturias*. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. III. Coimbra, 1945.
- Sánchez-Albornoz. Doc. inéd.*: C. SÁNCHEZ-ALBORNOZ, *Serie de documentos inéditos del reino de Asturias*. In: *Cuadernos de Historia de España*, t. I-II. Buenos Aires, 1944, pp. 298-381.
- Schönfeld*: M. SCHÖNFELD, *Wörterbuch der altgermanischen Personen- und Völkernamen*. Heidelberg, 1911.
- Script.*: *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, I. Lisboa, 1856 ss.
- Vives*: J. VIVES, *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona, 1942.

A. NOMES BITEMÁTICOS.

I. -breda, -brida.

1. **Ansobrida**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 7.
2. **Cenabrida**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 7.
3. **Genopreda**, séc. XI, Dipl. 212.
4. **Mectubrida**, séc. X, Sáez, Doc. gall., nº 15.
5. **Monobreda**, séc. XI, Dipl. 301 e 526.
6. **Retefreda**, séc. X, Cartul. Liébana, nº 38.
7. **Sonobrida**, séc. X, Gal. Hist., 226.

O componente **-breda** parece representar uma forma evoluida de **-freda** (cf. AFRICANUS > **abregão**), o qual, como nos nomes masculinos em **-fredus**, tem a sua origem em ***fripus** "paz". Meyer-Lübke, *Roman. Namenst.* I, 57, registou apenas **Monobreda**. É curioso notar que, nos nomes de homem, a forma com **fr** é quase a única, ao passo que nos femininos predomina a forma com **br**. Isto explicar-se-ia porventura pelo facto de ***fripus** ser componente inicial frequente em nomes de homem (**Fredenandus**, **Fredericus**, **Fredemundus**, etc.), o que não sucede nos de mulher. No primeiro caso podia haver a tendência para dar ao **-fr-** interior o mesmo valor que tinha no princípio dos nomes, ao passo que, no segundo, este grupo consonântico pôde seguir o curso normal da evolução fonética. Aquele duplo tratamento reflecte-se ainda modernamente em topónimos como **Guilhabreu** a par de **Guilhofrei**¹². Quanto ao **i** da forma divergente **-brida**, cremos que se trata da vogal primitiva gótica como aparece no nome da princesa ostrogoda **Amalafrida** (séc. VI). A avaliar pelos exemplos acima apontados, a sua evolução para **e** seria posterior aos séc. IX-X. Note-se, contudo, que não conhecemos nomes peninsulares antigos em **-fridus**¹³. O nome **Genopreda** não passa certamente de uma grafia hiper-correcta de ***Genobreda**. Numa inscrição cristã de 579 (Hübner 396, Diehl 3793, Vives 69) ocorre duas vezes a forma **Imafrita**, que Diehl achou tão estranha que pergunta se não seria lapso por **Emerita**. Está claro que se trata de **Imafrita**, com **t** a representar o **p** de gótico.

II. -godo, -goto, -coto.

1. **Astrogoto**, séc. X, Gal. Hist. 226 (repetido); **Estregoto**, séc. XI, Cart. Liébana, nº 79.
2. **Entregoto**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 20 (repetido).
3. **Ermegoto**, séc. XI, Dipl. 178.
4. **Guldregodo**, séc. XI, Dipl. 132; **Goldregodo**, séc. XI, Dipl. 553; **Guldregudo**, séc. XI, Dipl. 165; **Goldrecodo**, séc. XI, Dipl. 184.
5. **Leouegoto**, séc. X, Gal. Hist. 226; **Leobedoto**, *ibid.*; **Leuegoto**, séc. XI, Dipl. 136; **Leucoto**, séc. XI, Dipl. 412.
6. **Sabegoto**, séc. X, Gal. Hist. 226 (repetido).
7. **Uistregoto**, séc. X, Cartul. Liébana, nº 13 (dativo **Uistregotoni**).

A explicação deste grupo onomástico pelo próprio nome dos godos (masc. ***gūta**, fem. ***gūto**; cf. **Gut-piuda** "povo dos godos", no dicionário de Feist), preconizada por Meyer-Lübke I, 62, que aponta as formas **Goldrogodo** e **Levecota** (convém emendá-las para **Goldrogodo** e **Levecoto**), parece-nos muito plausível. Os primeiros elementos de composição são todos conhecidos. Förstemann, 1286, traz o femin. **Sabigotho**, que corresponde precisamente ao **Sabegoto** da nossa lista. A propósito de **Entregoto**, é legítimo perguntar se não haverá erro de leitura, tratando-se na realidade de ***Estregodo**, forma evoluída de **Astrogodo** (cf. top. port. **Esturãos** < **Asturianos**). Aebischer, 29 s., recolheu **Ellregodo** (**Ellegod**), **Guldregudo** (= nº 4) e **Savegoda** (= nº 6). Confirma-se a hipótese deste Autor quando compara **Savegoda** com **Sabegoto** de Förstemann.

III. -gundia, -(g)onça.

1. **Adegundia**, séc. X, Dipl. 103.
2. **Alaguntia**, séc. X, Dipl. 33.
3. **Aldegundia**, séc. X, Dipl. 65 (dat. **Aldegundie**); **Aldonza**, séc. XIII, Inquis. 361^a, e frequente em fontes espanholas.
4. **Aragunti**, séc. IX-X, Dipl. 3 e 4; **Aracunti**, séc. XI, Dipl. 548; séc. XII, DMP, III, nº 382; **Aracunte**, séc. XIII, Inquis. 656^b. Förstemann, col. 137, aponta igualmente a forma **Aragunti**, tirada dos Acta Sanctorum, e referente à Espanha; **Aragonti**, séc. XI, Cartul. S. Vicente, nº 76.
5. **Astragundia**, séc. XI, Dipl. 3.
6. **Ebragundia**, séc. X, Gal. Hist. 226.
7. **Eldegundia**, séc. X, Dipl. 49; genit. **Eldegundie**, séc. XI, Dipl. 166; **Eldonza**, **Ildonza**, séc. XI, Dipl. 198; **Eldolca** (c = ç), séc. XI, Dipl. 520.
8. **Ermegundia**, séc. X, Gal. Hist. 226; séc. XI, Dipl. 287 e 327; **Ermegonza**, séc. XI, Dipl. 220 e 407; Inquis. 347; **Hermegonça**, séc. XV, Script. 214; **Ermegunza**, séc. XIII, Inquis. 130; **Ermionda**, séc. XI, Dipl. 282 (?).
9. **Fradegundia**, séc. X, Dipl. 70 e 171.
10. **Fredegundia**, séc. XI, Dipl. 171.
11. **Helaguntia**, séc. XI, Sáez, Doc. gall., nº 8.
12. **Leodegundia**, séc. XI, Dipl. 547; **Leodegundie** (genit.), séc. X, Dipl. 99 e 108; **Leodecundia**, DMP III, nº 3; **Ledegundia**, séc. X, Dipl. 21; séc. XI, Cartul. S. Vicente, nº 41; **Leegundia**, séc. XIII, Inquis. 157^b; **Leogunda**, séc. XV, Script. 181.
13. **Sisegundie** (genit.), séc. IX, Dipl. 3; **Sesgundia**, séc. XI, Dipl. 261 e 376.
14. **Tedegundia**, séc. XI, Dipl. 266; **Tudegonzia**, **Tedegoncia**, séc. X, Cartul. Liébana, nº 38; **Tedegonza**, séc. XI, Cartul. S. Vicente, nº 47.
15. **Treitegundia**, séc. X, Dipl. 57; **Treiteguntia**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 8.
16. **Troitegunda**, séc. X, Dipl. 90.

Em conformidade com os outros idiomas germânicos, os nomes visigodos em **-gund-** são exclusivamente femininos. A sua forma particular hispânica, **-gundia**, opõe-se ao longobardo **-gunda**, ao franco (Político de Irmião) **-gundis**, bem como ao próprio gótico da Bíblia, **-gunpi** (genit. **gunpiôs**, dat. **gunpiai**, acus. **gunpia**). Referindo-se a este problema, Meyer-Lübke, I, 63, admite que, segundo o tipo morfológico de **giba** "dádiva" (**gibôs**, **gibai**; declinação em **ô-**) se teria criado um novo nominativo analógico ***gunpia**. Esta explicação parece-nos mais judiciosa do que a de von Grienberger (p. 550), que preferia ver em **-gundia** uma latinização de **-gundi**. Não se vê, com efeito, a razão por que tal tendência de prover um nome em **-i** com a característica dos femininos latinos, se teria feito sentir em **-gundi**, e não em **-hildi** (cf. o artigo seguinte), elemento que, apesar de apresentar uma estrutura idêntica à de **-gundi**, não deu azo a formações em **-ildia**. A diferenciação morfológica dos dois membros de composição deve, portanto, remontar ao próprio visigodo.

Meyer-Lübke não deixou também de aludir à variante fonética **-gonça**, **-gonza**, que representa a mesma evolução hispânica que observamos no ant. port. **vergonça**, esp. **vergüenza**. Causa estranheza o facto de **-gonça** ter sido reduzido a **-onça** em **Aldonça**, sem que isto se produzisse em **Ermegonça**¹⁴. Finalmente existe ainda o caso isolado de **Aragunti** (nº 4 da nossa lista), com uma desinência **i** que opõe esta forma a todas as outras. Tratar-se-á por acaso de uma sobrevivência isolada do tipo **-gunpi**, a que nos referimos acima, ou de um elemento lexical diferente do que entra nos nomes em **-gundia**? É verdade que o topónimo **Argonça** (**Casal de -**, conc. de Lousada, distr. do Porto) faz supor que existiu uma variante antiga ***Aragundia**. Numa inscrição tumular de 624 (Vives 188, Hübner 138), de Pontevedra, figura o nome (**corpus**) **Ermengon[t]**, que Vives, julgando tratar-se do genitivo de um nome de homem, restitui para **Ermengontius**, quando o seu carácter feminino está fora de dúvida.

Para a Catalunha, Aebischer, 30, recolheu as formas **Algoncia** (= nº 3), **Enguncia**, **Ermegoncia** (= nº 8) e **Trasegontia**.

IV. -ildi.

1. **Ansuildi**, séc. X, Gal. Hist., 226.
2. **Aroildi**, séc. X, Gal. Hist., 226.
3. **Astruildi**, séc. X, Dipl. 15; **Astrildi**, séc. X, Dipl. 15.
4. **Brunildi**, séc. X, Gal. Hist., 226.
- 4^a. **Daildi**, séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 7.
5. **Donadildi**, séc. X, Dipl. 22.
6. **Ebrildi**, séc. X, Gal. Hist., 226
7. **Eramildi**, séc. X, Gal. Hist., 226; **Ermildi**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 8
8. **Guanadildi**, séc. X, Dipl. 40.
- 8^a. **Guduildi** (cognomento **Nunina**), séc. X, Sáez, Doc. gall., nº 15.
9. **Guntildi**, séc. XI, Dipl. 152.
10. **Quistrili**, séc. XI, Cartul. S. Vicente, nº 51.
11. **Romildi**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 9.
12. **Sanildi**, séc. X, Gal. Hist., 226.
13. **Sauildi**, séc. X, Dipl. 28.

14. **Sisildi**, séc. IX-X, Dipl. 3.
15. **Sonildi**, séc. X, Dipl. 40; **Sunildi**, séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 9.
16. **Sontrildi**, séc. XI, Dipl. 229.
17. **Stanildi**, séc. X, Gal. Hist., 226.
18. **Teudildi**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 25.
19. **Trasuildi**, séc. X, Dipl. 19.
20. **Trudildi**, séc. X, Dipl. 14 e 94; séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 13.
21. **Uanagildi**, séc. X, Gal. Hist., 226.
22. **Uiuildi**, séc. X, Dipl. 37.
23. **Vistrildi**, séc. XII, Cartul. S. Vicente, nº 150.

Meyer-Lübke, I, 67, arquivou apenas oito exemplos de nomes de mulheres em **-ildi**, elemento de composição feminino por excelência (Förstemann enumera 309 exemplos femininos, contra 9 masculinos), e que ascende a ***hildi** "combate", que se deve considerar tema em **jô-** (flexão ***hildi**, genit. **hildjôs**, como **hōftuli**, genit. **hōftuljōs** "gloria"). Sobre a forma divergente **-illi**, veja-se o artigo que se segue. Na Catalunha, os nomes em **-ildi** são incomparavelmente mais raros. Aebischer traz apenas **Dadilde** (= nº 4ª ?), **Ermilde** (= nº 7) e **Archenelde**, cujo primeiro elemento revela um nome não gótico.

V. -illi, -ili.

1. **Abronilli**, séc. X, Dipl., nº 175.
2. **Ansilli**, séc. IX, Cart. Liébana, nº 3.
3. **Aruilli**, séc. XI, Dipl. 215.
4. **Astruilli**, séc. XI, Dipl. 15; **Astrilli**, DMP III, nº 3.
5. **Autilli**, séc. XI, Dipl. 256.
6. **Barili**, séc. XI, Dipl. 539; cf. nº 12.
7. **Bauduilli**, séc. X, Cart. Liébana, nº 38.
8. **Berilli**, séc. XI, Dipl. 326.
9. **Bronilli**, séc. XI, Dipl. 203; Cart. Liébana, nº^{os} 20, 22; **Bronili**, séc. XI, Dipl. 153 (cf. top. **villa Broyli**, séc. XIII, Inquis. 493 e 589); **Brunilli**, séc. XI, Dipl. 203.
10. **Crestilli**, séc. XI, Dipl. 287.
11. **Donadilli**, séc. XI, Dipl. 137; **Donaili**, séc. XI, Dipl. 341.
12. **Ebraili**, séc. XI, Dipl. 122; **Ebrilli**, séc. XI, Dipl. 261 e 375; **Ebrili**, séc. X, Dipl. 82; **Ibrailli**, séc. XI, Dipl. 355; **Ibrili**, séc. XI, Dipl. 446; **Braili**, séc. XI, Dipl. 225; **Barili**, séc. XI, Dipl. 539.
13. **Framilli**, séc. X, Dipl. 97.
14. **Fredili**, séc. XI, Dipl. 220.
15. **Froili**, séc. IX, Dipl. 6.
16. **Fronilli**, **Fronili**, séc. XI, Dipl. 148; **Fruilhe**, séc. XV, Script. 287.
17. **Gaudilli**, séc. XI, Dipl. 371 e 378; **Gaudili**, séc. XI, Dipl. 144 e 184.
18. **Gesili** (?), séc. XI, Dipl. 282 (cf. villa **Gesilli**, séc. XI, Dipl. 260).
19. **Gogilli**, séc. X, Dipl. 78.

20. **Gontilli**, séc. XI, Dipl. 136; **Gontili**, séc. XI, Dipl. 293; **Guntilli**, séc. X, Dipl. 110.
21. **Guanadilli**, séc. X, Dipl. 40.
22. **Guinilli**, séc. IX, Dipl. 5; **Quinilli**, séc. IX, Dipl. 6 e 7; cf. **Uinili**, nº 44.
- 22^a. **Iremsilli (Irmesilli ?)**, séc. X, Cart. Liébana, nº 24.
23. **Leouilli**, séc. X, Dipl. 69 e 244; **Leuuii**, séc. XI, Dipl. 508.
24. **Matilli**, séc. XI, Dipl. 149.
- 24^a. **Meitilli**, séc. XI, Dipl. 161.
25. **Moyli**, séc. XI, Dipl. 128.
26. **Mudilli**, séc. X, Dipl. 109.
- [26^a. **Pusilli**, séc. X, Dipl. 55, que Cortesão traz como antropónimo, é de eliminar, porquanto se trata do nom. plur. de **pusillus** (... **nos clientuli ac pusilli** ...)].
27. **Quederilli**, séc. XI, Dipl. 136.
- 27^a. **Quinilli**, séc. IX, Dipl. 4.
28. **Riquilli**, séc. X, Dipl. 49 e 192.
29. **Rumili**, top. séc. IX, Dipl. 314.
30. **Saruilli, Saruili**, séc. X, Dipl. 97; **Sarili**, séc. XI, Dipl. 115.
31. **Sasuili**, séc. X, Dipl. 50.
32. **Sisilli, Sisili**, séc. X, Dipl. 49.
33. **Sonilli**, séc. XI, Dipl. 162.
- 33^a. **Sontrilli**, séc. X, Dipl. 11, 16, etc.; **Sontrili**, séc. XIII, Dipl. 136 e 547.
34. **Spanilli**, séc. XI, Dipl. 194.
35. **Sparilli, Esparilli**, séc. XI, Dipl. 351 e 562; **Sparrilli**, séc. XI, Dipl. 351 e 557.
36. **Teodilli**, séc. X, Dipl. 49 e 176; Cart. Liébana, nº 20.
37. **Teodonili**, séc. XI, Dipl. 205.
38. **Teuuiilli**, séc. XII, DMP III, nº 409; **Tiuilli**, séc. XII, Dipl. 668; **Tivili**, séc. XIII, Inquis. 399.
39. **Trasilli**, séc. X, Dipl. 39; **Tresilli, Tresili**, séc. XI, Dipl. 125.
40. **Tructilli**, séc. XI, Dipl. 178.
41. **Trudilli**, séc. X, Dipl. 9; **Trudili**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 10; **Trodilli**, séc. XI, Dipl. 368.
42. **Trunquilli**, séc. X, Dipl. 79.
43. **Uistrilli**, séc. X, Cart. Liébana, nº^{os} 54, 64, 65, 69; **Uistrili**, séc. XI, Dipl. 127; **Guestrilli**, Cart. Liébana, nº^{os} 51, 53.
44. **Uinili**, séc. X, Dipl. 70; cf. **Quinilli**, nº 27^a.
45. **Uiulli**, séc. XI, Dipl. 282 e 308; **Uiuii**, séc. XI, Dipl. 141.
46. **Sponili**, séc. XI, Dipl. 520; **Spuili**, séc. XI, Dipl. 525.
47. **Tauili** (fem. ?), séc. XIII, **Inquis.** 428^a.

Segundo se vê pelo número dos exemplos, **-illi, -ili** pode ser considerado o elemento de formação mais fecundo da categoria de nomes que aqui estudamos. O seu carácter feminino está fora de qualquer dúvida, não se justificando que Cortesão lhes atribua frequentemente o género masculino. Meyer-Lübke, *Roman. Namenst.* I, 93 s., classificou-o de sufixo diminutivo, que corresponderia ao elemento **-ili**, que ocorre no

ant. alto alemão. Esta opinião foi justamente rebatida por von Grienberger, pág. 552, que explica **-ili** como forma normalmente evoluída de **-ildi**, e degenerada em sufixo. Com efeito, se compararmos a lista de nomes em **-illi** com a precedente, notaremos um paralelismo perfeito das formações respectivas: **Ansuldi / Ansilli, Aroildi / Aruili, Astruildi / Astruili, Brunildi / Brunilli, Donadildi / Donadilli**, etc. Tirante isto, é ainda de notar que as formas com **-ld-** são, de um modo geral, mais antigas que as formas com **-ll-**, pertencendo quase todas ainda ao séc. X. A afirmação de Meyer-Lübke, de que o português não conhece o fenómeno assimilatório **-ld- > -ll-, -l-**, vem contradita pelas desinências toponímicas frequentes **-gil**, equivalente a **-gilde**, e **-il**, equivalente a **-ilde**, e ambas procedentes dos genit. **-gildi** e **ildi** de nomes de possesores em **-gildus** e **-ildus**. Além disto, pode apontar-se o caso de **alcalde**, por **alcalde**, corrente nos diplomas de Silos. Por outro lado, parece impossível concordar com von Grienberger, quando admite que a desinência **-i** de **-illi** não passa de uma grafia equivalente ao acus. latino **-em**. Trata-se, sem sombra de dúvida, da sobrevivência do tipo morfológico gótico em **-i**, ao qual aludimos no artigo precedente.

Num ou noutro caso **-illi** pode estar como genitivo de nomes masculinos em **-ildus**, ou mesmo de nomes em **-ila**, falsamente latinizado em **-ilus**. Tais arbitrariedades não deixam, porém, de constituir casos excepcionais, que não vêm afectar o carácter fundamentalmente feminino da referida terminação.

Diremos ainda que o fenómeno assimilatório, a que aludimos, se produziu também nos nomes respectivos catalães, onde, segundo Aebischer, 32, ocorrem **Ermelle** (a par de **Ermilde**), **Adalelle**, **Lodelle** e **Richelle**; cf. também **Ermillis**, a pág. 24 do citado trabalho.

VI. **-leuba, -leova.**

1. **Adeleoua**, séc. VIII, Cart. Liébana, nº 1; **Adileoba**, séc. IX, Sáez, Nuevos doc., nº 8.
2. **Argileuua**, séc. X, Dipl. 34 e 237; **Argileoua**, séc. X, Dipl. 83; **Argeleuba**, séc. X, Gal. Hist. 226.
3. **Astileoua**, séc. XI, Dipl. 153; **Astileuua**, séc. XI, Dipl. 203.
4. **Eileuba**, séc. XI, Dipl. 121; **Eileuua**, séc. X, Dipl. 31; **Eileua**, séc. XI, Dipl. 356; **Eilena**, séc. XI, Dipl. 237 (emende-se **n** para **u**); **Eleuua**, séc. X, Dipl. 24; **Elleuua**, séc. XI, Dipl. 407; [**Heiuua**, séc. X, Dipl. 51]; **Ileuba**, séc. XI, Dipl. 236; **Ileuua**, **Ileua**, séc. XI, Dipl. 320.
5. **Freileuua**, séc. XI, Dipl. 381.
6. **Fruleuua**, séc. XII, Dipl. 635.
7. **Gudileuba**, séc. X, Gal. Hist. 226; **Gudiseba**, no mesmo documento, deve esta por ***Gudileba; Gudiliu[va]**, numa inscrição de 594, Hübner 115, Vives 303, Diehl 1815.
8. **Sindeleoba**, séc. IX, Sáez, Nuevos doc., nº 8; **Sindileuba**, séc. X, Gal. Hist., 226; **Sindileuua**, séc. X, Dipl. 57; **Sendileuua**, séc. XI, Dipl. 472.

A base destas formações é o gót. ***liuba** "amor", que entra no adj. **liubaleiks** "amoroso" (= προζφιληζ). Contrariamente ao que se observa em outros idiomas germânicos (cf. Förstemann, 1019), são exclusivamente femininos os nomes peninsulares que apresentam este substantivo no seu segundo componente, como sucede, aliás, com os nomes históricos **Ereleuva** (princesa ostrogoda), **Gudeliva** (rainha ostrogoda) e **Froiliuba** (esposa do rei Fáfila de Astúria; cf. Vives, Inscr. Crist., nº 315, a. 737), que corresponde ao nº 6 da nossa lista, contendo na sua primeira parte a palavra **frauja** "senhor". As formas registadas sob o nº 4 devem ascender ao tema ***agi-** "gume, espada", sendo de notar as transformações fonéticas **agi- > ei- > e- > i-**. **Svinthiliuba**, "famula Christi" que figura nas **Inscr. Hisp. Christ.**, 20 (Celorico da Beira), vem a ser o protótipo das formas correspondentes ao nº 8. Aebischer recolheu no onomástico medieval catalão os exemplos **Argeleva** (= nº 2), **Kindeleva**, **Richeleva**, **Sendeleva** (= nº 8) e **Todeleva**.

VII. -mera, -mira.

1. **Gendemira**, séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 13.
2. **Ramira**, séc. XI, Dipl. 456.
3. **Resemera**, séc. X, Dipl. 94.
4. **Songimera**, séc. X, Dipl. 69.
5. **Uestremira**, séc. X, Dipl. 34.

Segundo se vê pela escassez dos exemplos, estamos em presença de simples formações analógicas ao fecundíssimo elemento masculino **-mirus** "grande, famoso" (gót. **mereis**). Merecem a nossa atenção as duas variantes em **-mera**, que conservaram a vogal primitiva do étimo visigodo, ao passo que nas formas masculinas se produziu sempre o "umlaut" para **i**, manifestamente sob a acção da vogal final, segundo já admitiu Hirt; cf. a este propósito Meyer-Lübke, II, p. 24. Aebischer, 35, só traz **Tresmira**, a. 1000.

VIII. -nanda.

Fredenanda, séc. X, Sáez, Doc. gall., nº 16; Dipl. 57 e 251.

Estando absolutamente isolado, o nome **Fredenanda** revela-se como sendo uma formação ocasional e analógica de **Fredenando**. O tema ***nanp-** "audaz" era, com efeito, exclusivo dos antropónimos masculinos. Isto não evitou, porém, que o nome **Fernanda** fizesse uma brilhante carreira.

IX. -rica.

1. **Fromarica**, séc. XI, Dipl. 129.
2. **Toderica**, séc. X, Dipl. 128.

O caso destes dois nomes é o mesmo que o das formas transcritas nos dois artigos precedentes. Seduzido pela enorme massa de masculinos em **-ricus**, **-rigo** (do gót. **reikis** "poderoso"), houve quem esporadicamente se lembrasse de criar femininos segundo o modelo de **Fromaricus** e **Teodericus**. O facto de haver tão poucas transgressões à regra fundamental de que certos elementos formativos são da prerrogativa exclusiva dos varões, prova que a consciência linguística, que lhe dera origem, não se tinha ainda obliterado.

X. -rona.

1. **Gunderona**, séc. IX-X, Dipl. 3.
2. **Tederona**, séc. X, Dipl. 98.

Nada obsta a que liguemos, como faz M. L., I, 75, o elemento **-rona** ao gót. **runa** "segredo", que já apontámos na introdução, e que aparece noutros dialectos germânicos como formativo de nomes de mulheres; cf. Förstemann, 1284, que aponta precisamente uma **Gunderuna** e uma **Theoderuna**, referindo-se igualmente a uma mulher ostrogoda chamada **Runilo**. Meyer-Lübke julgou dever citar, a par de **Gunderona**, a forma **Fulderona**. Houve, porém, equívoco, como justamente observou von Grienberger, 546, porquanto a forma, que se lê nos Dipl. 16, soa **Fulderone**, tratando-se de um antropónimo masculino do tipo morfológico em **-o**, **-onis**.

XI. -salba.

- Gondissalba**, séc. X, Dipl. 106; **Gundisalba**, séc. X, Dipl. 96.

XII. -sinda, -senda.

1. **Adosinda**, séc. IX, Dipl. 7; séc. X, Gal Hist. 226; séc. XII, DMP III, nº 3; **Adousinda**, séc. XI, Dipl. 302; **Adousenda**, séc. XI, Dipl. 276 e 309; **Adausenda**, séc. XI, Dipl. 302.
2. **Agesinda**; cf. Meyer-Lübke, I, 77.
3. **Aldosinda**, séc. XI, Dipl. 170.
4. **Argesinda**, séc. XI, Dipl. 539; **Argesenda**, séc. XI, Dipl. 498.
5. **Arosinda**, séc. XI (?), Dipl. 564.
6. **Artisenda**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 22.
7. **Ausinda**, séc. XI, Dipl. 373.
8. **Cenusenda**, séc. X, Dipl. 29 (Lorvão); cf. o apelido **Ceozendiz**, séc. XI, Dipl. 530 (Lorvão).
9. **Eggisenda**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 21.
10. **Eldesinda**, **Ildesinda**, séc. XI, Dipl. 128; **Elsinda**, séc. XI, Dipl. 203; **Elsedosinda** (?), séc. X, Cartul. Liébana, nº 24.
11. **Ergesenda**, séc. XI, Dipl. 564; **Ersenda**, séc. XI, Dipl. 258.

12. **Ermesinda**, séc. IX, Dipl. 7 e 19; **Ermosinda**, séc. X, Dipl. 20 e 82; **Ermesenda**, séc. XI, Dipl. 148 e 214; **Ermisenda**, **Hermesinda**, séc. X, Dipl. 87.
13. **Fredesinda**, Sáez, Nuevos doc., nº 6, 11, 12.
14. **Fremosinda**, séc. X, Dipl. 106.
15. **Gilsenda**, séc. XI, Cartul. Liébana, nº 78.
16. **Gogisinda**, séc. XII, DMP III, nº 3.
17. **Gudesinda**, séc. X, Cartul. Liébana, nº 24.
18. **Guetesenda**, top., séc. XI, Dipl. 526.
19. **Guisenda**, séc. IX-X, Dipl. 3 e 59.
- 19^a. **Honosinda**, séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 13.
- 19^b. **Justesenda**, séc. XII, DMP III, p. 184.
20. **Leodesinda**, séc. XI, Dipl. 113; **Leudesinda**, séc. IX, Sáez, Nuevos doc., nº 2; Cartul. Liébana, nº 11.
21. **Manosinda**, séc. X, Gal. Hist. 226.
22. **Ousinda**, séc. XI, Dipl. 512; **Ousenda**, séc. XI, Dipl. 276; Inquis., 139; Script. 300.
23. **Peruisenda**, séc. X, Dipl. 57.
24. **Recesinda**, séc. IX, Cartul. S. Vicente, nº 6; **Reoesenda**, séc. XI, Dipl. 162, deve estar por **Recesenda**.
25. **Segisinda**, séc. XI, Dipl. 525.
26. **Teodesinda**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 13.

Entre os oito nomes em **-senda**, que constam da lista de Meyer-Lübke, não conseguimos abonar **Goisenda** e **Legesinda**. Sobre a origem daquele elemento, basta dizer que parece ter havido confusão entre dois temas bastante parecidos, que coincidiram na sua evolução fonética: **swinpei** “força” e **sinps** “caminho”; ver sobre este problema *Roman. Namenst.* I, 77 s. Uma forma como **Teodesinda** evoca, com efeito, o nome histórico **Teudeswintha** (cf. também **Amalasintha**, **Goswintha** e **Matasintha**, em Schönfeld). Não devem ser poucos os casos, em que se trata de meras formações analógicas segundo nomes masculinos em **-sindus**; cf. **Fremosindo**, **Fremosendo** (Dipl. 546 e 136) a par de **Fremosinda**; **Segesindo** (Dipl. 229) a par de **Segesinda**. Na alternância **i/e**, que se manifesta em **-sinda/-senda**, repete-se o fenómeno a que aludimos a propósito de **-brida/-breda**. Em documentos catalães, Aebischer encontrou: **Adalsinda**, **Arsindis**, **Ermesinda**, **-sindis**, **Gersinda**, **Gilsenda**, **Ielesinda**, **Lunisenda**, **Nadesinda** e os híbridos **Bonesinda** (a par do masc. **Bonesindus**) e **(E)spanesinda**; cf. p. 37 s.

XIII. **-trudia**, **-trode**.

1. **Alatrudia**, séc. X, Dipl. 33.
2. **Anietrudia**, séc. XI, Dipl. 157; **Agnietrudie** (dat.), séc. IX, Sáez, Nuevos doc., nº 8; **Antrudia**, séc. XI, Dipl. 307.
- [3. **Ermedridia** (sic !), séc. X, Gal. Hist., 226; cf. o nome que se segue.]

4. **Ermentruia**, séc. XII, DMP III, nº 342; **Ermentro**, séc. X, Dipl. 98 e 166; cf. também **Ermengro** (= **Ermentro** ?), séc. XI, Dipl. 139, e **Ermento**, séc. IX, Dipl. 242.
5. **Gundetrudia**, séc. x, Gal. Hist., 226; **Guntrode**, séc. XI, Dipl. 358; **Guntrote**, séc. XI, Dipl. 358; **Controde**, séc. XI, Dipl. 253; **Controte**, séc. XI, Dipl. 420; **Gunterodo**, séc. XI, Cart. S. Vicente, nº 112; **Gontrodo**, séc. XI, Cart. S. Vicente, nº 59, pass.; **Gontroda**, séc. X, Cart. Liébana, nº 57 e 68; **Gontró** (o acento é da nossa responsabilidade), séc. XI, Dipl. 282.
6. **Penetrudie** (dat.), séc. IX (817), Sáez, Doc. gall., nº 1; **Penedruia**, séc. X, Dipl. 75.
7. **Qualatrudia**, séc. X, Dipl. 88; **Golatrudia**, séc. X, Cart. S. Vicente, nº 19; **Gulatrudia**, séc. IX, Cart. Liébana, nº 19, 20, etc.; **Gulatrudiene** (?), séc. X, *ibid.*, nº 54.
8. **Recedrudi**, **Recedrudia**, séc. X, Gal. Hist. 226; **Recatrudia**, séc. XI, Dipl. 256; **Recadrugia**, séc. XI, Dipl. 389.
9. **Senetrudia**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 10; **Senadrudia**, séc. XI, Dipl. 224; **Senadrugia**, séc. XI, Dipl. 184.

Meyer-Lübke, I, 80, arquivou apenas as formas **Alatrudea**, **Ermentró** e **Guntrode**. O tipo de formação mais arcaico é o tipo em **-trudi**, **-trode**, porquanto reflecte um tema em **-jô**: ***prudi** "força" (genit. ***prudjôs**), exactamente como os nomes em **-ildi**, **-illi**, ao passo que as formas em **-trudia** apresentam a inovação morfológica que abriu caminho nos nomes em **-gundia**. Posteriormente, **-trode** evoluiu normalmente para **-troe**, **-tró** (cf. AV(I)OLA > avoa > avó), e **-trudia** para **-truia**.

Entre os primeiros elementos de composição, são enigmáticos os que correspondem aos nº 2 (**anj-**), 6 (**pen-**) e 7 (**qual-** = **gual-**, **gol-**). Este último parece dever prender-se com **walisa** "escolhido, amado", que está em **Gualamiro**, séc. X, Dipl. 92; cf. o nome histórico **Valamer**, rei ostrogodo. A evolução de **gual-** para **gol-**, **gul-**, evoca o caso do port. **gomil** < AQUAMANILE. **Penetrudia**, nome assegurado por duas abonações de data e procedência diferentes, causa estranheza com o seu **p** inicial, que o gótico praticamente desconhecia. Aebischer, 27, abonou três nomes em **-trud-**: **Amalatrudes**, **Ermetruite** (= nº 4) e **Retrude** (= nº 8).

XIV. **-vara**, **-ara**.

1. **Goldara**, séc. XV, Script. 299 (patronímico **Goldarez-**, **-ares**), **Goldora**, séc. XV, Script. 204 e 369 (patron. **Goldorez**); **Gulderes**, séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 13.
2. **Ilduara**, séc. X e XI, Dipl. 56 e 301; **Ildara**, **Ielduara**, séc. XI, Dipl. 407; **Elduara**, séc. X, Dipl. 24; **Etlduara**¹⁵, séc. XI, Dipl. 253; **Eldoara**, **Eldura**, séc. XI, Dipl. 193; **Eldora**, séc. XI, Dipl. 116 e 190; **Aldara**, séc. XI, Dipl. 512; **Aldora**, séc. XIII, Inquis. 160.
3. **Qualavara**, séc. X, Dipl. 293.

4. **Senduara**, séc. XI, Dipl. 378.
5. **Teodora, Teodora**, séc. XI, Dipl. 186 e 214; **Todara**, séc. XI, Dipl. 208.
6. **Uaduuara**, séc. IX-X, Dipl. 3.
7. **Uiflauara, Uisflauara**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 8.

O género das formas correspondentes aos nºs 5-7 não ressalta do contexto, sendo porém de presumir que são também femininas, porquanto os masculinos respectivos terminam em **-us**: **Oduarus, Senduarus, Gelduarus**, etc. A origem de **-(u)ara** deve buscar-se num adjectivo tirado do verbo **warjan** "estar atento". No dicionário de Schönfeld encontrámos ainda **Radoara**, do CIL, XIII, sem indicação do género. Outros exemplos de ginecónimos, compostos com **-vara**, podem ver-se em Förstemann. 1531. A variante **-ora** parece ser devida a uma forte acção da semivogal **-u-** sobre o **-a-**, comparável, talvez, àquela que se observa em **courela** < *QUADRELLA. Aebischer, p. 30, apontou as formas **Eldoara** (cf. nº 1), **Eguvara, Gisclavara e Oldoara**, atestando o género feminino apenas quanto à primeira.

XV. **-verga, -vergo.**

1. **Adadiuergo, Adadiuergo**, séc. X, Dipl. 433. Cortesão regista este nome como sendo masculino, opinião que nos parece inadmissível.
2. **Alivergo**, séc. XI, Dipl. 310; DMP III, nº 78 (duas vezes). Este nome, cujo primeiro elemento Meyer-Lübke, I, 56, considera enigmático, poderia constituir simples variante de **Adivergo**, com uma evolução análoga à de **Adefonsus** > **Alfonsus**. Notaremos, contudo, que Schönfeld arquivou a forma **Aliberga** como nome de uma mulher borgúndia, o que indicaria que o **l** de **Alivergo** é primitivo, pertencendo ao tema do gót. **aljjs** "outro, outrem".
3. **Astriuerga**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 10.
4. **Quindiuerga**, séc. X, Gal. Hist. 225; cf. **Quindeverga**, séc. XI, Aebischer, 26.
5. **Sengiuerga**, top. séc. XIII, Inquis. 541^a, mod. **Singeverga**. Em *Nomes germânicos*, nº 1271, admitimos equivocadamente que este nome de lugar, conhecido hoje por corresponder a um convento beneditino, remonta a uma nome masculino.
6. **Sindiuerga**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 4.
7. **Teodeuerga**, séc. X, Gal. Hist. 225.
8. **Uistreuerga**, séc. X, Gal. Hist. 225.

A base deste elemento, que Meyer-Lübke, I, 57, apoiado apenas em **Adadiuergo** e **Alibergo**, julgava ininterpretável, pertence sem dúvida alguma ao verbo forte **baírgan**, alem. mod. **bergen**, "conservar, proteger". O tipo morfológico **-uergo** segue o esquema dos femininos da declinação "fraca" em **-n** (p. ex. **tuggô**, genit. **tuggôns** "língua"), ao passo que **-uerga** se integra na classe "forte" chamada em **ô** (paradigma: **giba**, genit. **gibôs**). O primeiro seria o primitivo, o segundo o análogo a numerosa categoria de nomes femininos em **-o**. O valor semântico dos nomes, que constam da nossa lista, é mais ou menos transparente. Para a Catalunha, Aebischer abonou ainda **Gondeberga**

e **Flodeberga** (séc. X). A suposição deste erudito, de que possivelmente **-berga** não constituiria um elemento autóctono hispânico, não recebe confirmação pela lista dada acima.

XVI. **-verta, -verto.**

1. **Ildiverto, Idiverto**, séc. X, Dipl. 70 e 129 (fem. ?).
2. **Raniuerta**, séc. XI, Dipl. 448 e 459.
3. **Sisiberta**, Dipl. 722; (cf. **Sisibertus**, Dipl. 89).
4. **Todiverto** (femin. ?), séc. XI, Dipl. 292.

O tema onomástico **-bert, -vert**, que se prende com o gót. **bairhts** "claro", forma quase só nomes de homens. **-verta** não passa, por conseguinte, de uma forma analógica a **-vertus**. Se os dois nomes em **-verto** designam realmente seres femininos, teríamos o caso de **-vergo**, frente a **-verga**.

XVII. **-vidis.**

Sitiuidis, séc. X, Gal. Hist. 226.

Förstemann 1562 traz um grande número de nomes de mulher em **-vidis, -oidis**, a par de masculinos em **-wit, -vit**, etc. Nos *Diplomata*, 154, figura um topónimo português **Argivido** (séc. XI); cf. o nome galego **Argevid** e o port. **Gervide**, a que nos referimos em *Nomes germânicos*, nº 591. O primeiro componente de **Sitiuidis** deve ser o mesmo elemento que aparece no nome hipocorístico fem. **Siti**, Dipl. 223.

XVIII. **-(v)igia, -egia, -eja.**

1. **Faregia**, séc. X, Dipl. 74 e 122; top. **S. Martinho de Fareja**, séc. XIII, Inquis. 84; **Farega**, séc. X, Dipl. 40, 49 e 84.
- 1^a. **Geluegia**, séc. XI, Dipl. 183.
2. **Guduigie** (genit.), séc. X, Gal. Hist. 226; **Godegia**, séc. XI, Dipl. 244, 246 e 490; **Godiga** (g = j), top., séc. XIII, Inquis 493^a; **Godgia** (sic !), séc. XI, Dipl. 219.
3. **Guntuigia**, séc. X, Gal. Hist. 226.
4. **Ilduigia**, Meyer-Lübke, I, 82 (sem abonação); **Ilidoie**, séc. IX-X, Dipl. 3; cf. o nome de homem **Eldoigius**, séc. X, Dipl. 19; **Eldigio**, séc. XI, Dipl. 230.
5. **Quienegia**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 10.
6. **Taegia**, séc. XI, Dipl. 438; **Tegia**, séc. XI, Dipl. 318 e 343.
7. **Tratiugia**, séc. X, Gal. Hist. 226.

8. **Sisuiquia**, séc. X, Gal. Hist. 226.

9. **Uistregia**, séc. X, Dipl. 34 e 174; **Uistoregia**, séc. XI, Dipl. 154; **Uistreia**, séc. XI, Dipl. 92; **Uisteria**, séc. X, Dipl. 65; **Uestregia**, séc. XI, Dipl. 136 e 509; **Uestrega** (g = j), Dipl. 542.

Meyer-Lübke, I, 82, aponta apenas a forma **Ildvigia**, a qual, atendendo à variante **Ildvia**, sugere explicar por **wîhs** "santo". Ora cremos que, em face dos novos elementos que apontámos, não pode haver dúvida ser a forma com **g** a primária, devendo postular-se como étimo o tema ***weig** "luta" (cf. Holtausen e Feist). Morfològicamente, os nomes em **-(v)igia** pertencem ao mesmo tipo que **-gundia**, apresentando, aliás, idêntico conteúdo semântico. O carácter feminino daqueles nomes manifesta-se na escolha dos primeiros elementos de composição. À p. 55 do citado estudo, Meyer-Lübke pensa que **Vistregia** (de **vistr-** "ocidente") se poderia explicar como formação híbrida em que entraria o sufixo latino **-ïdius**, **-ïgius**, explicação que a abundância dos respectivos nomes torna desnecessária. Em compensação, tem plena razão ao supor que **Quistricia**, numa inscrição cristã da colecção de Hübner, está por **Quistrigia** = **Vistrigia**. Causa certo embaraço a explicação da transformação de **-igia** em **-egia**. Parece que o **i** tónico se dissimilou do **i** semivocálico, como sucedeu em **Alepius** < **Alipius**, **Alypius** e **Ceprianus** (Vives, 354) < **Ciprianus**, **Cyprianus**. O nome correspondente ao nº 5 já vem numa inscrição de 662: **Quinigie** (genit.: cf. Hübner, 31; Vives, 31), não constituindo erro por **Cynegiae**, como lembrou Diehl, nº 2367. Em território catalão, Aebischer, p. 39 s., recolheu **Amalauigia** e **Gonteuigia** (séc. X).

XIX. **-vira, -viro.**

1. **Arguiro** (fem. ?), séc. IX, Dipl. 4 e 257.

2. **Geluire**, **Gelvira**, **Gelouira**, **Geloira**, **Giluire**, **Giloira**, **Jeluire**, **Jeloira**, **Chelvira** – **Elvira**; deste nome ilustrado por uma rainha, tratou Meyer-Lübke, R. N., I, 48; ver também as observações de von Grienberger, p. 546. As formas com **g-**, **j-** são as ocidentais, a com **e-** (**Elvira**) a castelhana (cf. cast. **encía** frente a port. **gengiva**), que parece ter-se generalizado em Portugal a partir do séc. XI. Meyer-Lübke, *Einführung*³, 260, admite que o nome espanhol **Elvira** se difundiu na Europa através da lenda de D. João.

3. **Requiuro**, séc. XI, Dipl. 430; **Requivilo**, séc. XI, Dipl. 402.

Meyer-Lübke, *Rom. Nam.* I, explica **-vir-** pelo gót. ***wers**, que corresponderia ao alto alem. **war**, significando "fiel, prestável". As dúvidas de Sachs, 116, que acha estranha a vogal **-i-**, onde se esperaria **-ê-**, poderia opôr-se o que dissemos a propósito de **-breda/-brida**; cf. A, I. Num epitáfio da região de Osma, publicado por Vives, nº 505, figura a legenda: **locus Anduies, inl. fem., cum viro suo [And]uiro**, perguntando o Editor se estamos em presença de um nome celtibérico de matrona¹⁶. Sendo **and-** um elemento onomástico germânico (cf. Förstemann, 102), o segundo componente, **-uies**, poderia estar por **-viris**, forma divergente de **-viro**, que entrevemos no enigmático **-biris**, em **Elisabiris**, **Lisabiris**, **Lisaviris**, do *Polyptychon Irminionis*, ed. Lognon, I, 256. É

verdade que, neste caso, a etimologia acima apontada seria de *rever*, porquanto um **-i-** em nomes francos não pode ser o equivalente de um **-ê-** gótico. Chamamos ainda a atenção para os nomes femininos borgúndios em **-wera**: **Gudowêra**, **Leubowêra**, **Rikowêra**, reconstituídos por Gamillscheg, III, 168.

B. NOMES FORMADOS COM SUFIXO.

I. -ilo.

1. *Ailo, séc. IX, Cartul. Liéb., nº 12 (dat. Ailone).
2. Anilo, séc. XI, Dipl. 348 e 547; séc. XI, Sáez, Doc. gall., nº 4.
3. Argilo, Argelo, séc. XI, Dipl. 223.
4. Cindilu, Dipl. 90; cf. Meyer-Lübke, I, 92.
5. Cisilu, séc. X, Dipl. 33; Cislo, séc. X, Cartul. Liéb., nº 25; cf. Meyer-Lübke, II, 29.
6. Cumdilo, séc. X, Dipl. 57.
7. Daylu, séc. XI, Dipl. 289.
8. Egilo, séc. IX, Sáez, Doc. Gall., nº 1; séc. X, Dipl. 98 e 163; Egelo, séc. X, Dipl. 100 e 223; séc. XI, Cart. S. Vicente, nº 53; Hegelo, séc. IX-X, Dipl. 3; Eilo, séc. IX, Dipl. 6 e 94; Eilon, séc. X, Script. 257.
9. Emilo, séc. X, Dipl. 70; cf. o apelido masc. Emilazi, Omilaci, Emilaz, séc. X-XI.
10. Etualo (?), séc. X, Dipl. 98.
11. Ezilu, séc. X, Dipl. 61; cf. Icilu, Itilu, nºs 23 e 43.
12. Faquilo, séc. IX, Cart. Liéb., nº 14; séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 11; cf. Faquina.
13. Feruilum, séc. X, Dipl. 15.
14. Fridixilo, Frodisillo, séc. XI, Dipl. 265; Fridixillo, séc. XI, Dipl. 301; Fradixillo, séc. XI, Dipl. 391.
15. Froilo, séc. IX, Dipl. 7 e 22.
16. Geilo, séc. X, Dipl. 391; Gelo, séc. XI, Dipl. 322; cf. C 5.
17. Genilo, séc. XI, Dipl. 142; Genlo, séc. X, Gal. Hist. 226; séc. XI, Dipl. 301 e 370; Gemlo, séc. XI, Dipl. 390.
18. Gondilo, séc. IX, Dipl. 4; Gundilu, séc. X, Dipl. 50.
19. Guandilo, séc. X, Dipl. 65.
20. Gudilo, séc. X, Dipl. 14; Gudilone, séc. X, Dipl. 13.
21. Idilo, Idilu, séc. X, Dipl. 67 e 97.
22. Isilo (cognomento Sisina), séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 5.
23. Itilu, séc. XI, Dipl. 331; cf. Ezilu e Ycilu.
24. Livilo, séc. IX-X, Dipl. 3.
25. Nantilo, séc. XI, Dipl. 258.
26. Nunilo, séc. X, Gal. Hist. 226; Nunilo, Nunilu, séc. IX, Sánchez-Albornoz, Doc. inéd., nº 12.
27. Quilo, séc. X, Cart. S. Vicente, nº 93.
28. Riquilo, Requilo, séc. X, Dipl. 37 e 49; Riquio, séc. XI, Dipl. 515.
29. Sexusilo, top. do séc. XI, Dipl. 451.
30. Sicilo, séc. XI, Dipl. 191 e 275; cf. masc. Sicila, séc. XI, Dipl. 217.
31. Sindilo, séc. XI, Dipl. 239.
32. Spintilo, séc. X, Gal. Hist. 226 (duas vezes).

33. **Sunilo**, séc. IX, Dipl. 141; **Sunillo**, séc. XI, Dipl. 356; **Suilo**, DMP III, nº 448; cf. masc. **Sunila**, **Sunla**.
34. **Tadilo**, séc. X, Dipl. 82.
35. **Teodilo**, séc. X, Dipl. 33 e 70; **Teudilo**, séc. X, Dipl. 111; cf. masc. **Teodila**, séc. IX, Dipl. 8.
36. **Tequilo**, séc. XI, Dipl. 202 e 367; **Tequelo** séc. X, Gal. Hist. 226.
37. **Teuilo**, **Teuilo**, séc. XI, Dipl. 539 s.
38. **Tradilo**, séc. X, Dipl. 82.
39. **Trastalo**, séc. X, Dipl. 34 e 54; **Trastallum**, séc. XI, Dipl. 99.
40. **Trudilo**, séc. X, Dipl. 65 e 107; Gal. Hist. 226; **Truilo**, séc. XI, Dipl. 295; **Truylo**, séc. XI, Dipl. 385; **Truiu**, séc. XI, Dipl. 348 e 547; top. **Linar de Truyo**, séc. XIII, Inquis. 405^b.
41. **Uandilo**, séc. XI, Dipl. 464; cf. masc. **Uandila**, séc. XI, Dipl. 564.
42. **Urillu**, séc. XI, Dipl. 171.
43. **Ycilu**, séc. XI, Dipl. 347.

O elemento **-ilo** vem a ser a forma feminina do sufixo **-ila**, que, com valor hipocorístico, se substitui ao segundo componente de nomes bitemáticos; cf gót. **mawilô** "rapariguinha", tirado de **mawi**. Kluge, *Nominale Stammbildungslehre*, §18, admite que, no léxico comum gótico, se teriam formado, por meio daquele sufixo, nomes intensivos de agentes. Segundo se vê pela lista, aliás incompleta, que reunimos, as formações femininas deste tipo foram extraordinariamente frequentes no NO da Península, não faltando também na parte oriental, visto que Aebischer, p. 23, abonou os exemplos **Adilo**, **Chixilo**, **Dazilo**, **Emilo** (cf. nº 9), **Fruilo** (cf. nº 15), **Guisilo**, **Ichilo** (cf. nº 43), **Igilo** (cf. nº 8), **Imilo**, **Luvilo** (cf. nº 24), **Punpilo**, **Quixilo** e **Savilo**. Em conformidade com **-ila**, **-ilanis**, os nomes em **-ilo** formam o genitivo em **-onis**, pormenor a fixar pelos editores de documentos medievais, porquanto não é lícito tirar, como faz por exemplo o editor do cartulário de S. Toríbio de Liébana, de um dativo **Ailone** (com **-e = -i**) um nominativo **Ailona**, sendo a única forma admissível **Ailo**. Não são raros os casos em que os nomes de mulher em **-ilo** formam parilha com masculinos em **-ila**, p. ex.: **Egila** / **Egilo**, **Danila** / **Danilo**, **Emila** / **Emilo**, **Froila** / **Froilo**, **Sicila** / **Sicilo**, **Teudila** / **Teudilo**, **Uandila** / **Uandilo**, etc. Por vezes, o **-i-** átono do sufixo sobre uma redução para **-e-**: **Egelo** a par de **Egilo**, **Argelo** a par de **Argilo**, notando-se o mesmo fenómeno nas formas catalãs **Amelo**, **Begeto**, **Cixelo**, **Elchelo** e **Lobelo**, citadas por Aebischer. Esporadicamente ocorrem também as vogais **-a-** e **-u-**: **Trastalo**, **Trastalum**, que deve constituir a forma feminina correspondente ao nome histórico **Thrafstila** (príncipe gepídio, a que se refere Jordanes), e **Etualo**, cuja terminação é a mesma que em **Quintalo**. Quanto a **-ulo** (Aebischer cita **Gisulo**, **Rimulo**), parece que esta variante se limita à Catalunha¹⁷. Nos ginecónimos portugueses há ainda a considerar o caso da dupla grafia do **-l-** (**Sunillo**, **Urillu**; cf. também masc. **Foilla** por **Froila**), bem como o emudecimento desta consoante, que transforma **-ilo** em **-io**, **-iu** (**Riquio** a par de **Riquilo**; **Truiu** a par de **Trudilo**, etc.). Um terceiro acidente, que se pode produzir, é a síncope da vogal do sufixo (**Genlo**, **Gemlo** apar de **Genilo**; **Cislo** apar de **Cisilu**). De um modo geral observa-se, porem, uma pronunciada tendência para conservar a integridade do sufixo, o qual está ainda em pleno vigor no séc. XI.

II. -ina.

1. **Atina** séc. XI, Dipl. 7 e 15; **Adtina**, séc. X, Dipl. 19.
2. **Atruina**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 5.
3. **Daruina**, séc. IX, Sáez, Nuevos doc., nº 1.
- 3^a. **Eldequina**, séc. X, Dipl. 33.
4. **Faquina**, séc. XI, Dipl. 282; **Facquina**, séc. X, Cartul. Liéb., nº 24.
5. **Getina**, séc. X, Dipl. 98.
6. **Godina**, séc. X, Dipl. 56; **Gudina**, séc. XI, Dipl. 116; Inquis. 574; **Guitina**, séc. X, Dipl. 85 e 94.
7. **Gogina**, séc. XI, Dipl. 186 e 202; **Cogina**, séc. XI, Cartul. S. Vicente, nº 31; **Gugina**, séc. X, Sáez, Doc. gall., nº 17; **Goína**, séc. XI, Dipl. 157; Inquis. 157; **Goinha**, séc. XV, Script. 175; (cf. **Gogilli**).
8. **Gondina**, séc. XI, Dipl. 188; **Gontina**, séc. XI, Dipl. 311 e 282; **Guntina**, séc. X, Dipl. 85 e 244; **Gontinha**, séc. XV, Script. 196.
- 8^a. **Guncina**, séc. XI, Dipl. 161; **Gunzina**, séc. XI, Dipl. 293; **Goncina**, séc. XI, Dipl. 310.
9. **Grastina**, séc. XI, Dipl. 153; **Crastina**, séc. XI, Dipl. 125.
10. **Leovina**, séc. IX, Cartul. S. Vicente, nº 5.
11. **Nunnina**, séc. X, Gal. Hist. 226.
12. **Quitina**, séc. XI, Dipl. 683.
13. **Sendina**, séc. X, Dipl. 83 e 96; séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 22.
14. **Sisina**, séc. IX, Sáez, Doc. gall., nº 5; cf. B I 22: **Isilo**.
15. **Trastina**, séc. X, Dipl. 34 e 75.
16. **Tructina**, séc. X, Cartul. S. Vicente, nº 27.
17. **Trudina**, séc. X, Dipl. 226.
18. **Zugina**, séc. IX, Cartul. S. Vicente, nº 5.

A terminação **-ina** vem a ser a forma feminina de **-inus**, que por sua vez representa, em nomes germânicos, uma adaptação a este sufixo latino do sufixo diminutivo **-ein(s)**. A equivalência, ou quase equivalência, de **-ina** e **-ilo** é reconhecível através de formas paralelas como **Faquilo / Faquina**, **Nunilo / Nunina**, **Gudilo / Gudina**, etc. Exemplos como **Trastalo**, cognomentum **Trastina** (séc. X) e **Isilo**, cognomento **Sisina** (séc. IX) fazem supor que **-ina** tivesse um matiz familiar mais pronunciado que **-ilo**. A forma **Gutina** já figura numa inscrição do período visigodo; cf. Vives, nº 369. Alguns dos nomes transcritos devem, aliás, ser de formação tardia, como sucede com **Goncina**, **Guncina**, que pressupõe a transformação de **Gundia** em **Gonça**, **Gunça**. – Aebischer traz como único exemplo de **-ina** a forma **Bardina**.

III. -isco.

Hunisco, séc. X, Dipl. 99; **Unisco**, séc. X, Dipl. 94, 107, etc.; **Unixco**, séc. XI, Dipl. 290; **Husco**, séc. XV, Script. 329.

Creemos que Meyer-Lübke, *Rom. Nam.* I, 98, acertou quando interpretou **Unisco** (genit. **Unisconis**) como significando "a huna". Não estaríamos, pois, em presença de um sufixo propriamente onomástico, mas simplesmente adjetivo, o mesmo que está nos advérbios **thiudisco** "pagão" e **judaiwisco** "judaicamente", o que explicaria o isolamento daquele nome hispânico. Nomes de pessoas, tirados de nomes de povos, não são raros; cf. Schönfeld, 253, **Vandalarius**, nome dum ostrogodo, que significaria "que combateu os vândalos", e **Uandilo** B I, 41. Também em **Hunia**, séc. XI, Dipl. 120, parece esconder-se um antropónimo do tipo de **Unisco**, ou seja **Hunila**, que figura no dicionário de Schönfeld como nome de mulher e de homem, devendo no primeiro caso ter havido latinização da terminação primitiva **-o** para **-a**¹⁸.

C. NOMES MONOTEMÁTICOS.

1. **Emiso** (fem. ?), séc. XI, Dipl. 144 e 183. Meyer-Lübke, II, 28, leu por engano **Ermiso**, forma que julga provir de **Remiso**; cf. ainda Aebischer 24.
2. **Eudo** (fem. ?), séc. XI, Dipl. 158 e 270; cf. o ostrogodo **Eutharicus**, Schönfeld, 82.
3. **Euva**, séc. XIII, Inquis. 431^b.
4. **Freda** (fem. ?), Dipl. 306.
5. **Geilo**, séc. XI, Dipl. 391; **Gelo**, séc. XI, Dipl. 322; **Genlo**, séc. XI, Dipl. 301 e 370; **Gemlo**, séc. XI, Dipl. 390. Nas duas últimas variantes, **-nl-** e **-ml-** estão por **-ll-**, como viu Meyer-Lübke, I, 86, que lembra as grafias **nunla** e **nunlis** por **nulla**, **nullis**. Trata-se possivelmente do elemento que está em **Gelvira**, **Elvira**, A, XIX, 2.
6. **Goda**, séc. X, Gal. Hist. 226; **Godda**, séc. XI, Dipl. 148.
7. **Godó**, séc. X, Dipl. 50 e 99; **Goto**, séc. XI, Dipl. 218 e 241; **Gotu**, séc. X, Dipl. 60; **Coto**, séc. XI, Dipl. 241; Inquis. 706.
8. **Gonza**, séc. XI, Dipl. 245 e 312. É forma evoluída de **Gundia**, nº 11.
9. **Greto**, séc. X, Dipl. 34.
10. **Guda**, séc. X, Dipl. 106; **Guta**, séc. XI, Dipl. 168.
11. **Gundia**, séc. XI, Dipl. 497 e 343; cf. **Gonza**.
12. **Guilo**, séc. XI, Dipl. 497; **Guilu**, séc. XI.
13. **Guina**, séc. XI, Dipl. 371 e 391; Inquis. 149; cf. **Guinilli**, A, V 22.
14. **Iddia**, séc. XI, Dipl. 500; cf. **Idilo**, **Idilu**, B, I 21.
15. **Ima** ? (no top. **Lama de Ima**), séc. XIII, Inquis. 708^b; **Hyma**, séc. XIII, Inquis. 458^b.
16. **Iuaba** (?), séc. X, Dipl. 56. (Será erro por **Liuba**, **Luba**?; cf. nº 18.)
17. **Launa** (?), séc. XI, Dipl. 154.
18. **Lluba** (erro de leitura por **Liuba**?; cf. o topónimo **Liwane**, séc. X, Dipl. 51), séc. XI, Dipl. 231; **Loba**, **Lopa**, séc. XI, Dipl. 267 e 344; **Lupa**, séc. XI, Dipl. 240 e 434. Deve tratar-se de uma forma hipocorística dum nome composto com **liuba** "amor". O lat. **lupa** não entra, a nosso ver, em linha de conta, por causa da significação fatal ("meretriz") inerente a esta palavra. É verdade que, depois de

obliterada esta significação, se poderia ter formado um **Lupa** por analogia com **Lupus, Lobo**.

19. **Mumma**, séc. X, Dipl. 104 e 550; **Mummadomna**, séc. X, Dipl. 20, 21, etc.; **Maumadomna**, séc. XI, Dipl. 230. Sobre estas formas, ver o comentário mais abaixo.
20. **Nania** (fem. ?), séc. XI, Dipl. 564.
21. **Quilio**, séc. XI, Dipl. 292 e 501; cf. masc. **Quilla**, séc. XI, Dipl. 136, e **Guilo**, nº 12.
22. **Siti**, séc. XI, Dipl. 223.
23. **Tegia**, séc. XI, Dipl. 318; Inquis. 343; cf. A XVIII, 6.
24. **Tela**, séc. XI, Dipl. 564.
25. **Teoda**, séc. X, Dipl. 68; **Toda**, séc. X, Dipl. 105 e 407; **Tota**, séc. XI, Dipl. 1002; **Tuta**, séc. XI, Dipl. 120 e 139; cf. os nomes de homens **Teudo, Teodo, Tedo, Teto**, etc.
26. **Tidi**, séc. XI, Dipl. 126
27. **Trado**, séc. X, Dipl. 106; cf. **Tradilo**, B I, 38, e Meyer-Lübke, II, 25.
28. **Troyo**, séc. XIII, Inquis. 401^a.
29. **Uanda**, séc. X, Gal. Hist. 226.
30. **Ufo** (?), séc. XV, Script. 331.
31. **Zonza** (?), séc. X, Gal. Hist. 226.

Esta classe de antropónimos, constituídos por um tema único, e providos de uma desinência de flexão, é particularmente refractária a uma análise segura. De um modo geral, trata-se de formas chamadas hipocorísticas, quer dizer familiares, de nomes bitemáticos, amputados para este efeito de um dos seus componentes. Contudo, não é improvável que alguns dos nomes simples, que acima transcrevemos, sejam originais, representando sobrenomes antigos. Assim as formas **Emiso, Geilo, Goda e Luba (Loba)** evocam as do antigo alto alem. **Emmiza, Geila, Guota e Lioba**¹⁹, que se podem traduzir por "a constante, a bem-disposta, a boa, a carinhosa", e **Mumma** seria o equivalente do ant. alem. **muoma** "tía materna"²⁰, lembrando o ant. alem. **Uota** "avós"²¹. Em contrapartida, as parelhas **Guina / Guinilli, Teoda / Teodildi (Teodilli), Trado / Tradillo** parecem indicar que as formas simples resultam das compostas. Alguns dos nomes monotemáticos dão, aliás, a impressão de serem formas foneticamente evoluídas de hipocorísmos em **-ilo**, por exemplo **Troyo=Trudilo**, ao passo que **Gundia (Gonça)** dificilmente se harmonizará com **Gundila**, que é nome exclusivamente masculino, devendo representar o gót. ***gunpi**, acrescido da característica românica **-a**²². Preferimos não levar por diante as nossas especulações sobre este aspecto da criação onomástica, cujo estudo exigiria um material mais abundante e uma análise minuciosa das formações masculinas respectivas, o que não cabe no quadro desta contribuição, sob todos os aspectos fragmentária.

NOTAS

1. *Romanische Namenstudien; I, Die alportugiesischen Personennamen germanischen Ursprungs*, sep. dos *Sitzungsberichte der kais. Akademie der Wissenschaften in Wien*, philos.-histor. Klasse, Bd. CXLIX. Uma segunda série de estudos antropónimicos: *Romanische Namenstudien; II, Weitere Beiträge zur Kenntnis der alportugiesischen Namen*, ibid., 1917, traz, a págs. 20-30, rectificações e acrescentos à dissertação anterior.
2. *Essai sur l'onomastique catalane du IX^e au XII^e siècle*; in *Publicacions de l'Oficina Romànica*, Barcelona, 1928.
3. Cf. J. J. NUNES, *O elemento germânico no onomástico português*, in *Homenaje Menéndez Pidal*, vol. II, pp. 577-603. – G. SACHS, *Die Germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, in *Berliner Beiträge zur romanischen Philologie*, Jena und Leipzig, 1932. – J. M. PIEL, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa; I. (Adães-Novegilde); II. (Oldrões-Zendo)*, sep. do *Boletim de Filologia*, tomo II e seguintes, Lisboa, 1936 e 1945. – O vol. I da grande obra de E. GAMILLSCHEG: *Romania Germanica*, Berlin-Leipzig, 1934, dá uma lista razoada de nomes visigodos do Sul da França (p. 305 e seguintes).
4. Os nossos conhecimentos do gótico baseiam-se, como é sabido, quase exclusivamente na tradução fragmentária da Bíblia, feita pelo bispo Ulfilas, que chefiava, nos meados do séc. IV, o grupo cristão dos visigodos que, fugindo à perseguição dos seus patrícios pagãos, atravessaram o Danubio para se refugiarem na Mésia com o consentimento de Constâncio (**Meso-godos** ou **Goti menores**).
5. O primeiro que, numa obra de conjunto, deu alguma atenção aos nomes próprios, foi F. HOLTHAUSEN no seu *Gotisches Etymologisches Wörterbuch (mit Einschluss der Eigennamen und der gotischen Lehnwörter im Romanischen)*. Heidelberg, 1934, que para este efeito se socorreu das contribuições de Dietrich, Bezzenberger, Kremer, Wrede, Schönfeld, Meyer-Lübke, Sachs e Gamillscheg. A 3^a edição do *Vergleichendes Wörterbuch der gotischen Sprache*, de S. FEIST (Leiden, 1939), acolheu apenas alguns antropónimos que figuram nas duas cartas de venda de Nápoles, no Calendário gótico, bem como nas raras inscrições rúnicas. Praticamente o rico tesouro dos antropónimos peninsulares fica, pois, ainda por explorar.
6. *Die deutschen Personennamen*, publicada em *Deutsche Namenkunde*. Göttingen, 1938, pp. 1-12.
7. Não se pode, contudo, excluir **a priori** a possibilidade de o gótico – se porventura era ainda falado por uma minoria nos princípios do séc. VIII – ter encontrado um refúgio, depois do desastre do Guadalete, nos montes das Astúrias, vivendo obscuramente durante mais alguns decénios antes de se apagar definitivamente.
8. À discrepância que se observa entre nomes germânicos e não germânicos já se referiu P. AEBISCHER, a p. 20 do citado estudo sobre o onomástico catalão, onde se lê: "... il semblerait, si l'on s'en tient à la liste des noms de personnes dressée par Hübner, que, vers le V^e ou VI^e siècles, les noms latins étaient encore prépondérants dans la péninsule ibérique; ce ne serait qu'un peu plus tard que les noms germaniques, et plus particulièrement gothiques ... se seraient imposés." E, mais adiante, com respeito à Catalunha: "En tout cas, la

prédominance des noms germaniques existe déjà dans les plus anciens documents; elle est en général assez forte: trois noms germaniques pour un d'origine différente."

9. A proporção de 5:1 à favor nos nomes godos pode ser ainda muito maior nos documentos mais antigos do NO. da Península. Assim, num documento galego de 879 (Sáez, Doc. gall., nº 10), figuram nas assinaturas finais 10 nomes, sendo 8 góticos (**Godesteus, Fofinus, Senetrudia, Trudilli, Aroaldus, Ansemundus, Dadila, Astriuerga**), um latino (**Severinus**) e um manifestamente indígena (**Nausti**). De 14 testemunhas que assinam a carta de venda de 842 (nº 4 da mesma publicação), nada menos de 12 são incontestavelmente germânicos (**Gundulfus, Leouegildus, Biddi, Sindiverga, Anilo, Uistragildus** (cognomento **Gotinus!**), **Gundisaluus, Gemundus, Uiuilidus, Salamirus, Rodericus, Emmarius**), 1 apenas latino (**Simplicius**) e um de origem obscura (**Rindotertir**). Esta vantagem que leva o elemento germânico é ainda superior àquele que se observa no *Polyptychon Irminicnis*, apontado como extrema, onde sobre 8 nomes francos ocorre só um latino.
10. Ver a este respeito: R. MENÉNDEZ PIDAL, *La epopeya castellana a través de la literatura española*, Buenos Aires, 1945, pp. 22 e ss. — *El rey Rodrigo en la literatura*, 1924, pp. 14 e ss. — *Floresta de leyendas heroicas*, I, 1925, pp. 24 e ss.
11. Devido à penúria das bibliotecas que estavam ao nosso alcance, tivemos de prescindir de algumas espécies bibliográficas de capital importância, como, p. ex., os trabalhos de STARK (*Die Kosenamen der Germanen*. Viena, 1868); WREDE (*Über die Sprache der Wandalen*. Estrasburgo, 1886); SCHROEDER (*Grundgesetze für die Komposition der altdeutschen Personennamen* (Göttingen, 1940).
12. *Nomes germânicos na toponímia portuguesa*, n^{os} 789 e 806.
13. No primeiro elemento de composição, o **i** aparece em formas isoladas como **Fridinando** (séc. XI, Dipl. 65) e **Fridixillo** (séc. XI, Dipl. 301). É de notar que, segundo Schroeder, *Deutsche Namenkunde*, p. 47, nota, o antigo alto alemão distinguia ainda, no tempo de Ekkehard, com bastante nitidez entre nomes masculinos em **-frīd** e femininos em **-frīd**, os primeiros formados com o substantivo, os últimos com o adjetivo. J. SCHATZ, em *Zeitschr. f. Namenforschung* XIV (1938), p. 104, admite que os nomes em **-frid**, **-frit**, na colecção de Förstemann, pertencem a **frīth** "pulcher", e não a **fridu** "paz".
14. A forma **Ergonza** figura, na realidade, num doc. de 1057, Diplom. 245.
15. Cf. a grafia **Etlías**, séc. XI, Dipl. 303, por **Elias**.
16. Temos a impressão de que o marido, talvez por ser de condição social inferior, foi denominado segundo o nome da esposa, o que explicaria também o facto de esta vir em primeiro lugar, acompanhado do qualificativo de **illustris femina**.
17. Meyer-Lübke, I, 89, que duvida da existência de uma alternância vocálica germânica **-ul- < -il-**, admitida por Brugmann e Wrede, pensa na influência do sufixo latino **-ulus, -ula**. Quer parecer-nos que o antagonismo, que opõe um nome gótico em **-a** a um românico em **-o**, e viceversa, não é favorável à esta explicação.
18. Sobre outras possibilidades de explicar o tema **hun-**, cf. Schönfeld, 143, e Sachs, 37.
19. Cf. F. KLUGE, *Deutsche Sprachgeschichte*², § 38.

20. MEYER-LÜBKE, *Rom. Nam.* II, 82, ao analisar o conhecido nome medieval **Mummadomna**, inclina-se a considerar como sendo ibéricos os dois elementos que o compõem. Observaremos que a existência de **Tutadomna** (cf. **Tuta**, **Toda**, etc.), **Matredomna** e **Auro Domna** (a-par de **Auro** simples), sem falar do nome histórico **Julia Domna**, não favorece esta interpretação, devendo **-domna** ser o lat. **domina**, aposto ao nome como título honorífico.
21. Cf. o tratamento de **tia** e **avozinha** que, em português, se pode dar em certas circunstâncias, a mulheres do povo.
22. Ver mais nomes em **-o** a pág. 21 do estudo de Aebischer, que aponta, entre outros, **Ago / Aigo / Eigo** e **Emmo / Emo**.

(Extraído de Estudios dedicados a Menéndez Pidal - Tomo VI - Madrid, CSIC, 1956, pp. 111 - 143. Respeitou-se a ortografia do original).

NOTAS E COMENTÁRIOS

José Rebouças Macambira, nascido em Palmácia, município do Maciço Central de Baturité, Ceará, em 17 de novembro de 1917, deixou o convívio humano no dia 17 de janeiro de 1992. Fez o curso primário na cidade natal, a qual, aos doze anos, trocou por Canindé com a finalidade de dar prosseguimento aos estudos no Colégio de São Francisco, estabelecimento de ensino "então dirigido por frades alemães". Quatro anos depois, veio para Fortaleza e ingressou no Seminário Arquidiocesano, deixando-o em 1937. No ano seguinte, deu início à carreira do magistério, que exerceu com abnegação, amor e dedicação incomparáveis. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará em 1951 e, mais tarde, Licenciado em Letras Neolatinas pela então Faculdade Católica de Filosofia.

A exemplo de seu mestre, o grande filólogo Martinz de Aguiar, jamais quis sair do Ceará e, por isso mesmo, não chegou a cursar, como aluno regularmente matriculado, nenhuma Pós-graduação. Não obstante isso, conseguiu, graças aos próprios méritos, galgar o ponto mais alto da hierarquia do magistério superior. Através de concursos realizados na Universidade Federal do Ceará, obteve, em 1980, a Livre-docência de Lingüística e, em 1986, tornou-se Professor Titular de Lingüística. Na última oportunidade, foi examinado, entre outros, por Sílvio Edmundo Elia e Evanildo Cavalcante Bechara, duas das maiores expressões da Lingüística nacional.

Professor de Lingüística e de Língua Portuguesa nas Universidades Federal e Estadual do Ceará, membro da Academia Cearense de Letras, da Academia Brasileira e da Academia Cearense da Língua Portuguesa, José Rebouças Macambira tornou-se um erudito, cujas palavras, formal ou informalmente, sempre inspiraram credibilidade em virtude de um sólido lastro teórico, haurido, principalmente, em Saussure, Bloomfield, Jespersen, Meillet e Vendryes – donde a sua reputação como "estruturalista" –, mas alicerçado por um conhecimento de causa, proveniente de um saber que construiu, ao longo do tempo, como professor de Grego, Latim, Francês, Italiano, Espanhol, Inglês, Alemão e, por último, de Sânscrito. Em face disso e, sobretudo, de sua meritória produção científica, foi-lhe concedida pela Universidade Federal do Ceará, em junho de 1988, a Medalha do Mérito Científico e, mais recentemente, em dezembro de 1991, o Conselho Universitário da mesma instituição aprovou a outorga do Título de Professor Emérito, que lhe será conferido "post mortem".

José Rebouças Macambira foi o primeiro professor de Lingüística do Ceará. Sempre fiel aos clássicos de sua formação e preferência, jamais se deixou seduzir pela última moda implantada na Lingüística, como sói acontecer aos lingüistas jovens em um país jovem como o Brasil, em que não tem sido possível consolidar-se nenhuma escola de Lingüística nem muito menos criar-se uma tradição própria. Nem mesmo o atraente movimento transformacionalista conseguiu demovê-lo da opção por seus clássicos. Foi assim, sem o sotaque da última moda, que conseguiu deixar uma

contribuição valiosíssima que contempla os domínios da Fonologia, da Morfologia, da Estilística e, principalmente, da Sintaxe da Língua Portuguesa.

Se houvesse tentado acompanhar todos os desenvolvimentos processados na Lingüística após a revolução chomskiana, não teria certamente conseguido produzir a invejável contribuição que, como afirmamos alhures, complementa, de certo modo, o legado descritivo de J. Mattoso Câmara Jr. Consciente de suas limitações em face dos vertiginosos progressos da Lingüística, preferiu estacionar nos ancoradouros uni-estruturalistas supracitados, para poder empreender, com base, em parte, na realidade lingüística cearense, a renovação da Gramática e do Ensino da Língua Portuguesa.

Oferecer uma contribuição destinada a esta renovação foi sempre o seu grande sonho ou o objetivo maior de sua vida, objetivo explicitamente manifesto, algumas vezes, nas "Introduções" de suas obras. Daí uma preocupação constante com a conciliação dos planos "descritivo" e "pedagógico" da língua. Para ele, "pesquisa" e "ensino" eram, de fato, funções indissociáveis, sabedor de que o bom professor não é aquele que, de modo brilhante e eloqüente, expõe, em classe, conteúdos alheios, senão o que transmite informações de primeira mão e leva às salas de aula um conhecimento gerado às próprias expensas. Sem nenhum risco de erro, podemos afirmar que a indissociabilidade entre "pesquisa" e "ensino" foi o princípio pelo qual pautou o exercício do magistério superior.

Ao pôr em prática este princípio, deu um exemplo magnífico de como deve ser a ação de um professor universitário, ensinando-nos com esta postura acadêmica que a conciliação das três funções da Universidade – "pesquisa", "ensino" e "extensão" –, embora muitas vezes difícil em face de certas circunstâncias, é possível. Foi um grande mestre, portanto, não apenas à luz de sua produção científica, mas também à luz da grande lição de como deve agir um professor universitário, de como este deve gerar conhecimentos, do que deve fazer "da" e "na" sala de aula.

Como já afirmamos noutra lugar, preparava com muita antecedência as suas aulas. Ao iniciar-se o semestre, apresentava-se ele com os conteúdos programáticos desenvolvidos sob forma mimeografada. Com isso testava em classe a sua leitura e interpretação das estruturas da Língua Portuguesa. Os alunos tinham, então, o privilégio da primeira divulgação de lições lingüísticas, que só depois, devidamente apuradas, convertiam-se em livros. Assim foram elaborados *A estrutura morfo-sintática do português* (1970), *A estrutura da oração reduzida* (1971), *Português estrutural* (1974), *A estrutura musical do verbo e da prosa* (1983), *Fonologia do português* (1985) e *Estrutura do vernáculo* (1986), todas, obras de muito valor, em que fatos exemplos ilustrativos predominam sobre os aspectos teóricos, estes, em geral, limitados a breves definições de tipos estruturais, categorias, funções e conceitos lingüísticos.

A estrutura do polifônio (1975), em edição mimeografada, foi a tese com a qual obteve a Livre-docência de Lingüística, havendo sido a obra publicada em 1983 o trabalho que lhe valeu como tese para Professor Titular de Lingüística. Ainda em 1983, publicou *Musa de aquém e de além*, um livro de poemas. *Estilística do português* e *Posfácio gramatical* eram trabalhos "em elaboração", lamentavelmente suspensa em

virtude da prioridade concedida pelo autor à preparação da sua tão aguardada *Gramática de sânscrito*, que, segundo informação de Dona Rosa Macambira, ficou pronta e já se encontra no prelo da Imprensa Oficial do Estado do Ceará. O lingüista, ainda segundo informação da esposa, deixou traduzido em Língua Portuguesa o *Sutra* de Patánjali, que a família, com a ajuda de amigos amantes do Sânscrito, publicará oportunamente.

A Bibliografia lingüística de José Rebouças Macambira é rica e de inquestionável valor, mas, infelizmente, não há aqui espaço, para descermos à apreciação de suas qualidades científicas intrínsecas. Todavia, como "contra fatos não há argumentos", seja-nos permitido aqui lembrar dois bastante significativos que atestam a importância da contribuição deixada pelo lingüista cearense: a inclusão de algumas de suas obras em bibliografias de inúmeros trabalhos, entre estes dissertações de Mestrado e teses de Doutorado e a reedição de algumas em âmbito nacional. Neste particular, convém lembrar que, em 1986, ano da publicação de *Estrutura do vernáculo*, a obra primogênita *A estrutura morfo-sintática do português* já se encontrava em quinta edição, tirada, em São Paulo, pela Livraria Pioneira.

Para concluir, cumpre-nos ressaltar que o lingüista José Rebouças Macambira era um homem em que a simplicidade e humildade, próprias de um cientista, aliavam-se à fidalguia do trato. E não obstante a bondade e a solicitude, sempre manifestas em seus atos, Deus o retirou de nosso convívio, deixando-nos mais pobres.

José Rogério Fontenele Bessa

Joseph M. Piel
08.06.1903 – 28.05.1992

Perdem os estudos românicos em geral e a Filologia Portuguesa em especial um dos seus mais competentes investigadores, o Prof. Doutor Joseph M. Piel. Nascido em Mörchingen (Lorena), desde cedo se familiarizou com o francês, que se tornou sua segunda língua materna.

Concluído em Trier o secundário, em 1922, ingressou no curso superior matriculando-se na seção de Filologia Românica, inicialmente em Friburgo e depois em Berlim e Bonn. Nesta última instituição, tendo como orientador Wilhelm Meyer-Lübke, doutorou-se aos 10 de novembro de 1926, publicando, três anos depois, sua tese de caráter dialectológico *Die Mundart von Courtisols bei Châlons s.M.*

Suas relações com a língua portuguesa e sua literatura começaram muito cedo, pois que com vinte e três anos de idade visita Portugal pela primeira vez e já no ano seguinte o vemos como professor assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da qual, em 1938, é nomeado catedrático. Em 1951, juntamente com Pierre David e Émile Planchard, a septicentenária instituição lhe concede o título de doutor "honoris causa". Só em 1953 retorna à Alemanha para reger a cátedra de Filologia Românica da Universidade de Colônia até 1968, quando se retirou da atividade de ensino para dedicar-se exclusivamente às suas investigações no campo da Romanística; mas as marcas do seu magistério, deixou-as profundas nos discípulos não só de Colônia, senão também de outras universidades alemães e portuguesas, entre os quais merecem destacada menção os que estiveram à frente da homenagem oferecida ao Mestre, Wolf-Dieter Lange e Heinz Jürgen Wolf (*Philologische Studien für Joseph M. Piel*, Heidelberg, Winter-Verlag, 1969).

As marcas da atividade de pesquisa de Meyer-Lübke estão visíveis no discípulo, especialmente nos estudos que o Prof. Piel elaborou sobre fonética e léxico do português, a presença do elemento germânico e latino nos nomes de lugar e de pessoa portugueses, trabalhos que o consagraram como um dos mais profundos conhecedores nestes domínios da investigação lingüística. Infelizmente não se materializou como um monumento único a proposta de mútua colaboração de dois grandes mestres, Harri Meier e Joseph Piel, para a integral revisão do *Romanisches etymologisches Wörterbuch* de Meyer-Lübke; todavia, em contribuições separadas, os dois competentíssimos romanistas dedicaram grande parte de suas vidas a esse projeto inicial. Além de suas íntimas relações com o REW, Piel preparou com aditamentos uma nova edição do segundo volume da *Historische Grammatik der französischen Sprache* (Heidelberg, 1966).

O contacto com os problemas lingüísticos do português estimulou-o a editar textos antigos, como o *Leal Conselheiro* (1942), o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela* (1944), ambos de D. Duarte, o *Livro dos officios*, tradução do infante D. Pedro

(1948), *Livros Velhos de Linhagem* Vol. I (em colaboração com José Mattoso, 1980), *A Demanda do Santo Graal* (concluída por Irene Freire Nunes, 1988).

Muitas questões etimológicas do galego-português estão inseridas na coletânea de artigos esparsos *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega* (Coimbra, 1953) e mais recentemente tivemos a reunião de alguns de seus artigos em *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa* (Lisboa, 1989).

Numerosos outros artigos de importância capital para a Romanística e, especialmente, para a Ibero-România, redigidos em alemão, português, francês e espanhol, espalhados em revistas e miscelâneas, estão à espera de reunião em volume.

Com outro ilustre discípulo seu, o Prof. Dieter Kremer, Piel publicou em 1976, pela editora alemã Carl Winter, o *Hispano-gotisches Namenbuch*.

Joseph M. Piel não foi apenas o mestre competente e o investigador impecável: foi também uma extraordinária figura humana, pronto a socorrer os discípulos com seu largo conhecimento, orientando teses doutorais, ajudando-os a palmilhar caminhos e discutindo projetos de vida acadêmicos ou de ordem pessoal. Mais do que um mestre, era um amigo e conselheiro em quem se encontrava sempre a decisão prudente ou o conforto que faltava. Quem teve a honra e o prazer de conviver com o Prof. Piel dá disto reconhecido testemunho. Não é de admirar, portanto, que amigos e discípulos se reunissem pela segunda vez para comemorar os 85 anos de atividade profíqua na *Homenagem a Joseph M. Piel*, editada por Dieter Kremer, com o apoio do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e Conselho de Cultura Galega (Tübingen, Max Verlag, 1988).

Perdemos um mestre incomparável e um amigo dileto.

Evanildo Bechara

Para que o leitor de *Confluência* admire a competência e a profundidade dos estudos do mestre, reproduz-se, na seção de **Transcrições**, a alentada contribuição com que o Prof. Joseph M. Piel compareceu às homenagens que romanistas de todo o mundo prestaram ao patriarca da Filologia Espanhola, Ramón Menéndez Pidal.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo seu Departamento de Letras, publicou, em dezembro último, o nº 13 da revista *Uniletras*, que reúne estudos de bom nível sobre línguas e literaturas clássicas e modernas. Daqueles que interessam mais de perto aos leitores de *Confluência* cabe assinalar o breve artigo **Aspectos sociais da formação da gíria nas subculturas** (p. 95-99), de Ana Rosa Gomes Cabello, da UNESP/Bauru, e **Nietzsche, filólogo** (Pensamento e expressão em *A genealogia da moral*), de Aluizio Ramos Trinta, da UFRJ/Rio de Janeiro, que conclui: "aprendemos com Nietzsche que modos de vida inspiram maneiras de pensar; modos de pensar criam maneiras de viver. É esta unidade que faz de vicissitudes da vida aforismos poéticos, e de uma expressão do pensamento, uma perspectiva vital" (p. 110).

É de se assinalar a série de estudos que vêm sendo estampados na revista *Letras & Letras*, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais). Temos entre mãos os números correspondentes aos volumes 3 (Nº 1, jun. 1987; Nº 2, dez. 1987), 4 (Nºs 1 e 2, jun.-dez. 1988), 5 (Nºs 1 e 2, jul.-dez. 1989). Constam do número 1 do vol. 3 os seguintes artigos: **Contribuição a uma tipologia textual** (Ingedore G. Villaça Koch e Leonor Lopes Fávero); **A partícula "se" em português: algumas funções e pseudo-funções** (Sandra Diniz Costa); **Um estudo do "porque"** (Marlene Silva Sardinha Gurpilhares); **A leitura e a escrita no 3º grau – Em busca da proficiência no desempenho lingüístico** (Liliana Cabral Bastos); **Reflexões sobre a teoria da leitura** (Maria das Graças Dias Pereira). Do número 2 do vol. 3: **Alguns aspectos da linguagem das cantorias nordestinas** (Maria Jandira Ramos); **A questão da transitividade das estruturas causativas sintéticas do português** (Vanda de Oliveira Bittencourt); **Uma hipótese sobre o emprego da vírgula antes da conjunção "e"** (Sumiko Nishitani Ikeda); **Apreensão de vocabulário e interpretação de texto** (Enilde L. de J. Faulstich); **O traço stative na língua portuguesa** (Maria José Ladeira Garcia). Dos números 1 e 2 do vol. 4: **Descaminhos da redação** (Maria Célia Cence Lopes); **Notas preliminares a uma estilística da tradução** (Neuza Gonçalves Travaglia); **Aspectos dêiticos de lugar e espaço na fala espontânea de adulto e de criança** (Terezinha de Melo); **Inadequação vocabular em redações de vestibulandos** (José Carlos Cunha e Célia Maria Coêlho Brito); **O emprego da 1ª pessoa do singular ou da 1ª pessoa do plural – uma questão discursiva** (Liliana Cabral Bastos); **Lingüística e epistemologia: a semântica na experiência cognitiva** (Luiz Antonio G. Senna); **Alguns aspectos do ensino de língua materna** (Maria Célia Cence Lopes); **As manifestações lingüísticas de causalidade na fala infantil** (Maria Lúcia Leitão de Almeida); **A seqüência ADJ+N em português e o princípio da harmonia trans-categorial** (Mary Aizawa Kato). Dos números 1 e 2 do vol. 5: **Considerações sobre a repetição na língua oral e na conversação** (Luiz Carlos Travaglia); **O fenômeno da hipercorreção** (Márcia Elizabeth Bortone); **O dogmatismo na gramática, a teoria**

transformacional e o ensino de Línguas (Márcia Elizabeth Bortone); **Salas de leitura: abordagem crítica de seu acervo** (Creusa Resende); **Tendências do gerúndio nas redações de universitários** (Janete dos Santos Bessa Neves); **A pré-modificação no sintagma nominal do inglês: construções adjetivas em -ed e suas equivalências em português** (Clóvis O. Gregorim); **Subjetividade – uma questão aberta** (Onici Claro Flores); **Análise da transitividade em narrativas** (Elisabeth Santo da Silveira).

O Prof. Hélio Melo oferece-nos em *Vozes de animais* interessante coletânea de informações acerca da presença dos animais no fabulário universal, nas literaturas portuguesa e brasileira, na literatura cearense, na música clássica e na popular, na fraseologia da língua portuguesa (**dizer cobras e lagartos, ter o olhar de lince, ter mãos de sapo**, entre muitos outros dizeres). Finaliza o opúsculo uma completa relação de vozes de animais, recolhida por esse cultor do vernáculo. De Hélio Melo diz com muita propriedade outro abnegado mestre de língua portuguesa no Ceará, o Prof. Edmilson Monteiro Lopes: "mestre de doutrina segura, vazada em linguagem clara e agradável".

O Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa reuniu cinco de seus estudos esparsos, relativos ao tema **A lingüística e o ensino do português**, que a Universidade Federal Fluminense editou como o 2º número da Série *Cadernos de Letras*, Niterói, 1991. No prefácio, o Prof. Rosalvo do Vale traça o percurso vitorioso do Prof. Uchôa nos 28 anos à frente da cadeira de Lingüística dos 30 de atividade docente na UFF. Este 2º Caderno reúne os seguintes estudos, de interesse para o especialista e para os professores de língua portuguesa que desejam desempenhar seu ministério com mais eficiência, já que o Prof. Uchôa pretende pôr em evidência esta situação que ocorre nos dois campos de atividade: "O certo é que o diálogo entre os lingüistas e os professores de língua tem sido pouco produtivo entre nós. De um lado, os lingüistas, freqüentemente não preocupados em ouvir os professores quanto aos problemas que os afligem no dia-a-dia; de outro lado, os professores, quase sempre desorientados, perplexos, diante de teorias e descrições da língua que não conseguem assimilar, esperando comodamente dos lingüistas soluções prontas a aplicar, receitas infalíveis" (p. 17).

Fazemos coro ao que assinala o Prof. Rosalvo na **Introdução** a esta coletânea: "recomendo ao Prof. Uchôa, especialista em reunir dispersos, que o faça com a sua produção científica e publique em breve o segundo volume de seus estudos lingüísticos" (p. 13).

A equipe de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro publicou em 1991 o 1º volume do material colhido no Rio de Janeiro para o Projeto NURC. Sai este 1º volume, sob a coordenação da Profª Dinah Maria Isensee Callou, com o título *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro – Materiais para o seu estudo*, dedicado a elocuições formais, que representam "o desempenho lingüístico de falantes de ambos os sexos, nascidos na cidade, com a escolaridade universitária, distribuídos em três faixas etárias" (p. 9). A edição completa dos materiais está programada para três volumes, sendo que dos dois restantes, um conterà diálogos informais entre locutor e documentador e o outro, diálogos informais entre dois locutores. Na edição dos materiais gravados, a equipe tentou dar conta do maior número de elementos pragmático-discursivos das entrevistas, tais como truncamento de palavras, hesitações, repetições, ênfases, pausas, etc., na tentativa de melhor atender a uma análise lingüística nestas circunstâncias. Este 1º volume é, com muita justiça, pelo muito que propugnou em favor do Projeto NURC, dedicado à memória do saudoso mestre de todos nós, o Professor Celso Ferreira da Cunha.

Realizado em João Pessoa (Paraíba), em jul.-ago. de 1978, o I Congresso Nacional de Sócio e Etnolingüística, só há pouco, pela conjugação de esforços da Editora Shorin e da Universidade Federal da Paraíba, saem em volume, com o título *Sociedade, Cultura & Língua. Ensaios de Sócio e Etnolingüística* (João Pessoa, 1991), sob a organização da Profª Linalda de Arruda Melo, as dez conferências proferidas durante o evento, ficando para posterior publicação – que esperamos para breve – as comunicações livres, moções, conclusões e anexos. São as seguintes as conferências reunidas neste volume, dispostas segundo a ordem de apresentação no Congresso: **Para uma visão lingüística da realidade brasileira** (Sílvia Edmundo Elia), **Cultura e língua na formação brasileira** (Manoel Diegues Júnior), **Fundamentos e tarefas da socio-e da etnolingüística** (Eugenio Coseriu), **A importância da sociolingüística no ensino da língua portuguesa** (Jürgen Heye), **Guaraqueçaba: mar e mata – Teoria e prática etnológica** (Júlio Alvar), **Problemas e planejamento da geografia lingüística no Brasil** (Nelson Rossi), **Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos** (Yeda Pessoa de Castro), **As línguas indígenas brasileiras: contatos e interinfluências com a língua portuguesa** (Erasmus d'Almeida Magalhães), **Falares nordestinos** (Maria do Socorro Silva de Aragão); **Formação da língua literária brasileira** (Angela Tonnelli Vaz Leão), **A situação lingüística de Cabo Verde e Guiné-Bissau: português e crioulo frente a frente** (Celso Cunha).

Durante o XL Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), entre 4 e 6 de junho último, em Jaú, foram distribuídos os dois grossos volumes (1352 páginas) que encerram as contribuições apresentadas ao XXXIX seminário realizado nos dias 7 e 8 de junho de 1991, na União de Faculdades Francanas, Franca, São Paulo. A mesa-redonda ficou a cargo da Prof^a Maria Helena Moura Neves, que discorreu sobre "A emergência da gramática na Antiguidade Clássica". Os grupos de trabalho trataram dos seguintes temas: "Análise de linguagens sincréticas"; "Tradução, lexicografia e terminologia informatizadas"; "Descrição e documentação de línguas indígenas"; "Austin: um filósofo inglês com sotaque francês"; "Análise da conversação: a construção da textualidade"; "Flexão latina: da rigidez da norma atomizante à organização formal do sistema finito"; "A articulação de orações no português falado no Brasil"; "A representação semântica da gramática"; "Estudos em tradução"; "Ainda notícias da pesquisa **Fases do ensino de língua portuguesa em S. Paulo, nas décadas de 60, 70 e 80: levantamento, avaliação e propostas**"; "Lexicologia, lexicografia e terminologia"; "O andamento da pesquisa sobre o dequeísmo no português do Brasil"; "O signo poético em verso e contraverso"; "Heterogeneidade no discurso e imaginário carnavalesco de São Paulo, SP, e Salvador, BA"; "O verbal e suas intersemioses"; "Variação lingüística". A partir da página 412 começam as comunicações que versam os mais variados e interessantes aspectos de gramática, literatura, análise do discurso, semântica, estilística, lexicologia e lexicografia, fonética e fonologia, alfabetização, produção de textos e glotodidática. A contribuição maior vem de docentes e pesquisadores de São Paulo; há também importante presença de comunicações devidas a docentes e pesquisadores de outros Estados.

Organon, a revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedicou seu número 18 (1991) à temática **A variação no português do Brasil**, com a seguinte reunião de artigos: "Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística" (Fernando Tarallo), "Por trás das frequências" (Vera Lúcia Paredes P. Silva), "(De)gueísmo: variação em conexões inter-sentenciais" (Maria Cecília Mollica), "A concordância de número nos predicativos e participios passivos" (Maria Marta Pereira Scherre), "Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no dialeto do Rio de Janeiro" (Dinah Callou, Yonne Leite e Lillian Coutinho), "Um traço regional na fala culta de Salvador" (Myrian Barbosa da Silva), "Um caso de definitude" (Giselle Machline de O. e Silva), "As sentenças clivadas no português falado do Rio de Janeiro" (Maria Luiza Braga), "A teoria fonológica e a variação" (Gregory R. Guy e Leda Bisol).

O nosso competente colaborador Prof. Valter Kehdi acaba de presentear-nos com o livro *Formação de palavras em português*, (Ática, Série Princípios, nº 216, S.Paulo, 1992), que completa uma unidade da morfologia portuguesa iniciada com *Morfemas do português*, com resenha elogiosa do Prof. Sílvio Elia, em *Confluência* nº 2. Em linguagem acessível, o A. ensina o leitor a entrar nos meandros da técnica de segmentação das palavras em português e na identificação dos processos de formação de palavras do nosso idioma.

Pela exatidão do conteúdo e pelo didatismo da exposição está o livro fadado a prestar relevantes serviços a professores e alunos.

GLOTTA, nº 12, 1990, nº 13, 1991 - Revista de Pós-Graduação da UNESP, Campus de São José do Rio Preto.

A revista se dedica especialmente a estudos lingüísticos, mas felizmente a língua portuguesa não está ausente. Citamos, para exemplo, no nº 12, o artigo de Maria Sílvia Olivi Louzada "ensino da gramática: problemas e perspectivas", ou, em ambos os números, os trabalhos do Prof. Ermínio Rodrigues: recensão ao *Manual de redação e estilo*, organizado e editado por Eduardo Martins, São Paulo, O Estado de São Paulo, 1990, no nº 12, e *Dicionário de neologismos do Português contemporâneo - I*. Este segundo trabalho prosseguirá, mas seria interessante também que o Prof. Ermínio Martins fizesse igual análise crítica de outros manuais de redação editados por empresas jornalísticas.

QUADERNI DI FILOLOGIA E LINGUE ROMANZE, terza serie 6, 1991, Università di Macerata.

Os *Quaderni* são dirigidos pela Prof^a Giulia Mastrangelo Latini e contêm as pesquisas desenvolvidas na Università di Macerata. No presente número publicam-se treze artigos e uma recensão. Dos artigos publicados destacamos: "El viaje a Italia de Viera y Clavijo" (Juan Antonio Ríos), "La presencia de Italia en las letras románticas españolas" (Enrique Rubio Cremades), "Le limousi de la decadence à la renaissance" (Elisabeth Ceaux). Os números vêm sendo editados com regularidade. Fazemos votos para que, em próximos números, encontremos também artigos sobre a língua portuguesa.

A FRASE CAÓTICA (Estrutura da prosa moderna), por Francisco de Assis Dantas UFPb/Editora Universitária, João Pessoa, 1991.

O presente trabalho foi avaliado como dissertação de mestrado, em 1975, perante banca examinadora constituída na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pelos professores Gilberto Mendonça Teles e Cleonice Berardinelli, tendo sido orientadora a Prof^a Eneida do Rego Monteiro Bonfim. Em seu trabalho, o Prof. Dantas investigou quatro obras de autores brasileiros modernos: Cornélio Pena, Clarice Lispector, Antônio Callado e Autran Dourado. Adverte o Autor: "Limitamo-nos a aspectos da estruturação do período na moderna prosa brasileira, mais propriamente àqueles estreitamente relacionados com a frase típica do romance moderno de feição introspectiva, isto é, a frase caótica em monólogo interior como exteriorização do fluxo da consciência (p.14)". Eis um exemplo tirado ao romance *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector:

Otávio também era bonito, olhos. Esse era uma ameba flores brancura mornidão como o sono por enquanto é tempo por enquanto é vida mesmo que mais tarde ... Tudo como a terra uma criança Lídia uma criança Otávio terra de profundis...

O Prof. Dantas poderia ampliar o seu trabalho, aplicando-o por exemplo, à obra inteira de um dos autores citados.

AGÁLIA, revista da Associação Galega da Língua. nº 25, Primavera de 1991.

O presente número é dedicado ao escritor Álvaro Cunheiro e recolhe a maior parte dos textos do Simpósio Álvaro Cunheiro, realizado em Santiago de Compostela nos dias 28 de fevereiro e 1 e 2 de março do ano findo.

AGÁLIA, que comemora o seu 25º número, é dirigida pela Prof^a Dr^a Maria do Carmo Henríquez Salido, da Universidade de Santiago de Compostela e Presidente da Associação Galega de Língua, tem por objetivo primacial a aproximação com a cultura galego-portuguesa, cultura em que ingressou o Brasil quinhentos anos atrás. *AGÁLIA* presta também homenagem especial a Dom Ricardo Carvalho Calero, um dos mais estrênuos pugnadores dessa aliança cultural, infelizmente há pouco desaparecido.

ACADEMIA CEARENSE DA LÍNGUA PORTUGUESA - BOLETIM INFORMATIVO.

Continua a ACLP a publicar regularmente o seu Boletim Informativo, que já está no nono ano de existência. Deve-se louvar nessa Academia o zelo constante pela incolumidade da língua padrão, indiferente às vagas modernosas que esbauroam na praia. Assim é que o Prof. Moreira Campos, p. ex., se mantém vigilante contra a intromissão na língua culta de formas gramaticalmente condenáveis como **viemos** (passado) por **vimos** (presente), **para mim ler** por **para eu ler** (a preposição está regendo o infinitivo e não o pronome sujeito), **eu não lhe vi** por **não o vi** (dativo por acusativo), **seu óculos** por **seus óculos** (ausência de concordância nominal). O *BOLETIM* é dirigido pelo Prof. Edmilson Monteiro Lopes, um dos mais seguros cultores da nossa português casta linguagem.

RESENHAS CRÍTICAS

ROCHA LIMA (1992). *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira*, Rio de Janeiro, José Olympio (prefácio de Antônio Houaiss).

Comovente e justíssima esta pequena grande homenagem que a benemérita Editora José Olympio acaba de render à memória de um dos maiores mestres da língua portuguesa que o Brasil já teve.

Neste cativante livrinho, reuniu a Editora José Olympio dois belos momentos da arte crítico-literária do saudoso colega e amigo. *Canção de muitas Marias* foi publicada pela primeira vez na *Homenagem a Manuel Bandeira* (1986–1988), em 1989, graças à operosidade e amor à língua portuguesa desse valoroso filólogo que é o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, fundador e presidente da Sociedade Sousa da Silveira, onde germinou e frutificou a iniciativa. *Os sapos* estavam inéditos.

Quis Rocha Lima distinguir os companheiros do **Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro** com as primícias do texto. E fê-lo com a vibração e seriedade sempre renovadas em seu nobre ofício de mestre e educador. Foram numerosos os amigos que acorreram a ouvi-lo, a tarde, das mais memoráveis, estávamos todos presos ao encantamento de sua palavra criadora. Mas o Destino foi-lhe aos poucos roubando a sonoridade da voz, interrompeu-lhe a fala e acabou por emudecê-lo sem rémissão. Os amigos assistiram-no nos seus últimos instantes, os socorros médicos não conseguiram reverter o insidioso processo, foi tudo muito rápido.

Compreende-se, pois, o sentimento pesaroso destas linhas. Mas que não lhe retira a face objetiva de breve recensão.

Em *Os sapos* quis Rocha Lima ressaltar o que ainda sobrevive no poema de herança parnasiano/simbolista e de irrecusável lirismo, o que torna insatisfatória uma crítica que veja em tais versos apenas intenção satírica. Relembra Rocha Lima estas linhas do *Itinerário de Pasárgada*:

Nunca atacamos publicamente os mestres parnasianos e simbolistas, nunca repudiamos o soneto nem, de um modo geral, os versos metrificados e rimados. (p. 53).

Quanto à arte poética de *Os sapos* (composto em 1918 e publicado no ano seguinte, em *Carnaval*), salienta Rocha Lima:

Seus 55 versos, em redondilha menor, rimados e metrificados, agrupam-se em 14 estrofes – 13 quadras e um terceto –, de rimas alternadas (abab) nas quadras, e de versos monorrimos (aaa) no terceto. (p. 42).

E, em relação à prosápia do "parnasiano aguado": "Vede como primo / Em comer os hiatos!", põe em destaque isto "No entanto, o que em *Os sapos* se pratica – e quase sistematicamente – é a sinalefa (...) e a sinérese (...)". E acrescenta:

A começar pela própria palavra "hiatos", aí escandida como dissílabo, pronúncia pouco espontânea no Rio de Janeiro (p. 43).

As suas observações quanto ao aspecto fono-estilístico do poema são notáveis, e penso que até agora não haviam sido assinaladas. A aproximação que faz do primeiro terceto do soneto "A ceia" (inserto em *Carnaval!*) com o final de "A sesta de Nero", de Bilac, surpreende, aponta-o com justa razão Rocha Lima, pelo caráter "bilaquiano" ("mereceria a assinatura do Bilac"). Ei-lo:

Três gregas de alvos pés, pubescentes e esguias,
Torcendo os corpos nus donde acre aroma escapa,
Dançam meneando véus, flexíveis como enguias. (p. 47)

Por todos esses motivos diz Rocha Lima nas primeiras páginas do artigo-ensaio:

Contrariamente à convicção, muito generalizada, de esta sátira representar simples crítica demolidora ao modelo bilaquiano – repudiado como símbolo de passadismo – creio que ela encerra significação muito mais ampla e profunda. (p. 38)

E, no fecho do artigo:

Mais para ser presentido pela sensibilidade do que captado pelo entendimento: mudando o rumo à linha satírica (não condizente, aliás, com a sua índole), retorna Manuel Bandeira à autenticidade do seu lirismo inato, ao descrever, nas três estrofes finais, o agudo desalento do sapo-cururu, "transido de frio", "sem glória, sem fé", a soluçar, solitário, à beira do rio: a imagem da alta e pura poesia.

E aí encontramos a verdade do poema. (sublinhado pelo autor; p. 51).

Verdadeira chave-de-ouro do poema e das lúcidas e aliantes análises de Mestre Rocha Lima.

Não queremos, contudo, encerrar estas considerações sem uma dupla referência: uma, do próprio Rocha Lima, que vem no **Pórtico** deste excelso livrinho, outra do consagrado prefaciador, mestre Antônio Houaiss.

O **Pórtico** – que vai transcrito em página de abertura deste número – é o legado espiritual às novas gerações de um mestre insigne, que não quis ser, durante toda a sua luminosa existência, senão o guia inspirado que vai revelando aos discípulos os caminhos por onde passam as altas lições dos que souberam ver na língua materna

dignamente praticada a melhor forma de expressão para os seus anseios de vida e inteligência das coisas postas em desafio ao conhecimento humano.

E a Houaiss, outro nobre benfeitor da língua pátria, peço permissão para roubar-lhe estas felicíssimas palavras de suas "águas claras e cantantes", antes de assinar este preito de justiça ao inolvidável companheiro de muitas lides culturais:

Carlos Henrique da Rocha Lima – por seu magistério, por suas aulas, por sua devoção à nossa língua (e o que ela encerra como elixir de nossa sobrevivência coletiva), pela legião de seus alunos gratos, pelas obras que nos deu – é (e não precisará jamais morrer para sê-lo) alguém cuja vida é de si um documento, um monumento e um sacramento: bem haja!

Sílvio Elia

ROCHA LIMA, *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

Dando mais um passo na sua afortunada trajetória, iniciada em 1957, com o patrocínio da antiga e benemérita editora F. Briguiet, a *Gramática normativa* (GN) chega à sua terceira e definitiva versão, para cujo melhoramento trabalhou até o fim da vida o mestre e inesquecível amigo Rocha Lima, sempre indefesso propugnador da boa vernaculidade e adequada expressão quer no entusiasmado palco de sua sala de aula, quer na letra de forma de livros e artigos. Rocha Lima foi daquela geração de professores de língua portuguesa – espécie em extinção tanto nos estabelecimentos de ensino primário e médio como nas universidades – irmã gêmea do velho Silva Ramos, de cujo magistério dava testemunho seu antigo aluno, Manuel Bandeira, no Colégio Pedro II:

"Ainda hoje recordo com saudade a maravilhosa lição que foi a leitura que fez da "Última corrida de touros em Salvaterra": não só tenho bem presente na memória o quadro objetivo da sala de aula, a atitude dos colegas, a figura subitamente remoçada do mestre, a voz com todas as suas inflexões mais peculiares, como também todas as imagens interiores evocadas pelo surto eloqüente da leitura: o garbo e esplendor da ilustre Casa de Marialva ficou para sempre dentro de mim como um painel brilhante (...) A tal ponto, que longe de ser a última, passou a ser a eterna corrida de touros, eterna e única, pois foi a primeira que vi – porque positivamente a vi! – e me fez achar insípidas, mesquinhas, labregamente plebéias as verdadeiras touradas a que assisti depois com os olhos do corpo e não com os da imaginação excitada pelo gosto literário do mestre (*Poesia e Prosa*, II, 1167 – 1168).

Disse que a GN teve três versões, embora de uma para outra houvesse retoques mínimos que não chegaram a impor-se como uma nova cara da obra. A primeira versão vai até a 14ª edição, sob o patrocínio da Briguiet; a segunda versão, a partir da 15ª edição, já agasalhada por esse patrimônio da cultura brasileira que é a José Olympio Editora, e a terceira versão, ainda pela mesma casa, inicia-se nesta 31ª edição, retocada e enriquecida.

Diante disto, cabe mostrar, ainda que rapidamente e sem entrar em questões de doutrina, em que aspectos notará o leitor atento os retoques e enriquecimentos que traz esta 31ª edição.

Materialmente, o texto da GN apresenta nova capa e beneficia-se do bom gosto da equipe responsável pela editoração e diagramação da José Olympio, enquanto a equipe de revisão apresenta-nos um texto irrepreensivelmente perfeito. Um ou outro lapso que se pode apontar, vem da própria transcrição das fontes de que se serviu o A., como é, por exemplo, a citação da página 321, extraída da *Gramática* de João Ribeiro, que fala de um "românico" **loro** (na verdade, o texto de J. Ribeiro traz "romântico" e Rocha Lima procura melhorá-lo), quando creio que seja "romeno **lor**", originário de (**il**)**loru**. Poderia ser o "românico **loro**" se parasse por aí, em alusão ao latim (**il**)**loru**,

fonte comum das línguas românicas que deste possessivo se serviram; mas a especificação ao francês **leur** e ao antigo espanhol **lures**, evidencia-nos que J. Ribeiro queria aludir a **uma** língua românica e, no caso, seria ao romeno, já que o italiano **loro** não se enquadraria a ser explicado como erro tipográfico.

Entretanto propriamente na parte substantiva da obra, é fácil identificar a presença nova de farta exemplificação extraída de autores do modernismo para cá, presença devida não só à inteligente combinação que a A. fazia de antigos e modernos (vejam-se as lúcidas referências a isto nas palavras que escreveu como introdução a *Textos clássicos do português contemporâneo*, de Raimundo Barbadinho Neto), mas também da permanente colaboração deste seu discípulo e dileto amigo, a quem já devemos excelente contribuição para o melhor conhecimento da língua portuguesa literária de nossos dias. O capítulo da **Regência verbal** foi dos que mais se beneficiaram com esta novidade. E Rocha Lima aproveitou algumas observações curiosas já reveladas nas pesquisas de Barbadinho, como, para citar dois exemplos, as nuances de emprego de **custou-me** e **custei a** (pp. 427-428) e a impossibilidade de se interpor o pronome o e flexões a dois verbos, à semelhança do que se faz com **venha me dizer, quero lhe falar** (p.455).

No capítulo de **Teoria geral da frase e sua análise**, Rocha Lima aprofunda o ensinamento acerca dos **complementos da oração** (p.243 e ss.), desgarra-se um tanto da lição de outro mestre inesquecível, Celso Cunha, no que toca a **oração principal** e a constelação sintática (pp. 285-286), e desgarra-se totalmente da lição de outro mestre, hoje esquecido injustamente, José Oiticica, na análise da frase **Mandei-o sair** (p. 250, 319). Por modéstia, Rocha Lima não alude aí a um longo e bem documentado artigo seu "Um cultismo sintático herdado do latim medieval" (in Revista Brasileira de Língua e Literatura, ano II, nº 5, 3º trimestre, 1980, pp. 30-35). Aí defende a tese de que, no conhecido verso camoniano **Este a mais nobres faz fazer vilezas**, temos uma só oração, absoluta; que **faz fazer** é um conglomerado verbal de auxiliar causativo + infinitivo, e que **a mais nobre** funciona como objeto indireto "e nele se abriga o agente da ação expressa pelo verbo no infinitivo" (p.34).

Infelizmente esta nova edição da GN não absorve em toda sua explicitação essa doutrina, e isto se pode atribuir, segundo o testemunho pessoal do Prof. Barbadinho, ao fato de ter passado por mais de uma versão, e, por lapso, a que ficou como definitiva deixou de incorporar a doutrina do artigo. Isto deixou também vestígio no tratamento de frases do tipo **Fez-me sentar** e **Deixe-nos pensar** no tópico novo da 31ª edição sob o título **Sujeito de infinitivo** (p.319)

Outro ponto que mereceu exaustivo estudo de Rocha Lima foi o **e** (Subsídios para o estudo da partícula **e** em algumas construções da língua portuguesa, Tese de concurso, 1975), mas o assunto não foi totalmente aproveitado na GN.

A 31ª edição agasalha, pela primeira vez na GN, as noções dêiticos e anafóricos (p. 328), bem como os empregos de realce em que entra o verbo **ser** (pp.406-407).

No domínio da Morfologia, a nova GN introduz considerações sobre **palavras vicárias** (pp. 119-120); faz uma revisão nos verbos abundantes, enxugando as listas para atender a realidade dos fatos da língua, especialmente na lista da 3ª conjugação (pp.169-170); exemplifica o processo de parassintetismo em formas do tipo **subterrâneo e desnaturado** (p. 213); agasalha novos tipos de formação de palavras (p. 227), bem como a voz medial com suas três modalidades (p. 124).

Atento à evidência de que uma língua histórica está sempre num equilíbrio instável, Rocha Lima vai a pouco e pouco aceitando aqueles fatos que ganham foros de cidade; assim registra, ao lado de **boêmia**, o substantivo **boemia** (p. 31); a construção **com ou sem recursos** (p. 366).

Estes poucos lembretes documentam que a GN nos aparece realmente "retocada e enriquecida" e disposta a marcar a presença, ainda por muito tempo, junto e ao auxílio de professores e alunos, deste conhecedor profundo da língua e dono de uma extraordinária arte de transmitir: Rocha Lima.

EvanildoBechara

NOTICIÁRIO

A **Fundação Biblioteca Nacional**, com sede no Rio de Janeiro, programou para o 1º semestre deste ano de 1992 uma série de cursos subordinados aos seguintes títulos: **Pensadores do nosso tempo**, **Itinerários da Retórica**, **A Literatura no projeto cultural brasileiro**, **22 e Depois: setenta anos do Modernismo**, **Grandes romances do século XX**, **Crítica Textual: como se faz uma edição crítica**, **Português para tradutores**, **Oficina de poesia**, **Oficina de textos literários**.

No primeiro curso foram estudados os seguintes pensadores: **Heidegger**, **Freud**, **Saussure** (por Luísa Berthier), **Chomsky** (por Humberto Peixoto de Meneses), **Einstein**, **Jung**, **Lacan**, **Benjamin**, **Sartre**, **Lévi-Strauss**, **Habermas**, **Foucault** e **Barthes**.

O curso de **Crítica Textual** foi ministrado pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, membro da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português. Durante o curso, compareceram para depoimentos sobre atividades de **Crítica Textual** os professores Sílvio Elia, Ronaldo Menegaz, Cleonice Berardinelli e Adriano da Gama Kury. O curso de **Português para tradutores** esteve a cargo da Profª Maria Carmelita Pádua Dias.

É preciso realçar a relevância dessas realizações para a cultura brasileira, cultura no seu mais alto sentido, que não se restringe a atividades radiofônicas ou televisivas. Deve-se isso, sem dúvida, ao descortino e competência de seu atual Diretor, Prof. Afonso Romano de Sant'Anna.

O **Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto**, do Liceu Literário Português, realizou, no primeiro semestre deste ano, a sua tradicional série de palestras sobre temas de especial interesse para a cultura luso-brasileira. As conferências, subordinadas ao tema geral "Teoria e prática da língua portuguesa", foram entregues aos mais categorizados mestres nessa área de conhecimentos e versaram os seguintes assuntos: **O destino da língua portuguesa e a unidade do Brasil** (Ovídio Gouveia da Cunha), **Machado de Assis e a língua portuguesa** (Adriano da Gama Kury), **Para a elaboração de um dicionário histórico da língua portuguesa** (Antônio Geraldo da Cunha), **O estudo do léxico português e alguns aspectos do seu ensino** (Evanildo Cavalcante Bechara), **A ordem das palavras na língua portuguesa** (Gladstone Chaves de Melo), **Léxico e cultura na língua portuguesa** (Antônio Houaiss), **As preposições portuguesas: espécies e valores** (Sílvio Elia); **Aspectos da versificação portuguesa no parnasianismo brasileiro** (Antônio José Chediak), **A regência verbal na língua portuguesa** (Olmair Guterres da Silveira).

O êxito do curso pôde-se medir pela numerosa assistência presente a todas as palestras. O Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto está entregue à segura orientação do seu Diretor Cultural, Dr. Kepler Alves Borges.

Realizou-se na Universidade de Coimbra nos primeiros dias de julho, o "II Encontro Internacional de Queirosianos." A reunião foi muito concorrida e contou com a participação de vários estudiosos da obra do consagrado autor de *Os Maias*, nacionais e estrangeiros. Para dar uma idéia da contribuição trazida aos estudos queirosianos, damos a seguir breve relação de algumas das palestras e conferências então proferidas: Urbano Tavares Rodrigues – **Leitura libidinal de um texto romântico de Eça**; Maria Lúcia Lepecki – **Um poeta lírico: reencenação da polêmica**; Luciana Stegagno Picchio – **José Matias, um conto filosófico de Eça**; Maria Aparecida Ribeiro – **O brasileiro e o problema da importação cultural: da farpa à reflexão**; Eduardo Lourenço – **Eros e Eça**; Orlando Grossegesse – **A correspondência de Fradique Mendes: autonecrografia**; Óscar Lopes – **Sobre o narrador de "A relíquia"**; Ángel Marcos de Dios – **Pessimismo e Arte em Eça de Queirós, segundo Unamuno**; Lucette Petit – **O mito diabólico**; Carlos Reis – **Eça de Queirós e o discurso da História**.

Na oportunidade foi lançado o 1º vol. da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós: o romance, de publicação póstuma, *A capital*.

A Sociedade Brasileira de Língua e Literatura fez realizar, de 27 a 31 de julho do ano em curso, o seu XXIV Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, no Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no qual foram homenageadas as revistas culturais portuguesas *Árvore* e *Colóquio Letras*. O Congresso se abriu com a entrega da medalha Oskar Nobiling à Direção da revista *Colóquio Letras*, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Da programação do Congresso constaram várias conferências e mesas-redondas. As conferências foram as seguintes: **Cultura, sociedade do espetáculo e show business** (Antônio Sérgio de Mendonça, UERJ), **Camões e Dinamene** (Leodegário A. de Azevedo Filho, UFRJ), **O encontro Oriente-Occidente: a crise da metafísica** (Luísa Lobo, UFF), **A metáfora na poesia de Eugênio de Andrade** (Carlos Alberto Mendes de Sousa, Universidade do Minho), **Linguística e teoria da comunicação** (Aluízio Ramos Trinta, UFRJ), **O retorno da visão trágica** (Ronaldo Lima Lins), **Uma nova versão de Álvaro de Campos** (Cleonice Berardinelli, UFRJ), **O homem japonês no contexto moderno** (Telênia Hill, UFRJ).

As mesas-redondas desenvolveram-se em torno dos seguintes temas: **A criança e a literatura**, **A revista *Árvore* 40 anos depois**, **A poesia da geração de 60**, **A cultura galega da atualidade: problemática da língua e da literatura no contexto da Reintegração**, **A mulher na Idade Média**. Houve também um debate sobre "Mito e Utopia".

A Sociedade Brasileira de Língua e Literatura é presidida pelo Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, a cuja dinâmica atuação se deve a realização desses vinte e quatro congressos anuais, sem interrupção, o que é um record na cultura brasileira. O professor Leodegário é atualmente um dos mais altos expoentes no âmbito da cultura luso-brasileira, preside a Academia Brasileira de Filologia e, entre outras obras, é autor do mais importante estudo sobre a lírica de Camões levado a efeito neste bruxoleante

século vinte. O Secretário-Geral é o Prof. Jairo Dias de Carvalho, que leciona na UERJ, e é mestre conhecido e respeitado e respeitado no meio universitário brasileiro, onde exerce com exemplaridade o seu mister docente.

O Colégio Pedro II, tendo como Diretor-Geral o Prof. Antônio José Chediak e como Secretário do Ensino o Prof. Wilson Choeri, inaugurou, no dia 25 de agosto último, a Sala Prof. Antenor Nascentes, para abrigar a preciosa biblioteca do saudoso Mestre, a qual a família doou à mais que centenária Instituição de ensino do Rio de Janeiro, juntamente com os riquíssimos fichários de leitura e numerosa correspondência particular com as mais representativas figuras do mundo filológico, lingüístico e literário, nacionais e estrangeiras.

Na oportunidade, o Diretor-Geral criou o Centro de Estudos Lingüísticos Prof. Antenor Nascentes, aberto à consulta de professores, alunos e pesquisadores de todo o país.

Alguns dos mais renomados mestres do Colégio Pedro II, por disposição pessoal ou por iniciativa de suas famílias, têm encaminhado a biblioteca particular ao Colégio. Assim é que, além da do Prof. Antenor Nascentes, vão-se incorporar a esse acervo os livros da também preciosa biblioteca do Prof. Cândido Jucá (filho), outro nome que honrou, pela sua obra e pelo seu magistério, o corpo docente do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

No ato da inauguração da sala Prof. Antenor Nascentes falaram o Prof. A. José Chediak, Wilson Choeri, Leodegário A. de Azevedo Filho e Sílvia Elia, os três últimos ex-alunos do Colégio, sendo que Wilson Choeri e Sílvia Elia foram aí alunos do inesquecível Mestre.

Promovido pelas "Irmandades da Fala da Galiza e Portugal", realiza-se nos dias 21-22 de setembro do ano em curso, na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, o Congresso Internacional "A Língua Portuguesa no Mundo, Terceira Língua de Comunicação Internacional, 200 milhões de Lusófonos". Iniciado na Universidade de Santiago de Compostela, o Congresso terá prosseguimento e conclusão em Braga, Universidade do Minho, de 23 a 24 do mesmo mês de setembro. São os seguintes os blocos temáticos a serem estudados e debatidos: **O Português na Galiza, O Português em Portugal, O Português no Brasil, O Português nos PALOPs** (países africanos de língua oficial portuguesa), **O Português na Ásia e na Oceania, Ensino-aprendizagem da língua portuguesa, Lingüística e sociolingüística lusófonas, Literaturas lusófonas (Galiza, Portugal, Brasil, PALOPs), Temas livres, Textos inéditos de criação literária**. Telefones para contacto: 587989 (Santiago de Compostela), 72746 (Braga).

Como se vê, os temas são da maior importância e atualidade. Auguramos para tão auspicioso Congresso o melhor êxito e brilhantismo.

Na Academia Carioca de Letras, proferiu o Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, um de seus mais ilustres membros, uma conferência sobre "As imagens poéticas de Tasso da Silveira", onde, perante seleta e atenta audiência, soube pôr em destaque a profundidade metafórica da linguagem poética do saudoso Tasso da Silveira, poeta e filósofo. A Academia Carioca de Letras viveu um dos momentos mais altos de sua trajetória cultural.

Depois de longo período, voltará a ser editada a revista **CONVERGÊNCIA**, do **REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA**. Retomam-se, assim, assuntos de literatura portuguesa, em artigos assinado por professores da especialidade.

ESCREVEM NESTE NÚMERO

ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA. Lexicógrafo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autor de vários dicionários histórico-etimológicos, vocabulários e índices de vocábulos.

ANTONIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, Presidente do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

ANTÔNIO HOUAISS. Filólogo e diplomata. Membro da Academia Brasileira de Letras. Autor de numerosos livros e artigos de lingüística e crítica literária, além de tradutor de reconhecida competência. Principal figura brasileira na elaboração do texto do novo Acordo Ortográfico para língua portuguesa.

CILENE DA CUNHA PEREIRA. Doutora em Letras, professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Projeto do Atlas Etnolingüístico do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

EDITH PIMENTEL PINTO. Professora Titular aposentada da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade do Estado de São Paulo. Tem vários livros publicados e numerosos artigos de sua especialidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de Graduação e Pós-Graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Fundação Souza Marques.

JOSÉ ROGÉRIO FONTENELE BESSA. Professor Adjunto 4 de Lingüística na Universidade Federal do Ceará, Membro da Academia Cearense de Língua Portuguesa e da Equipe Científica do Projeto "Atlas Lingüístico do Estado do Ceará".

MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA. Doutora em Letras, professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Projeto Atlas Etnolingüístico do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA. Professor titular de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor dos cursos de pós-graduação em Língua Portuguesa e Língua Latina na Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de livros e artigos de sua especialidade.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALTER KEHDI. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos da sua especialidade.

VITTORIO BERGO. Professor aposentado de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, autor de vários livros e artigos de sua especialidade.